

**TAMYRES VIRGINIA LOPES SILVEIRA**

**O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA: UM  
ESTUDO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA  
MICRORREGIÃO DE VIÇOSA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2015

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S587p  
2014  
Silveira, Tamyres Virgínia, 1988-  
O papel das pequenas cidades na rede urbana : um estudo  
acerca do desenvolvimento da microregião de Viçosa-MG /  
Tamyres Virgínia Silveira. – Viçosa, MG, 2014.  
xiii, 98f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Aline Werneck Barbosa de Carvalho.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.  
Referências bibliográficas: f.93-98.

1. Desenvolvimento regional. 2. Planejamento regional -  
Viçosa (MG : Microregião). I. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de  
Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22. ed. 338.098151

**TAMYRES VIRGINIA LOPES SILVEIRA**

**O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA: UM  
ESTUDO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA  
MICRORREGIÃO DE VIÇOSA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2014

---

Wagner Barbosa Batella

---

Regina Esteves Lustoza

---

Aline Werneck Barbosa de Carvalho  
(Orientadora)

## **Dedico**

Dedico a Deus e à memória da pessoa que mais acreditou neste sonho, que deixou saudades, mas, deixou também lição de vida e força para a conclusão deste trabalho.

## Epígrafe

Cada lugar conta sua própria história... Décadas atrás, em um lugarejo distante, distante do homem, distante das coisas dos homens, mas tão perto, bem perto da natureza, um destemido forasteiro chegava para então habitar aquele local. E desde então aquela terra nunca mais foi a mesma. Ali, bem naquele momento em que os olhos do homem tocaram seus horizontes, ela deixou de se criar, para tornar-se criação. A cidade... Criação do homem... Como em todas as cidades desde a antiguidade, aquele pequeno e pacato povoado foi berço de novas relações, cenário de novos sonhos, razão para novas esperanças. Um, dois, três, vários, homens, mulheres e crianças, cachorro, gato e papagaio, estava feita a cidade. O homem trouxe a fé, a fé que o levou a acreditar na sua busca, a fé que o curou, e em nome dessa fé ergueu uma capela, em louvor de seu protetor. O homem, porém não se contentou, ele quis mais, a terra para lavrar, a capela para rezar, e o progresso quando iria chegar? O homem é assim, sonhos, aspirações, invenções, e lá estava ela, cortando a terra, criando os elos, era o próprio progresso, um caminho para ir mais longe, e para vir de longe. As notícias, as pessoas, as mercadorias, agora passavam, iam e vinham sobre os trilhos da estrada de ferro. A fumaça na chaminé do trem era o sinal, o sinal do crescimento. E foi assim crescendo, foi tomando forma, e perdendo a forma de outrora, mas não a perde por completo, a forma se transforma. A capela não é mais capela, ela toma outra forma, mas a Igreja em seu lugar, ainda é o lugar de rezar, e como sua antecessora foi erguida em nome da fé. As ruas já não são apenas os locais das trocas comerciais, mas de todas as trocas, das festas, dos encontros, da vida da cidade que cresce. E foi assim crescendo. Houve a necessidade de dizer aos que estavam longe como ia a vida ali, então o homem trouxe o correio. Houve necessidade de enxergar mais, de iluminar as tardes escuras nas varandas das casas, e o homem trouxe a luz. O homem parecia satisfeito. Sua criação se desenvolvia. Mas a satisfação foi passageira, o homem não quis viver só daquela sua criação, ele quis mais, mas desta vez não buscou, não trouxe para ali seus objetos de desejo, ele foi além, ele foi aquém, aquém de filho daquela terra, ele saiu, ele foi compartilhar as trocas de outro lugar. E a cidade não mais cresceu. Subordinada aos desejos de seu criador ela parou, porque ali, ninguém mais a desejou. E quem ficou? Quem ficou não mais com ela sonhou, quem ficou os seus sonhos trocou, dali os tirou e pro mundo os voltou. E essa é a história do nascimento de uma cidade, da constituição de sua tradição, da chegada da modernidade, e da morte da cidade.

(Tamyres Lopes)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter guiado meu caminho na busca desta vitória.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de prosseguir minha formação nesta instituição.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, pela recepção, comprometimento e profissionalismo.

À Aline, minha orientadora, pela grande colaboração no desenvolvimento intelectual, na construção deste novo aprendizado.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio.

Aos companheiros de mestrado pela companhia, cumplicidade e paciência.

À minha família, minha mãe, Thaizy e Isabella, minha irmãs, meu avô e meu namorado Alexandre, tios e primos, pelo apoio e compreensão.

À todos que colaboraram, direta ou indiretamente, a este trabalho.

## **BIOGRAFIA**

TAMYRES VIRGINIA LOPES SILVEIRA, filha de Meire Zilda Silveira, nasceu no dia 09 de setembro de 1988, na cidade de Viçosa, Minas Gerais. Iniciou, em 2007, o curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Viçosa, graduando-se em janeiro de 2012. Em novembro de 2012, ingressou no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, em nível de Mestrado, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da mesma Universidade.

## SUMÁRIO

Lista de Quadros .....	viii
Lista de Tabelas.....	ix
Lista de Figuras .....	x
Resumo.....	xii
Abstract .....	xiv
<b>1 INTRODUÇÃO GERAL.....</b>	<b>1</b>
1. 1 O Problema e sua Importância .....	1
1.2 Objetivos .....	6
1.2 .1 Objetivo Geral.....	6
1.2.2 Objetivos Específicos .....	6
1.3 Estrutura da dissertação.....	6
<b>CAPÍTULO I - NOTAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL NA ZONA DA MATA MINEIRA .....</b>	<b>8</b>
1 Introdução .....	8
2 Traçando as bases para uma discussão .....	9
2.1 O conceito de região .....	9
2.2 O conceito de regionalização.....	12
2.3 O conceito de planejamento regional .....	13
2.4 Os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento regional.....	15
3 O Planejamento Regional em Minas Gerais .....	18
3.1 O PADEM e outras políticas voltadas ao planejamento em Minas Gerais.....	18
3.2 Associativismo Municipal - Um estratégia de Planejamento Regional.....	25
4 A Zona da Mata: Análise do quadro regional de desenvolvimento e planejamento....	27
5 Apontamentos .....	31
<b>CAPÍTULO II - REDE URBANA E PEQUENAS CIDADES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG.....</b>	<b>33</b>
1 Introdução .....	33

2 Pequena Cidade e Rede Urbana: Bases para Reflexão .....	36
3 Procedimentos Metodológicos .....	40
4 A cidade pequena na rede urbana.....	43
5 Apontamentos .....	54
<b>CAPÍTULO III - O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA: O CASO DA MICRORREGIÃO FUNCIONAL DE VIÇOSA - MG.....</b>	<b>55</b>
1 Introdução .....	55
2 Bases teóricas: O entendimento da rede urbana.....	56
3 Traçando as linhas para a investigação .....	59
3.1 Em busca de variáveis e indicadores para o papel da cidade na rede urbana.....	59
3.2 O modelo analítico proposto.....	61
4 As pequenas cidades da microrregião funcional de Viçosa: Uma leitura.....	64
4.1 Eixo: Sociedade.....	64
4.2 Eixo: Economia .....	82
4.3 Eixo: Política .....	86
5 Apontamentos .....	89
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>

## LISTA DE QUADROS

### **CAPÍTULO II – REDE URBANA E PEQUENAS CIDADES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG**

QUADRO 1 – TIPOLOGIAS DAS CIDADES DA MICRORREGIÃO FUNCIONAL DE VIÇOSA, SEGUNDO ESTUDO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005 .....53

QUADRO 2 – REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES, SEGUNDO O IBGE ...55

### **CAPÍTULO III – O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA: O CASO DA MICRORREGIÃO FUNCIONAL DE VIÇOSA - MG**

QUADRO 1 – SERVIÇOS POR CIDADES.....90

## LISTA DE TABELAS

### **CAPÍTULO II – REDE URBANA E PEQUENAS CIDADES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG**

TABELA 1 – DIMENSÃO TERRITORIAL E DADOS DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO FUNCIONAL DE VIÇOSA.....	51
TABELA 2 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO FUNCIONAL DE VIÇOSA NO PERÍODO DE 1991-2010 .....	52.
TABELA 3 – IDHM, RANKING DO ESTADO DE MINAS GERAIS, NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010, APRESENTANDO OS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO.....	56
TABELA 4 – IFDM, ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, EDIÇÃO 2012-ANO BASE 2010 .....	57
TABELA 5 – PIB MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO FUNCIONAL DE VIÇOSA EM 2007 .....	57

## LISTA DE FIGURAS

### INTRODUÇÃO GERAL

FIGURA 1 – MAPA DAS MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS .....	3
FIGURA 2 – MAPA DAS MICRORREGIÕES DA ZONA DA MATA .....	4
FIGURA 3 – MICRORREGIÃO FUNCIOANL DE VIÇOSA .....	5

### CAPÍTULO I – NOTAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL NA ZONA DA MATA MINEIRA

FIGURA 1 – REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES .....	24
FIGURA 2 – REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS .....	28
FIGURA 3 – MESORREGIÕES DO ESTADO DE MINAS GERIAS, SEGUNDO O IBGE .....	32
FIGURA 4 – POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS .....	34
FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS ENTRE 1999-2003 .....	31

### CAPÍTULO II – REDE URBANA E PEQUENAS CIDADES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG

FIGURA 1 – MAPA DA MICRORREGIÃO FUNCIONAL DE VIÇOSA.....	45
FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA MICRORREGIÃO FUNCIONAL DE VIÇOSA.....	48
FIGURA 3 – DISTÂNCIA MÉDIA ENTRE OS CENTROS URBANOS.....	52
FIGURA 4 – CIDADES CLASSIFICADAS COMO T16 EM RELAÇÃO À CIDADE POLO .....	54

### CAPÍTULO III – O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA: O CASO DA MICRORREGIÃO FUNCIONAL DE VIÇOSA - MG

FIGURA 1 – HEXÁGONO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BOISIER.....	68
FIGURA 2 – TRIÂNGULO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL PROPOSTO PELA AUTORA A PARTIR DA ADAPTAÇÃO DO HEXÁGONO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BOISIER .....	69
FIGURA 3 – AGRESSÃO EM COIMBRA .....	71

FIGURA 4 – APREENSÃO DE ARMA EM ERVÁLIA .....	72
FIGURA 5 – ASSASSINATO NA ZONA RURAL DE CAJURI .....	72
FIGURA 6 – ROUBO EM SÃO MIGUEL DO ANTA .....	73
FIGURA 7 – TRÁFICO DE DROGAS EM TEIXEIRAS .....	73
FIGURA 8 – MATÉRIA DE CAPA DO JORNAL TRIBUNA LIVRE RESSALTANDO VIOLÊNCIA NA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA .....	74
FIGURA 9 – MALHA URBANA DE ARAPONGA – MG .....	77
FIGURA 10 – MALHA URBANA DE CAJURI – MG .....	78
FIGURA 11 – MALHA URBANA DE CANAÃ – MG .....	79
FIGURA 12 – MALHA URBANA DE COIMBRA – MG .....	80
FIGURA 13 – MALHA URBANA DE ERVÁLIA – MG .....	81
FIGURA 14 – MALHA URBANA DE PEDRA DO ANTA – MG .....	82
FIGURA 15 – MALHA URBANA DE PAULA CÂNDIDO – MG .....	83
FIGURA 16 – MALHA URBANA DE PORTO FIRME – MG .....	84
FIGURA 17 – MALHA URBANA DE PRESIDENTE BERNARDES – MG .....	85
FIGURA 18 - MALHA URBANA DE SÃO MIGUEL DO ANTA – MG .....	86
FIGURA 19 – MALHA URBANA DE TEIXEIRAS – MG .....	87
FIGURA 20 – POPULAÇÃO TOTAL POR MUNICÍPIOS .....	88
FIGURA 21 – POPULAÇÃO URBANA POR MUNICÍPIOS .....	89
FIGURA 22 – NÚMERO DE EMPRESAS LOCAIS .....	84
FIGURA 23 – NÚMERO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO NOS MUNICÍPIOS....	85
FIGURA 24 – TRANSLADO DE ÔNIBUS POR EMPRESAS NOS MUNICÍPIOS...	86
FIGURA 25 – ATUAÇÃO E DOMÍNIO DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO .....	87
FIGURA 26 – ATUAÇÃO E DOMÍNIO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS....	88
FIGURA 27 – MUNICÍPIOS SEDE DE COMARCA E MUNICÍPIOS SUBORDINADOS .....	89

## RESUMO

SILVEIRA, Tamyres Virgínia Lopes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, Dezembro de 2014. **O Papel das Pequenas Cidades na Rede Urbana: Um estudo acerca do desenvolvimento da Microrregião de Viçosa.** Orientadora: Aline Werneck Barbosa de Carvalho.

A rede urbana sempre foi alvo de estudos no âmbito da Geografia e do Planejamento Urbano e Regional, na maioria das vezes focados no papel desempenhado pelas grandes cidades no contexto regional. No Brasil, com o crescimento da importância das cidades médias a partir da década de 1990, estes estudos têm se expandido para outras categorias municipais. Este trabalho está voltado ao estudo da pequena cidade e seu papel na rede urbana, através de um estudo de sua essência e seu caráter urbano-rural, pautado nas relações entre as cidades que compõem a rede. Neste sentido, esta dissertação debruçou-se sobre as estruturas social, econômica e política do conjunto de cidades em estudo, que compõem a microrregião funcional de Viçosa, analisando a relação cidade pequena-cidade polo. O objetivo geral é compreender o papel que essas pequenas cidades desempenham na rede urbana polarizada por Viçosa. Especificamente pretendeu-se: compreender a posição da Zona da Mata mineira no conjunto de programas e planos regionais de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; examinar a estrutura social e espacial da rede urbana da microrregião de Viçosa; compreender o nível de desenvolvimento econômico em que as pequenas cidades desta microrregião se encontram; analisar o papel destas cidades a partir de três eixos de análise: sociedade, economia e política. A metodologia adotada apoiou-se na pesquisa bibliográfica e na utilização de dados secundários obtidos em órgãos oficiais, além de informações coletadas nas Prefeituras dos municípios analisados. A análise dos dados apoiou-se na utilização de variáveis e indicadores econômicos, sociais e políticos, que compõem um "Triângulo de Desenvolvimento", modelo analítico elaborado a partir da adaptação do Hexágono de Desenvolvimento proposto por Boisier. A técnica de dados visuais foi amplamente utilizada para compilar um grande número de informações de forma sucinta e autoexplicativa. Os resultados alcançados indicam a existência de relações de ligação unidirecional no sentido de Viçosa, configurando uma relação de polo dominador. A cidade de Viçosa desponta na microrregião em estudo como locus das atividades de lazer, educação e saúde, oferecendo empregos e alternativas, das quais, as demais cidades são carentes. O desenho da rede urbana que se forma representa fragmentos de rede ligados a um nó principal, conformando uma configuração dendrítica. As funções dessas cidades encerram-se em si próprias, não extrapolam seus

domínios, não atraem fluxos. Elas têm um papel de fornecedoras de mão de obra e abastecedoras do mercado da cidade polo, e no contexto geral da microrregião, são cidades locais que não apresentam área de influência. Caracterizadas como “cidades no campo”, as pequenas cidades da microrregião funcional de Viçosa não alcançaram um desenvolvimento compatível com a modernização latente no cenário mundial e gravitam em torno de Viçosa em uma relação de dominação – dependência.

## ABSTRACT

SILVEIRA, Tamyres Virgínia Lopes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December of 2014. **The place of the small towns in the urban network: A study about the development of the Viçosa's microregion.** Co-adviser: Aline Werneck Barbosa de Carvalho.

The urban network has always been the focus of studies in the context of Geography and Urban and Regional Planning, for the most part focused on the role of large cities in the regional context. In Brazil, with the growing importance of medium-sized cities from the 1990s, these studies have expanded to other municipal categories. This work is focused on the study of the small town and its role in urban network, through a study of its essence and its urban-rural character and based on the relations between cities that make up the network. In this sense, this work has looked at the social structures, economic and political assembly of cities in the study, which make up the functional micro-Viçosa, analyzing the relationship small-town polo city. The overall goal is to understand the role that these small cities play in the urban network by polarized Viçosa. Specifically it aims to: understand the position of the mining Forest Zone in all programs and regional development plans of the State of Minas Gerais; examine the social and spatial structure of the urban network of Viçosa; understand the level of economic development in the small towns of this micro-region are located; analyze the role of these cities from three analysis: society, economy and politics. The methodology adopted was based on the literature and the use of secondary data obtained from official agencies, as well as information collected in the Halls of the municipalities analyzed. Data analysis relied on the use of variables and economic indicators , social and political , which make up a "Development Triangle " analytical model developed from the adaptation Development Hexagon proposed by Boisier . The visual data technique was widely used to compile a lot of information in a concise and self-explanatory way. The results indicate the existence of one-way binding relationship towards Viçosa , setting a dominant pole ratio. The city of Viçosa emerges in the micro study as locus of leisure activities, education and health, providing jobs and alternatives, of which , the other cities are lacking . The design of the urban network that forms is network fragments linked to a main node, forming a dendritic configuration. The functions of these cities will close in themselves, do not go beyond their domains, do not attract flows. They have a role of manpower supply and supplying the polo market town, and the general context of micro, local cities are not present area of influence. Characterized as "cities in the country ", the small towns of Viçosa functional micro did not reach a

compatible with the latent modernization development on the world stage and gravitate to Viçosa in a relationship of domination - dependence.

## **1 INTRODUÇÃO GERAL**

Este trabalho pretende ser uma contribuição para o estudo da pequena cidade, que segundo Santos (1985), está imbuída de complexidade, dado o número de níveis e determinações que incidem sobre o “mais pequeno”.

Pretende-se compreender a função e posição das pequenas cidades na rede urbana regional, bem como os delineamentos das relações entre elas. A questão da pequena cidade será abordada sob uma ótica histórico-investigativa. Trabalharemos a construção do contexto em que se insere, através dos temas acima propostos, identificando eixos teóricos que os interligam.

Permeando pela busca de conceitos e definições procurar-se-á compreender a posição da Zona da Mata mineira no conjunto de programas e planos regionais de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; examinar a estrutura social e espacial da rede urbana da microrregião de Viçosa; compreender o nível de desenvolvimento econômico em que as pequenas cidades da microrregião de Viçosa se encontram; e, analisar o papel das pequenas cidades da microrregião funcional de Viçosa a partir de três eixos de análise: sociedade, economia e política

### **1.1 O Problema e sua Importância**

Em tempos de globalização os meios de comunicação e transporte encurtam as distâncias a cada dia, promovendo as polarizações. As relações econômicas e sociais e mesmo os arranjos políticos de cidades localizadas próximas a polos regionais podem estar enfraquecendo devido à facilidade de acesso ao polo.

Somam-se a isto as supostas perdas nas relações de identidade entre cidade e indivíduo, como bem observa Hall (2005), numa tendência às identidades partilhadas. Antigos costumes deixados de lado, a efemeridade de atividades, tudo passa com muita rapidez; os vínculos são enfraquecidos, talvez porque a identidade cultural já tenha há muito se modificado em meio à busca pelo que há de vir, pelo progresso que se espera, mas pelo qual não existe uma conduta ou ação que o promova.

Esta configuração que é construída, pautada na existência de polos, desenha uma relação de dominação e dependência. Para Boisier (1996:34),

Isso significa que o principal problema para toda região que queira acelerar seu crescimento ou dar o salto qualitativo para o

desenvolvimento consiste em como romper sua relação de dominação/dependência, para substituí-la por outras modalidades (por exemplo, relações cooperativas).

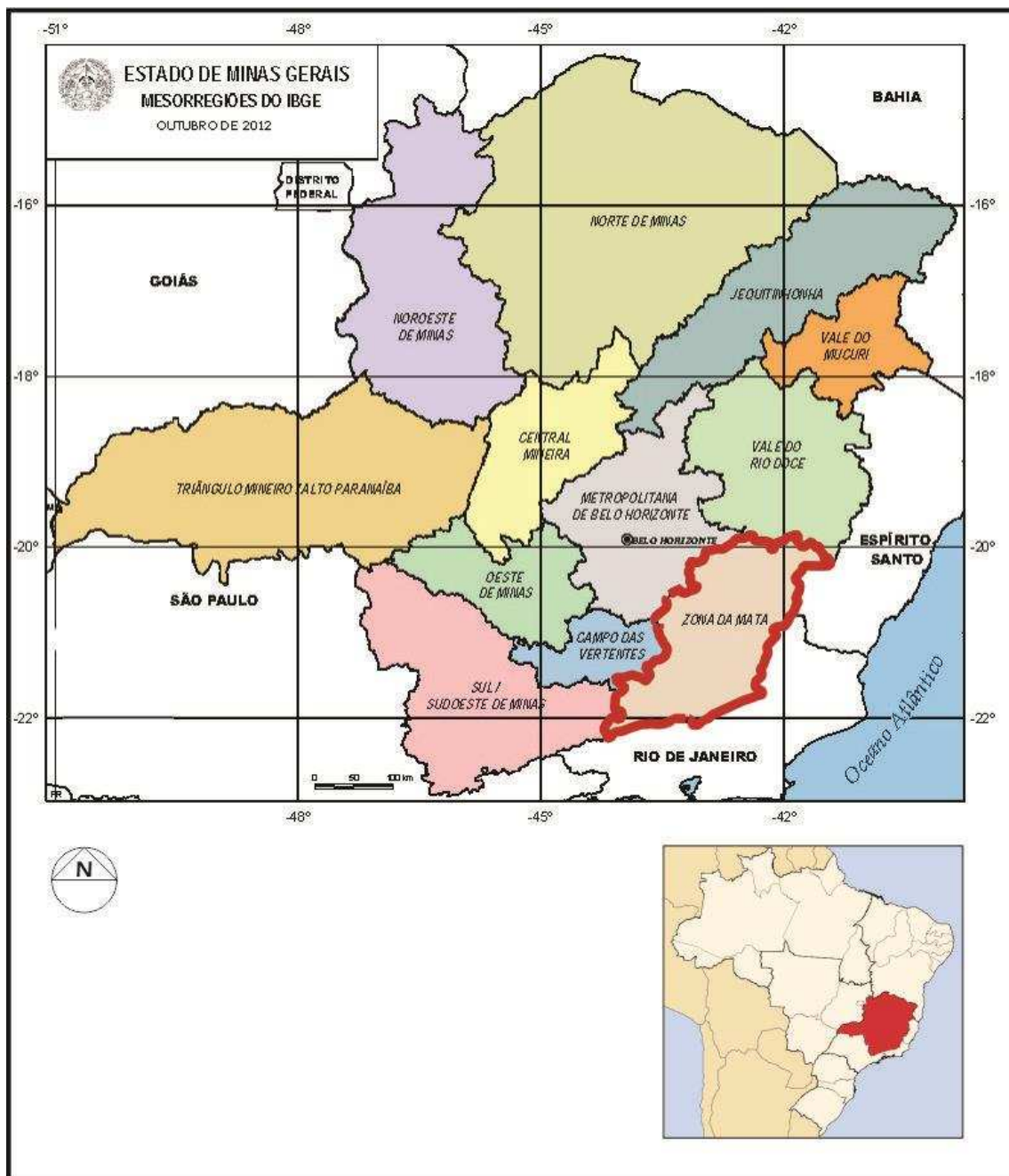
Boisier (1996) levanta uma questão que tem estreita ligação com o problema deste trabalho. As relações estabelecidas entre as pequenas cidades, em grande parte das vezes, não são capazes de promover seu desenvolvimento. A possibilidade de interconexões deveria ser canalizada para que o desenvolvimento regional fosse uma realidade.

Dentro deste contexto regional, pergunta-se qual é o papel das pequenas cidades na rede urbana?

Para melhor compreender o problema aqui exposto, convém agora delimitar nosso objeto de estudo.

O recorte espacial deste trabalho localiza-se na Zona da Mata de Minas Gerais (Figura 1).

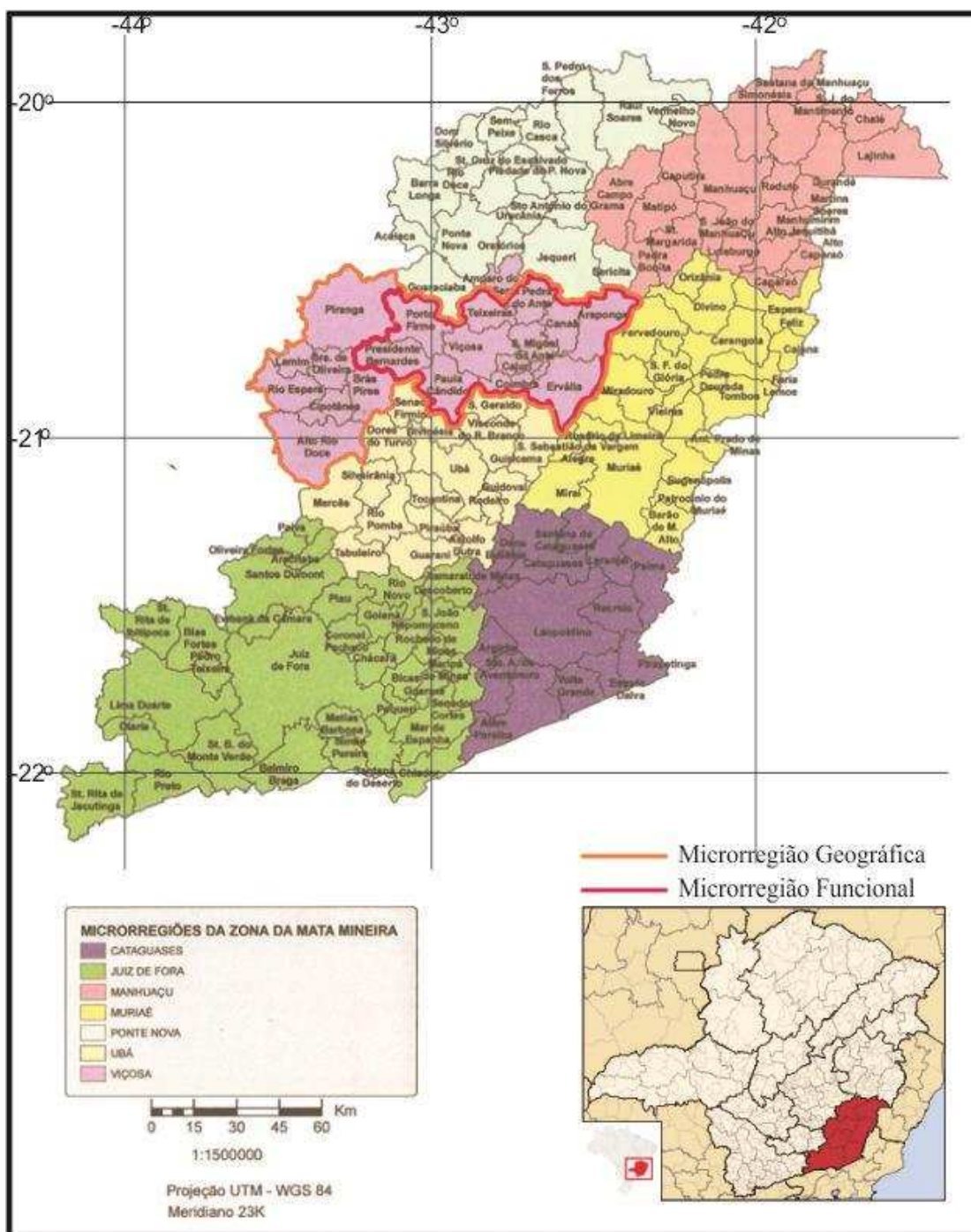
A mesorregião da Zona da Mata é composta por sete microrregiões geográficas, como evidencia o mapa da Figura 2, totalizando 142 municípios, dentre os quais mais de 100 apresentam população abaixo de 10 mil habitantes. Logo, tratando-se de um estudo que visa uma análise acerca das pequenas cidades, a escolha se justifica.



**Figura 1:** Mapa das Mesorregiões de Minas Gerais

**Fonte:** Disponível em

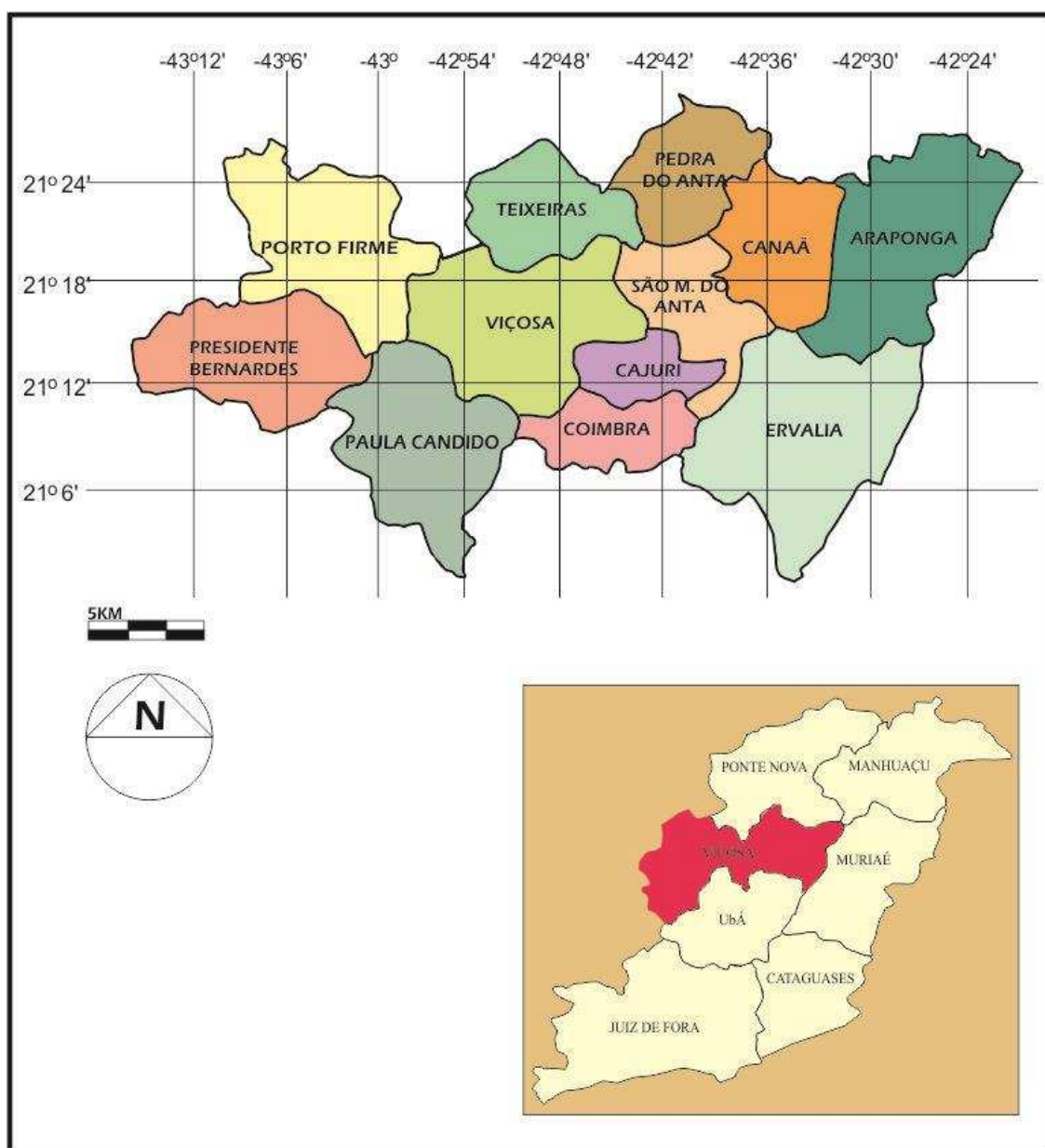
<http://www.mg.gov.br/governomg/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=69547&chPlc=69547&termos=s&app=governomg&tax=0&taxp=5922>, modificado pela autora, 2014.



**Figura 2:** Mapa das Microrregiões da Zona da Mata, destaque para as Microrregião Geográfica de Viçosa e Microrregião Funcional de Viçosa  
**Fonte:** Rocha, 2008, modificado pela autora, 2014

Nesse contexto, optou-se por focar o estudo na microrregião de Viçosa. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em divisão estabelecida em 1997, a microrregião é composta por 20 municípios. No entanto, os objetivos e a problemática oferecida pelo trabalho direcionaram a adoção da Microrregião Funcional, divisão definida também pelo IBGE.

A divisão funcional baseia-se em critérios relativos ao mercado de trabalho e aos movimentos pendulares. A Microrregião Funcional, definida pelo REGIC – Regiões de Influência das Cidades, de 2007, produzido pelo IBGE, congrega a Viçosa onze municípios: Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Candido, Pedra do Anta, Porto Firme, Presidente Bernardes, São Miguel do Anta e Teixeira, conforme ilustrado na Figura 3.



**Figura 3:** Microrregião Funcional de Viçosa  
**Fonte:** Produzido pela autora, 2014

Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, aprovada em 2005, esta microrregião (geográfica ou funcional), caracteriza-se pela estagnação, foco de

desigualdade, pobreza e origem de fluxos migratórios, fatores que tornam ainda mais relevante o seu estudo, a fim de compreender a dinâmica que é reflexo deste cenário.

Admite-se uma hipótese de que estas cidades busquem em outros núcleos da rede urbana, aqui denominadas “cidades-polo”, neste caso, Viçosa, alternativas em termos de saúde, educação, lazer e trabalho, e tornam-se, elas mesmas, fornecedoras de mão de obra com pouca qualificação, atuando como cidades dormitório, onde a economia é inexpressiva (se tomarmos por base um desenvolvimento com foco econômico, como veremos mais adiante) e as perspectivas de crescimento e desenvolvimento são baixas.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral deste trabalho é compreender as estruturas econômica, social e política das pequenas cidades da microrregião funcional de Viçosa e o papel que elas desempenham na rede urbana.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Compreender a posição da Zona da Mata mineira no conjunto de programas e planos regionais de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
- Examinar a estrutura social e espacial da rede urbana da microrregião de Viçosa;
- Compreender o nível de desenvolvimento econômico em que as pequenas cidades da microrregião de Viçosa se encontram;
- Analisar o papel das pequenas cidades da microrregião funcional de Viçosa a partir de três eixos de análise: sociedade, economia e política.

## **1.3 Estrutura da Dissertação**

Esta dissertação é composta por três capítulos complementares relacionados à temática da inserção das pequenas cidades nas redes urbanas regionais, com um olhar sobre o desenvolvimento e o planejamento.

O primeiro capítulo, intitulado “As pequenas cidades nas redes regionais: notas sobre desenvolvimento e planejamento na Zona da Mata Mineira” teve como objetivo identificar programas e planos regionais de desenvolvimento e estratégias de planejamento que abranjam a área em estudo. A metodologia adotada baseou-se na pesquisa bibliográfica conjugada à pesquisa documental.

O segundo capítulo, intitulado “Rede urbana e cidades pequenas: considerações acerca da estrutura socioespacial e econômica da microrregião de Viçosa” teve como objetivo examinar a estrutura da rede urbana da microrregião de Viçosa nos últimos vinte anos (1990 – 2010) e compreender o nível de desenvolvimento econômico em que se encontram as pequenas cidades dessa microrregião. Para tanto, foram utilizadas uma perspectiva histórico-analítica e uma metodologia qualitativa, baseada na pesquisa bibliográfica e em dados secundários.

Finalmente, o terceiro capítulo “O papel da pequena cidade: um estudo de caso na microrregião de Viçosa - MG” apresenta como objetivo compreender as estruturas econômica, social e política das pequenas cidades da microrregião funcional de Viçosa para identificar o papel que as cidades pequenas desempenham na rede urbana regional. A metodologia foi embasada em pesquisa bibliográfica e complementada por dados secundários e pesquisa documental. Também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com agentes institucionais das Prefeituras Municipais, para levantamento de dados acerca dos municípios.

As conclusões gerais finalizam esta dissertação.

# **CAPÍTULO 1 - NOTAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL NA ZONA DA MATA MINEIRA.**

## **1 Introdução**

Falar de planejamento regional invoca a necessidade de falar em região e regionalização, uma vez que é sobre tais conceitos que se definem áreas específicas onde atua esta modalidade de planejamento.

No Brasil, em especial no estado de Minas Gerais, a regionalização não é única e polivalente, mas ao contrário, adapta-se a cada propósito apresentado. Se tomarmos o princípio de que a regionalização constitui a base territorial para o planejamento regional, já se encontra aí o primeiro entrave no processo de planejamento.

Tem-se, portanto, uma dificuldade inicial para a formulação de políticas de planejamento regional, que por sua vez devem partir de uma combinação bem articulada de aspectos econômicos, sociais e políticos, tríade que deveria se refletir no desenvolvimento.

Este capítulo pretende compreender o quadro de desenvolvimento regional da área em estudo, passando por um percurso histórico, bem como identificar as ações de planejamento regional adotadas por órgãos nos diferentes níveis que incidem sobre a região.

## **2 Traçando as bases para uma discussão**

### **2.1 O conceito de região**

Muitos são os esforços despendidos por estudiosos por muitos anos em busca da definição da “região”. Conceitos clássicos foram elaborados, origens apontadas e neste início do século XXI, tem-se pela frente um novo desafio, qual seja, compreender o papel da região no complexo contexto da globalização. As citações que se seguem ilustram bem este desafio:

não pensemos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos. (SANTOS, 1994 apud HAESBAERT, 1999:26)

Como se pode dividir o que em tese está em crescente processo de integração? Como se pode distinguir espaços num mundo que se diz em processo de homogeneização? (HAESBAERT, 1999:24)

A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização. (SANTOS, 1999, apud HAESBAERT, 2010:35)

O contexto de globalização vem transformar e questionar antigos paradigmas. É consenso entre os estudiosos (HAESBAERT, 1999; POZENATO, 2003; MOREIRA, 2007) que o efeito homogeneizador dos processos globalizantes tem implicado em uma tendência neorregionalista, trazendo à tona uma nova discussão acerca do entendimento da região.

Sabe-se que a globalização não se dá de forma homogênea pelo mundo. Ainda que seja este o discurso entoado, os processos globalizantes tornam evidentes as desigualdades ‘reformatadas’ e abre espaço para novas discussões no âmbito das singularidades e especificidades. Para Haesbaert (1999: 25), estes processos de globalização são “concomitantes de globalização e fragmentação”.

Muitos são os estudos nas últimas décadas em função deste redescobrimto da esfera regional. Benveniste (1966)<sup>1</sup>, mostra que “a palavra regio deriva de rex, a autoridade que, por decreto, podia circunscrever as fronteiras: *regere fines*”. Portanto, como destaca Pozenato (2003: 05): “A região não é pois, na sua origem, uma realidade natural, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade”.

A citação acima busca estabelecer uma origem para o termo ‘região’ e deixa clara a crença de uma sobreposição do aspecto social (vontade humana) sobre o aspecto natural, na construção do conceito.

Pozenato (2003) acredita que a região enquanto espaço natural pode ter surgido quando de sua utilização pela Geografia.

Moreira (2007) complementa esta afirmação argumentando que os geógrafos por volta dos anos 1950, quando as paisagens não tinham o dinamismo alcançado nos dias atuais, tinham uma visão de que a região era formada por dada “forma singular de síntese dos fenômenos físicos e humanos”. À época, as paisagens que levaram a esta elaboração eram uma forma geral de longa duração.

Haesbaert (1999) salienta a visão clássica de região defendida por autores como Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne. Para o autor as três referências clássicas da Geografia apresentam consensos quanto à caracterização da região:

- 1- a importância ao específico, ao singular, referentes às características únicas;

---

<sup>1</sup> Benveniste 1966, apud POZENATO, 2003:5.

- 2- o estudo integrador ou de síntese, que permite perceber uma coesão/coerência interna à região;
- 3- a continuidade espacial, desconsiderando a fragmentação e a descontinuidade das regiões;
- 4- a estabilidade regional, relativa a fluxos e regiões funcionais, e
- 5- a relação entre região e meso-escala, situada num nível sub ou infra-nacional.

Haesbaert (1999) chama atenção, contudo, para a diferenciação que há entre os conceitos de região e regionalização. O primeiro trata de forma mais rígida o aspecto teórico, munida de uma base conceitual consistente. A regionalização por sua vez é o método ou instrumento de análise, sujeita a objetivos pré-definidos.

Assim o autor descreve sua definição para o termo região como

um espaço (não institucionalizado como Estado-Nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco 'regional' de classe que nele reconhece sua base territorial de produção. (HAESBAERT, 1999: 21)

Nota-se que o autor engloba em sua definição as dimensões política, econômica e cultural. A dimensão natural é agregada na definição elaborada por Markusen (MARKUSEN, 1987 apud HAESBAERT, 1999) quando defende a existência de um *millieu* (meio), um ambiente físico que abriga uma sociedade historicamente produzida, com diferenciações de cunho socioeconômico, político e cultural em relação a outras regiões.

Bourdieu (1989) acredita que nesta busca por uma definição inquestionável e incontestável, a região encontra-se como objeto de uma luta entre estudiosos, desde que existe uma “política de ‘regionalização’ e movimentos ‘regionalistas’, economistas e sociólogos”. (BOURDIEU, 1989 apud POZENATO, 2003:6)

Em estudo mais recente Paula (2006) aprimora a definição do termo, apontando que a região

agrega o espaço natural, o espaço econômico, o espaço político, o espaço cultural e o processo histórico com o qual a região como uma categoria espacial expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade, configurando um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla com a qual se articula” (PAULA, 2006: 68)

O conceito acima citado integra as dimensões possíveis nesta unidade complexa a que chamamos região, e é este entendimento que será defendido ao longo deste trabalho.

## 2.2 O conceito de regionalização

A regionalização corresponde, inicialmente, a uma delimitação de espaços ou porções territoriais visando a determinados objetivos. Em outras palavras, “regionalizar é em essência uma resposta espacial a uma problematização específica da realidade em estudo” (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005). Significa, portanto, partir o território, de acordo com um critério predefinido.

Nesse sentido, a busca por uma delimitação do conceito de regionalização passa pelo questionamento acerca do intuito que leva à necessidade de se segmentar um espaço para análise.

A delimitação de uma região deve partir não somente do espaço regional como espaço econômico, mas também como espaço geográfico.

Para Boudeville “qualquer segmentação do território obedece a um de dois critérios auto-explicativos básicos, a saber: homogeneidade e heterogeneidade” (BOUDEVILLE, 1960 apud CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005:15).

Em trabalho acerca da dimensão econômica no recorte da região, Cunha, Simões e Paula (2005) afirmam que

o critério de homogeneidade não nos permite atentar para uma dimensão crucial em uma sociedade mercantil, isto é, os diferentes níveis de hierarquia, integração e complementaridade que definiriam os sistemas econômicos. (CUNHA; SIMÕES; PAULA et al, 2005: 16)

Por outro lado, com os critérios de heterogeneidade haveria possibilidade de avaliar os sistemas econômicos em sua configuração e intensidade. As relações de trocas e complementaridade ou mesmo sua inexistência têm relação direta com a constituição de uma região econômica ou cultural, ou ainda política, ou, contrariamente, um enclave econômico, como argumentam os autores acima citados.

Essas ênfases características de cada critério de segmentação conduzem a leituras distintas da região e a diferentes regionalizações.

Sob uma perspectiva histórica, citamos um estudo de Geiger (2001). Segundo o autor:

No Brasil agrário do passado, processos socioeconômicos localizados, cada um com suas aprendizagens específicas, davam margem a constituição, identificação e denominação de regiões, unidades menores que os estados e, regra geral, descontínuos entre si”... A percepção popular para espaços maiores era mais vaga, e ainda é, para muitos. Por exemplo, para massas nordestinas, todo o território ao sul da Bahia, privilegiado pela regularidade da chuva é tido, no

imaginário, como mais rico, e generalizado como o ‘Sul’. (GEIGER, 2001)

O autor aponta que a partir dos anos 1930, com o crescimento do envolvimento do Estado no “direcionamento do desenvolvimento econômico” passou-se à implementação de modelos de organização regional para o País. Na década de 1940, com a criação do IBGE, torna-se rotina a prática da divisão regional do território nacional.

O modelo que vigorava era caracterizado pela hierarquia, cujo maior nível era o das “Grandes Regiões” (macrorregiões). Por influência da corrente francesa da Geografia, de Piérre George, expressões como regiões metropolitanas, pólos de desenvolvimento, eixos de desenvolvimento se firmaram na linguagem brasileira. Havia naquele momento duas lógicas para se regionalizar: a primeira partia das centralidades, “regiões polarizadas”; a outra se baseava em heranças históricas antigas para definir as “regiões homogêneas”. (GEIGER, 2001)

Portanto, a partir da convergência notada nas argumentações expostas acima, a regionalização está ligada a um processo de análise, subordinada a um certo objetivo. Diferentemente da região, a regionalização não é algo nato, pré-definido, mas, construído.

### **2.3 Uma Visão sobre o Planejamento Regional**

Em linhas gerais o planejamento pode ser entendido como sendo um processo de trabalho permanente, que tem por objetivo final a organização sistemática de meios a serem utilizados para atingir uma meta, que contribuirá para a melhoria de uma determinada situação (JÚNIOR, 2004). Entretanto, pode-se ir mais fundo nesta investigação.

A Constituição de 1988 foi um marco que consagrou a hegemonia das práticas e dos discursos neoliberais. Paralelo a isso, para Brandão (2011),

Os processos de abertura comercial e financeira, desmonte das capacidades estatais de intervenção e entrega do patrimônio público à “iniciativa privada”, a internacionalização de parcela fundamental do parque produtivo nacional, dentre outros fatores, determinaram importantes transformações nas relações entre as regiões brasileiras. (BRANDÃO, 2011: 20)

Segundo o autor, as consequências deste processo foram recebidas de forma desigual entre as macrorregiões, aumentando a desigualdade entre elas.

No contexto do início deste século, o autor acredita que as heterogeneidades estruturais históricas têm-se colocado com maior vigor. Brandão (2011) afirma que pós-1980, as instâncias de coordenação foram sendo desmontadas, o que fez com que prevalecesse uma perspectiva setorialista e compartimentadora nas decisões públicas. Neste contexto o papel do planejador era subordinado e limitado, o que parece não ter se alterado.

O quadro instaurado pela Constituição de 1988 levou ao enfraquecimento da ação planejadora regional, devido às especificidades do federalismo brasileiro, marcado ora pelo centralismo ora pelo localismo municipalista, “além de ter em seu interior forte presença dos governos estaduais e seus mandatários”. (BRANDÃO, 2011: 24)

O reflexo deste quadro resultou em um “jogo federativo em três níveis, em que o intermediário não possui orientação nem a capacidade coordenativa de realizar a mediação para cima e para baixo, enquanto o municipalismo localista não logra constituir uma escala supralocal de articulação” (BRANDÃO, 2011: 25).

Esta lacuna em nosso organograma político-administrativo reflete a fragilidade do território enquanto nível regional e contribui para que haja diferentes divisões segundo diferentes propósitos.

Partindo de uma perspectiva histórica, baseada no trabalho de Feldman (2009), tem-se que ao longo da Era Vargas os urbanistas surgem como “portadores de um conhecimento que se inscreve no campo de um conhecimento eminentemente técnico”, atuando em órgãos estaduais e municipais.

Como reflexo dessa atuação, no percurso dos anos 1940 e 1950, as administrações municipais assumem uma postura de introduzir um processo de planejamento, através da elaboração dos Planos Diretores. Mais tarde, no período circunscrito entre o Estado Novo e a Ditadura Militar nascem instituições autônomas, relacionadas ao planejamento, muitas vezes ligadas às universidades. Segundo Feldman (2009), os estudos realizados na década de 1950 revelam que a essência do planejamento regional não se limita a uma ampliação da escala territorial, mas a uma ampliação da complexidade das práticas de planejamento, uma vez que abarca e articula a ordem econômica, social, espacial e administrativa.

Na visão de Boisier (1989),

O conceito de região de planejamento é dependente do conteúdo do próprio planejamento, não pode ser definido exogenamente, nem se mostra tampouco, necessariamente, igual ou coincidente em regiões

definidas em outros contextos, como a região, no sentido cultural, por exemplo. (BOISIER, 1989: 69)

Na transição para este pensamento acerca do nível regional surgem novas questões, como a superação do limite político-administrativo para a demarcação de áreas de planejamento, acompanhado da complexidade acima descrita, considerando os determinantes variados que influenciam neste processo, como a questão geográfica, econômica, potencialidades de recursos, entre outros.

## **2.4 Teorias Acerca do Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional**

Há um consenso de que o conceito de desenvolvimento se consolidou nos anos 1950, segundo Siedenberg (2004). Anteriormente, as ideias cunhadas desde a Antiguidade até meados da Idade Média sugeriam que o desenvolvimento estaria relacionado a um processo de revelação gradual. Posteriormente, em meados do século XVII, os termos ligados à noção de desenvolvimento, *evolutio* e *développement*, passaram a receber um significado de direção e foram associados a uma espécie de mudanças sequenciais que ocorrem em estágios pré-definidos e inevitáveis. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o conceito de desenvolvimento passou a associar-se a uma concepção otimista, de indivíduos e sociedades moldando um mundo melhor. (SIEDENBERG, 2004)

No contexto do Imperialismo, desenvolvimento passa a significar transição, o processo de mudança das “sociedades tradicionais” para “sociedades ocidentalizadas”. Após a Segunda Guerra Mundial, a difusão dos conceitos de países desenvolvidos e subdesenvolvidos fez nascerem políticas e estratégias de desenvolvimento no âmbito do desenvolvimento econômico. Neste momento os países europeus não queriam voltar ao quadro de desemprego, miséria e desigualdades que viviam antes do conflito bélico. Como consequência, em 1945 é divulgada a Carta das Nações Unidas e criada a Organização das Nações Unidas (ONU), visando à “manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida”. (OLIVEIRA, 2002)

O conceito pretérito de desenvolvimento relaciona o mesmo com crescimento. Na década de 1960, de acordo com Cardoso (1995), desenvolvimento estava relacionado ao progresso material, acreditando alguns que seria o centro do progresso social. Se buscarmos desde as argumentações de Perroux (1967) e Hagen (1967) até as de Stavehangen (1967) e Santos (2013), seus estudos se pautam enfaticamente em uma

perspectiva econômica do tema, tratando desenvolvimento como um aumento do produto interno bruto de cada país, isto é, como incremento econômico.

A partir dos anos 1980 uma nova perspectiva passa a ser disseminada, caracterizando um período de transição apoiado, principalmente, pelo Banco Mundial. Esta nova abordagem busca introduzir no conceito de desenvolvimento o elemento humano. As contribuições de Cernea (1995) em seu livro *“Primero la gente: Variables sociológicas en el desarrollo rural”* expressa a essência que as novas abordagens pretendem disseminar. A evolução do conceito caminhou neste sentido, enfatizando o elemento humano como principal ingrediente do desenvolvimento. Esta tendência pode ser verificada nos estudos mais recentes, que tornam o desenvolvimento um tema interdisciplinar, através do aumento das liberdades individuais, defendido por Sen (2000) e dos estudos territoriais, que pretendem através da implementação de políticas aumentar as liberdades das pessoas por meios participativos.

De acordo com Cardoso (1995), nos anos 1990, o desenvolvimento parece um processo fragmentário, composto por várias denominações: sustentável, social, humano, o que na opinião do autor é um ganho, uma vez que o incremento econômico passa a ser apenas um elemento de um processo maior.

Abre-se uma nova era na discussão sobre o desenvolvimento. Para Vasconcellos e Garcia (VASCONCELOS e GARCIA, 1998 apud OLIVEIRA, 2002), semelhante ao que defende Cardoso (1995), desenvolvimento deve compreender o crescimento econômico, mas este deve vir acompanhado de melhora na qualidade de vida, ou seja, “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem estar econômico e social”. (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998 apud OLIVEIRA, 2002: 41)

Segundo o modelo de Heidemann (HEIDEMANN, 1993 apud SIEDENBERG, 2004) analogamente ao que propõe a biologia,

todo processo de mudanças que se resume num aumento quantitativo daquilo que já existe, configura um processo de crescimento. Já o conceito de desenvolvimento é reservado exclusivamente para identificar os processos de mudança qualitativa no âmbito individual da organização, ou seja, o desenvolvimento ocorre quando essa entidade passa a ter uma capacidade qualitativamente diferenciada em relação a sua condição anterior. (HEIDEMANN, 1993 apud SIEDENBERG, 2004:12).

Dentre tantas correntes e teorias traçadas para definir o desenvolvimento, nota-se um esforço em tornar o conceito o mais delineável possível, uma vez que ao longo dos anos, pelas adjetivações que passaram a acompanhá-lo, o termo foi tornando-se tão

amplo, ao ponto de esvaziar-se. Entretanto, é notória a força de uma corrente que acredita, assim como será admitido neste trabalho, que “desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”. (OLIVEIRA, 2002: 40)

Araújo (1999) aponta que nas últimas décadas três movimentos alteraram substancialmente a dinâmica da economia mundial: a globalização, a crise do regime de acumulação anterior e a financeirização da riqueza. A autora aponta que o contexto dos anos 1990 tendia à ampliação das diferenciações e à heterogeneidade intra-regionais, ou seja, uma tendência à fragmentação. Há neste momento dois movimentos distintos, um de desconcentração espacial, com o espraiamento de algumas atividades produtivas, devido a incentivos fiscais, e outro no sentido da concentração de investimentos, que ocorreriam nas áreas onde a dinâmica já tendia a este processo. No fim dos anos 1990, estudos já apontavam para um possível movimento de “reconcentração”.

Diniz (1993) e Cano (1997) reforçam esta ideia de reconcentração. De acordo com Diniz (1993), a partir dos anos 1980, este movimento passa a reforçar as disparidades entre as macrorregiões e mesmo no interior das mesmas. Cano (1997) também admite esta hipótese, que aponta como sendo um movimento posterior à acentuada desconcentração produtiva, que se deu entre 1970 e 1985. Este movimento, entretanto, segundo apontam Araújo (1999) e Diniz (1993), não efetivou mudanças substanciais no quadro macrorregional brasileiro, sendo rapidamente substituído por uma onda contrária, efetivando a desconcentração.

Diniz (1993) aponta elementos que, segundo ele, nos últimos anos influenciaram a dinâmica regional da economia brasileira.

Estes elementos são:

1. deseconomias de aglomeração na Área Metropolitana de São Paulo, devido ao alto custo operacional que a região atingiu;
2. o papel do Estado, promovendo incentivos fiscais para ocupação de regiões periféricas;
3. disponibilidades diferenciadas de recursos naturais;
4. unificação do mercado e mudanças de estrutura produtiva, e, por fim
5. concentração da pesquisa e da renda.

Como é possível observar, entre os elementos citados, são apontados incentivadores da desconcentração e da reconcentração, este último marcado pela concentração quase irreversível da pesquisa e da renda na região sudeste do país.

Araújo (1999) aponta para uma ausência de políticas regionais explícitas do governo federal, dando espaço a uma “guerra fiscal” entre estados e municípios que, segundo a autora, agem no sentido de consolidar alguns “focos de dinamismo” em suas áreas de atuação.

Para Araújo (1999), na década de 1990 vigoram tendências de articulações promovidas por atores locais, tentando reverter o processo de fragmentação, mas ocorriam paralelamente a um processo nitidamente fragmentador, traduzido pelos crescentes desmembramentos de municípios. Contudo, a autora acredita haver um esforço partindo do nível local para atuar em níveis regionais, em nosso país.

Semelhante ao que aponta Araújo (1999), Boisier (1992) defende um desenvolvimento regional criado sobre bases endógenas, ou seja, que deve nascer das características e anseios da região em questão. Nesse sentido, o desenvolvimento de longo prazo de uma região, e não apenas o seu crescimento econômico, depende da interação de três processos:

- a) da participação relativa da região no uso dos recursos nacionais, determinada a partir de critérios econômicos e políticos prevalentes no processo de alocação inter-regional dos recursos;
- b) da direção e da magnitude que o quadro global das políticas econômicas nacionais tem sobre a região;
- c) da capacidade de organização social da região, ou seja, de transformar os impulsos de crescimento em estados de desenvolvimento.

### **3 O Planejamento Regional em Minas Gerais**

#### **3.1 O PADEM e outras políticas voltadas ao planejamento em Minas Gerais**

A década de 1970 configurou-se como um marco no planejamento. Floresceram à época políticas de habitação vinculadas aos planos nacionais de desenvolvimento. No âmbito do planejamento, atrelado ao II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento foi elaborado o Programa de Cidades de Porte Médio, que vigorou entre os anos de 1976 e 1986, e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Municípios. (DIAS, LOPES, 2014: 10)

Antes da década de 1970, as iniciativas referentes ao planejamento em Minas Gerais apresentavam um caráter econômico com foco voltado ao nível estadual. Nessa mesma década, introduziu-se a escala regional e microrregional no planejamento estadual, girando em torno não somente da esfera econômica, mas também agregando o social, como tendência dos estudos de planejamento e desenvolvimento da época.

Como observam Perobelli et al (1999):

As desigualdades constituem desafios para o Estado, sendo necessária a promoção de um desenvolvimento que atue em duas vertentes complementares. De um lado, uma sustentação e/ou dinamização das regiões com bom desempenho econômico e social; de outro, uma regeneração e/ou indução do processo de desenvolvimento das regiões com carências econômicas e sociais. (PEROBELLI et al, 1999: 134)

O autor complementa que foi neste cenário e com o intuito de sanar estes problemas que o governo estadual elaborou os primeiros planos de desenvolvimento econômico e social.

O I PMDES – Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social - foi elaborado em 1971 e propunha a desconcentração espacial do desenvolvimento, amparada por um diagnóstico que declarava concentração de desenvolvimento e falta de integração.

Entre 1976 e 1979, o II PMDES, apoiado no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), preocupava-se com a estruturação de uma rede equilibrada de cidades.

Nesta época, as políticas se orientavam pelo nível federal. No Estado de Minas Gerais, alguns planos nasceram voltados a objetivos específicos, ligados a regiões problema. Na mesma década foi elaborado o PRODEMI – Programa de Desenvolvimento Microrregional, orientado à adoção do Associativismo Municipal.

Já no fim da década de 1970, introduziu-se o III PMDES, caracterizado pela ênfase no desenvolvimento social. Este plano voltou-se para as peculiaridades do quadro urbano mineiro, adotando os Planos Regionais de Desenvolvimento Integrado.

No contexto de descentralização, é criado em 1985 o PADEM – Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenos Municípios. O PADEM aponta que, na década de 1970, o “milagre econômico” beneficiou a economia mineira, no entanto o crescimento se deu de forma diferenciada tanto no espaço geográfico quanto no que se refere a certas categorias de municípios. O diagnóstico realizado pelo PADEM indicou que havia uma tendência geral de crescimento do setor industrial em todas as categorias de cidades, no entanto, nos menores municípios a agricultura continuava sendo a atividade básica. O programa então tendia a contribuir com municípios de pequeno porte, que, por sua base produtiva rural, vinham enfraquecendo-se economicamente. (PADEM, 1970)

A tríade que compunha a estratégia do PADEM era a seguinte:

1 – incentivar atividades produtivas para reverter o quadro de êxodo rural, nos municípios onde estas vêm a ser a atividade principal;

2 – privilegiar investimentos em infraestrutura e serviços urbanos a fim de gerar emprego e renda, nas localidades onde a dinâmica urbana já é mais consolidada; e,

3 – investir em infraestrutura em regiões economicamente dinâmicas para evitar eventuais carências.

O PADEM se configura no momento de sua concepção como importante instrumento de pesquisa e diagnóstico, incentivando a criação de projetos em infraestrutura física e social, apoio ao setor produtivo e veículos e equipamentos.

O programa consolidou-se e nestes primeiros anos do século XXI, sob mesma sigla e com o nome de “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal”, representa uma alternativa aos municípios de pequeno porte na aquisição de equipamentos e veículos, execução de obras de saneamento, melhoramento urbanístico, entre outras.

Com a Constituição de 1988, foi assegurada aos estados a competência para a instituição de unidades regionais (art. 25, § 3º). A Constituição mineira avançou ainda mais, ao conceituar os diferentes tipos de unidades regionais.

Frente ao processo de descentralização municipal em curso, em julho de 1991, o governo de Minas Gerais criou um programa com a finalidade de prestar assistência técnica e financeira aos municípios mineiros. Esse programa, denominado PRODEMU (Programa Permanente de Desenvolvimento Municipal) tinha como objetivo fortalecer a capacidade de gestão dos governos locais utilizando como estratégia o Associativismo Municipal. Porém, apesar dos esforços realizados pelos técnicos dos órgãos de planejamento do Estado, o PRODEMU não produziu os resultados esperados. (CARVALHO, 1998, 2007).

Em 1999, no governo de Itamar Franco, foi criado o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2000-2003). Este plano previa uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. Seu objetivo foi reorientar o Estado dentro da conjuntura política da época, recusando a subordinação estrita aos interesses econômicos e financeiros que dominavam o país. Além disso, pretendia reconstruir as instâncias estadual e municipal de planejamento.

As entrelinhas do plano revelam um discurso humanista, pautado na busca da igualdade social, em favor de uma leitura mais rica e sensível aos sentimentos e aspirações dos mineiros e da crítica à política voltada ao mercado.

As diretrizes do PMDI 2000-2003 focavam, sobretudo, em três fortes aspectos: a participação popular, através de uma nova relação Estado-Sociedade; a retomada do papel do Estado, tornando-se o promotor do crescimento econômico, e por fim, a inclusão social de grupos marginalizados.

As estratégias traçadas a fim de alcançar estas diretrizes se pautavam na elevação da qualidade de vida e na busca de equidade social, através da eficiência econômica, do equilíbrio macroeconômico e do crescimento, respeitando a dimensão ambiental.

O discurso observado no PMDI 2000-2003 afirmava que:

A partir dos anos 90, as orientações políticas neoliberais fragilizaram a capacidade técnica de formulação das equipes de planejamento, com o objetivo de criar facilidades e eliminar áreas de resistência às políticas de privatizações e redução do papel do governo no tocante às políticas sociais. (PMDI, 1999: 46)

Portanto, a dimensão regional está ausente deste plano.

Em 2002, então sob o governo de Aécio Neves, elabora-se um novo plano, com um horizonte de planejamento bem mais ambicioso, uma vez que “a aceleração das mudanças técnicas, econômicas e sociais exige uma visão a longo prazo (...)” (PMDI, 2002: 23)

A metodologia proposta no plano baseava-se em três perguntas centrais: Onde estamos? Aonde pretendemos estar? Como chegar lá? A primeira visava direcionar o diagnóstico e a análise da situação atual, do cenário político, econômico e social. A segunda procurava respostas em relação aos cenários futuros, às ambições e ao quadro desejado para o Estado. Por fim, a última pergunta visava ao estabelecimento de estratégias e programas a serem implantados.

Os objetivos prioritários do PMDI 2003-2020 revelam um discurso embasado principalmente na questão econômica, contrariando a tendência humanista do antecessor.

Dentre os objetivos defendidos cabe destacar:

- 1- promoção da infraestrutura requerida;
- 2- fomento do desenvolvimento econômico;
- 3- redução das desigualdades regionais, melhorando os indicadores sociais das regiões menos desenvolvidas como o Norte e os vales do Jequitinhonha e Mucuri;
- 4- viabilização de novas formas de financiamento dos empreendedores, e

5- estabelecimento de um novo modo de operação do Estado.

É possível notar que, dentre estes objetivos, a grande semelhança com o plano anterior está na necessidade exposta por ambos em recolocar o Estado definindo seu papel nas políticas de planejamento.

Do ponto de vista do planejamento regional, o foco dirige-se especificamente para as regiões menos desenvolvidas – Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri –, mas a Zona da Mata não é contemplada, apesar do seu baixo nível de desenvolvimento e da sua condição de estagnação econômica.

Em 2006, reelabora-se o plano sob o lema de “Estratégia de Desenvolvimento: Estado para Resultados”. O desafio central seria fazer com que Minas Gerais resgatasse indicadores socioambientais equivalentes à sua pujança econômica, a ser perseguida pelos atores sociais mineiros em um horizonte de longo prazo. Definiu-se então como horizonte o período 2007-2023.

Este plano se molda sobre seis aspectos centrais, que se articulariam definindo um sétimo aspecto. São eles: integração territorial competitiva, sustentabilidade ambiental, perspectiva integrada do capital humano, equidade e bem-estar, investimento e negócios, e rede de cidades, culminando no sétimo aspecto: Estado para Resultados.

Dentre os aspectos citados, convém reportar à **rede de cidades**, uma vez que dentro dos planos analisados, esta é a primeira vez que claramente se evoca a expressão, conforme esclarece o texto abaixo:

O desenvolvimento de uma rede urbana equilibrada requer o fortalecimento da capacidade de polarização das cidades, através da prestação de serviços públicos e privados para as demandas oriundas de seu entorno regional”. (PMDI, 2006: 28)

No entanto, dentro da perspectiva da rede, o PMDI 2007-2023 não evoluiu o esperado. Seu grande foco é a Rede Metropolitana de Belo Horizonte, seguido pela rede de cidades criativas, dinâmicas, seguras e bem cuidadas. Outra ênfase era o planejamento e a gestão urbana, em um âmbito mais específico e não regional, e a rede de serviços públicos de qualidade.

O grande salto vem no PMDI 2011-2030. Nota-se a permanência do horizonte de longo prazo e a ampliação da noção de rede. O plano surge com o conceito de “Estado Aberto e em Rede” e define onze redes de desenvolvimento integrado:

- 1- Rede de Educação e Desenvolvimento Humano;
- 2- Rede de Atenção em Saúde;
- 3- Rede de Defesa e Segurança;

- 4- Rede de Desenvolvimento Social e Proteção;
- 5- Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável;
- 6- Rede de Ciência Tecnologia e Inovação;
- 7- Rede de Desenvolvimento Rural;
- 8- Rede de Identidade Mineira;
- 9- Rede de Cidades;
- 10- Rede de Infraestrutura, e
- 11- Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz.

A área de estudo, Microrregião de Viçosa, aparece no documento do PDMI 2011-2030 em mapa que representa a rede de cidades, no qual Viçosa aparece como centro sub-regional B, de ordem 8, última categoria. Nota-se que esta classificação segue o documento elaborado pelo IBGE acerca da Região de Influência das Cidades, mantendo Viçosa em posição abaixo de Ponte Nova, microrregião vizinha (Figura 1).

A estratégia central do PDMI 2011-2030 é de agir em rede, mas é desenvolvida em cinco estratégias:

- 1- intervir nas áreas urbanas de concentração de pobreza e vulnerabilidade social;
- 2- melhorar a mobilidade e a acessibilidade;
- 3- criar sistemas de intercâmbio com os municípios para difusão de tecnologia de gestão;
- 4- criar planos regionais estratégicos com participação da população local, e
- 5- promover a cooperação entre Estado, municípios e agentes privados.

A instrumentação dos planos regionais estratégicos deveria se apresentar através de programas de governo voltados a aplicar as diretrizes apresentadas a partir dos diagnósticos realizados. No entanto, os órgãos responsáveis por estes programas não avançaram na elaboração de planos complementares.



A SEDRU (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana) afirma apoiar a iniciativa do associativismo, enquanto alternativa de diminuição das desigualdades políticas, através da defesa dos interesses dos municípios, mediante sua união. De acordo com o órgão, “associar-se a outros municípios” é um dos objetivos prioritários dos municípios mineiros, consagrado no art. 166, da Constituição de Minas Gerais.

Um dos papéis desta Secretaria é apoiar os municípios mineiros na formulação de instrumentos urbanísticos, para colocar em prática a política urbana. Dentro da SEDRU, o desenvolvimento regional é de competência da Subsecretaria de Desenvolvimento Regional, que abriga a Superintendência de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Regional (SPADE), que, por sua vez, desenvolve o Programa Estruturador Cidades: Espaço de Integração.

Trata-se do Projeto Estratégico de Planejamento e Desenvolvimento Regional Integrado, no entanto, até o momento os planos desenvolvidos não contemplaram a Zona da Mata. Estes planos até então, dirigem-se ao Norte de Minas, Médio Espinhaço e Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

Outro órgão atuante no planejamento é a SEPLAG (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais), que além de ser a responsável pela elaboração do PMDI, encarrega-se também do Plano Plurianual de Ação Governamental. Entretanto, o órgão não dispõe de projetos e programas aplicáveis às microrregiões.

Por fim, a Associação Mineira de Municípios (AMM), principal órgão incentivador e instrumentalizador do Associativismo Municipal, fornece apoio às Associações Municipais mas não possui projetos direcionados às microrregiões.

### **3.2 Associativismo Municipal – Uma Estratégia de Planejamento Regional**

Associação, no sentido primeiro da palavra, significa reunião formal de pessoas, físicas ou jurídicas, que buscam lograr, conscientemente, objetivos predeterminados. O associativismo municipal por sua vez se traduz na reunião de municípios de uma determinada região ou área socioeconômica, com o objetivo de promover a realização de serviços comuns. (ARANTES, 1990).

O Associativismo Municipal configura-se com alternativa para o fortalecimento das unidades municipais, especialmente as de pequeno porte demográfico, carentes em termos de recursos técnicos e financeiros. Segundo Arantes (1990), o Associativismo

Municipal é uma forma de cooperação intermunicipal, onde vários municípios se associam para a realização de serviços cuja solução extrapola a sua capacidade técnica, administrativa e/ou financeira ou mesmo os limites político-administrativos de seus territórios. De acordo com o mesmo autor, o Associativismo se apresenta em duas modalidades:

1. Associativismo específico motivado ou vinculado, que compreende os convênios e consórcios intermunicipais e ainda convênios de cooperação municípios-estado ou municípios-nação.

2. Associativismo como mecanismo intermediário de planejamento, categoria onde se encontra o associativismo mineiro.

O Associativismo Municipal no Brasil surge no contexto da ditadura militar pós-1964, devido ao incentivo do governo em fazer com que estados e municípios traçassem um só caminho pela tecnocracia da União. (CARVALHO, 2007)

Em Minas Gerais, o Associativismo Municipal foi implantado através de um programa de desenvolvimento microrregional chamado “PRODEMI” e da criação da primeira Associação Microrregional de Municípios - a AMVA (Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Aço). Isto significa que o Associativismo Municipal mineiro configurou-se como estratégia de planejamento, diferenciando-se das experiências de outros estados. Diferente dos consórcios, as associações mineiras se constituem como pessoa jurídica e configuram-se como uma sociedade. Sua duração é indeterminada e não se vinculam a uma determinada atividade. (CARVALHO, 1998)

No quadro de descentralização política brasileira, os municípios de pequeno porte aparecem fragilizados, carentes de infraestrutura, técnica, institucional e financeira. Além disso, muitos dos problemas enfrentados nestes municípios extrapolam seus limites territoriais. Neste contexto, o Associativismo surge como resposta à carência de políticas federais e estaduais empenhadas em promover o desenvolvimento dos pequenos municípios, podendo ser reconhecido como uma alternativa endógena de desenvolvimento.

É consenso entre os autores que o Associativismo Mineiro representou uma “estratégia de planejamento regional”, promovendo a articulação intermunicipal e com outros níveis de governo, passando de uma simples agregação de municípios. (ARANTES, 1990, CARVALHO, 2007).

Implantado com grande sucesso na década de 1980, ao longo do tempo algumas associações mineiras passaram a sofrer com a falta de recursos e de apoio do governo

estadual, perdendo sua importância como instrumentos de fortalecimento municipal e microrregional. Assim, as associações microrregionais continuam atuando no Estado, com maior ou menor eficácia, em função das características regionais. (CARVALHO, 2007).

Estudo realizado por Carvalho (1995) sobre o Associativismo Municipal na Microrregião da Zona da Mata Norte, que congrega 11 dos 12 municípios adotados como objeto de estudo nessa pesquisa, indicou que, com o paulatino afastamento do Estado, a execução da estratégia associativista na microrregião passa por sérias dificuldades que interferem no seu desempenho como efetivo instrumento de planejamento regional.

Os municípios que compõem a área de estudo desta pesquisa pertencem a duas Associações: AMAPI – Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Piranga, da qual faz parte o município de Teixeira, e AMMAN – Associação dos Municípios da Zona da Mata Norte, que congrega os demais municípios.

#### **4 A Zona da Mata: Análise do Quadro Regional de Desenvolvimento e Planejamento**

A divisão em associações microrregionais de municípios constitui uma das formas de regionalização do Estado. Para efeito de planejamento estadual, a SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – divide o Estado em 10 regiões de planejamento (Figura 2). O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estabelece outra divisão, baseada em 12 mesorregiões geográficas, segundo critérios de homogeneidade. (Figura 3)

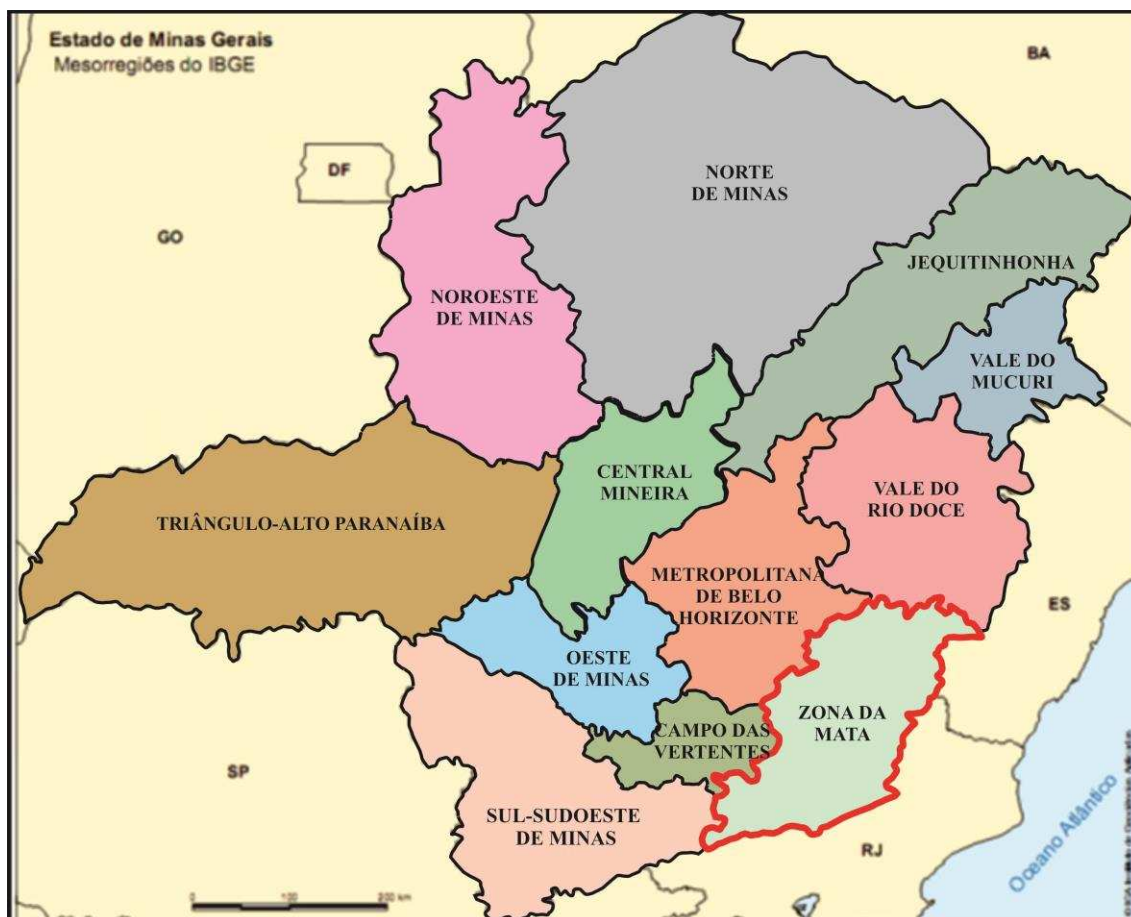


**Figura 2** – Regiões de Planejamento de Minas Gerais.

Fonte: [http://www.iga.br/SiteIGA/mapas/cgi/Imagens/MG\\_RegPlan.pdf](http://www.iga.br/SiteIGA/mapas/cgi/Imagens/MG_RegPlan.pdf)

Entretanto, como se pode observar a partir do exame das Figuras 2 e 3, a delimitação da Zona da Mata mantém-se a mesma, nas duas regionalizações. Isto se deve, provavelmente a certa homogeneidade, atributo importante no conceito de região. Segundo Paula (2006), ao fim do século XIX esta região apresentava determinada rede urbana, e hoje se configura como macrorregião subdividida em microrregiões. Ele completa que

a Zona da Mata, enquanto região delimitada no mapa, seja no início do século XX, seja na atual regionalização de Minas Gerais, feita pelo IBGE, bem como pelos órgãos do governo estadual, foi constituída como tal, a partir do momento em que a cafeicultura se expandia para o norte e leste da área pioneira. (PAULA, 2006: 69)

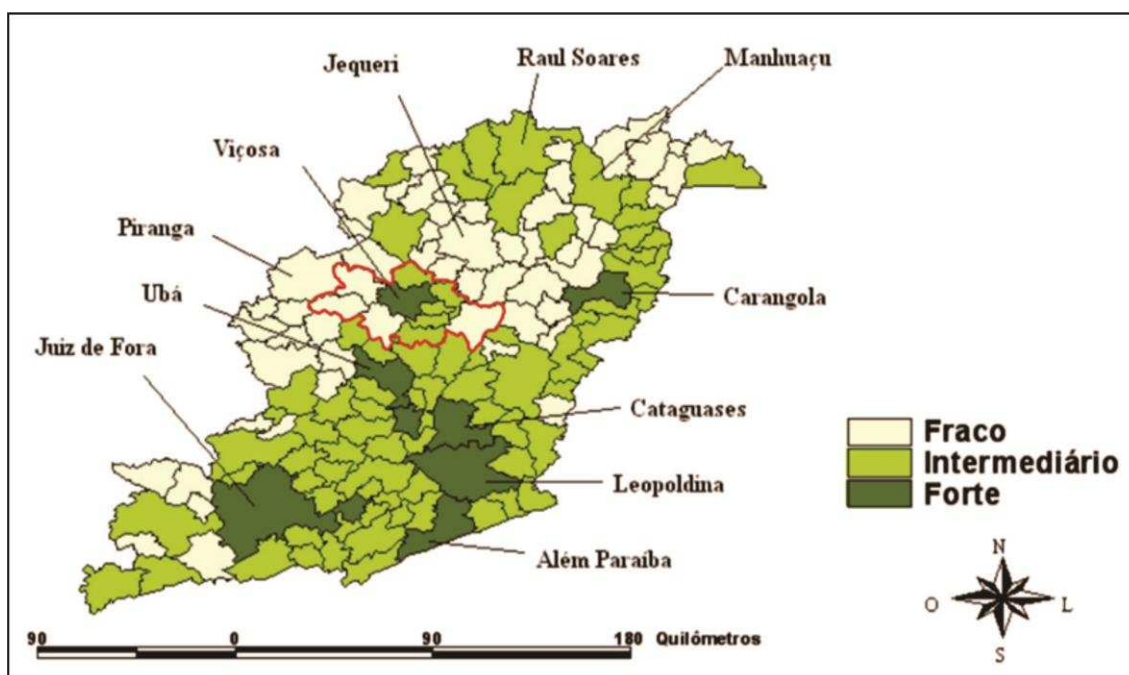


**Figura 3** – Mesorregiões do Estado de Minas Gerais, segundo IBGE.

**Fonte:** <http://forumdeconselheirosmineiros.blogspot.com.br/p/blog-page.html>

Através da citação anterior, Paula (2006) defende que o critério fundamental para definição da região da Zona da Mata foi o econômico.

Segundo a publicação “Agenda de Desenvolvimento da Zona da Mata” publicada a partir de estudo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), há na região variados graus de potencial de desenvolvimento socioeconômico, como mostrado na Figura 4.



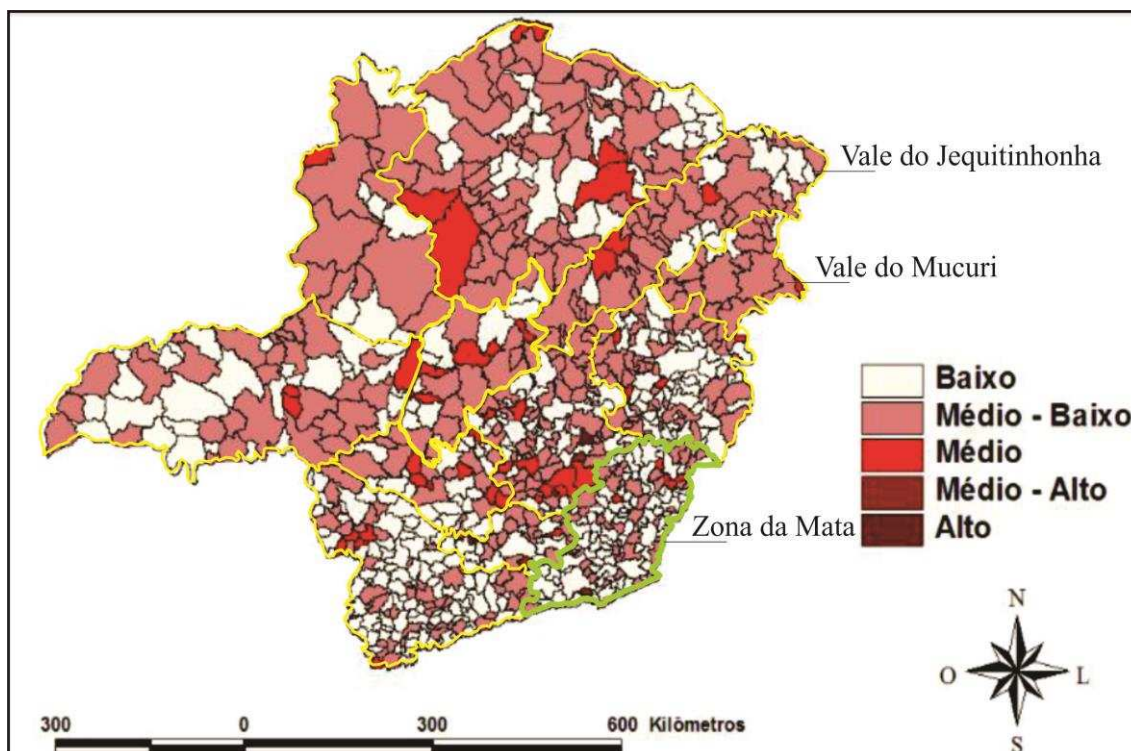
**Figura 4** – Potencial de desenvolvimento socioeconômico da Zona da Mata – MG

**Fonte:** Gonçalves (2009), in: Agenda de Desenvolvimento da Zona da Mata, modificado pela autora.

Dos 142 municípios que compõem a região, apenas oito apresentam forte desenvolvimento socioeconômico, enquanto os demais gravitam entre um nível intermediário e fraco<sup>2</sup>. A agenda salienta que estudos anteriores já apontavam uma tendência histórica de declínio na região. Como resultado de tal declínio, a região da Zona da Mata apresentou no “período de 1999 a 2008, a segunda pior taxa de crescimento entre as 12 mesorregiões de Minas Gerais (32%)”. (AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA DA MATA, 2011)

Outro mapa (Figura 5) apresentado no mesmo documento retrata o PIB per capita dos municípios de Minas Gerais e evidencia a situação da Zona da Mata com índices abaixo dos encontrados na mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri.

<sup>2</sup> Os indicadores socioeconômicos condensados por técnicas de análise multivariada foram: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), taxa de alfabetização, renda per capita, média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de estudo, percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro, percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV, percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone, número de médicos residentes por mil habitantes, população total e população urbana (Gonçalves, 2009)



**Figura 5** – Evolução do PIB per capita dos municípios mineiros entre 1999 e 2008

**Fonte** – Agenda do Desenvolvimento da Zona da Mata, modificado pela autora.

É possível notar, através do mapa da Figura 5, que na Zona da Mata predominam municípios com desempenho baixo, enquanto nas mesorregiões do Jequitinhonha e Mucuri prevalece desempenho médio-baixo com ocorrência de desempenho médio.

## 5 Apontamentos

Este capítulo teve por objetivo compreender a posição que a região da Zona da Mata mineira ocupa no quadro geral do planejamento regional do Estado, identificando programas, planos e estratégias de desenvolvimento regional que abrangem a área de estudo e, configurando-se como a base teórica desta dissertação.

Os conceitos de região, regionalização, planejamento e desenvolvimento foram formulados a partir de revisão de literatura, com a finalidade de identificar suas transformações no complexo contexto de globalização e ressaltar a necessidade de serem periodicamente revistos.

Embora, na atualidade, o conceito de região seja fortemente influenciado pelo processo conjunto de globalização e fragmentação, na sua essência a região engloba o

espaço natural, econômico, político, cultural e o processo histórico, devendo ser analisada a partir destes parâmetros.

Outro aspecto que exige reflexão é o entendimento do “efeito homogeneizador” da globalização, apontado por Santos e Haesbaert. No caso da Zona da Mata, o efeito homogeneizador não se concretiza, uma vez que a região permanece como uma das mais deprimidas do Estado. Aquilo que em tese estaria em constante processo de homogeneização, na realidade caracteriza-se pela fragmentação, que certamente se estende sobre toda a rede urbana regional.

A regionalização por sua vez, distingue-se da região por se tratar não de um aspecto teórico-conceitual, mas de um método ou instrumento de análise, subordinado a determinado objetivo. Assim sendo, no Brasil, e no caso específico do estado de Minas Gerais, a regionalização não é única e polivalente, mas ao contrário, adapta-se a cada propósito apresentado. Considerando-se que a regionalização constitui a base territorial para o planejamento regional, essa diversidade de regionalizações representa uma dificuldade inicial, já que a formulação de políticas de desenvolvimento regional dependerá da delimitação do recorte regional adotado.

Quanto ao planejamento regional é possível observar nas argumentações expostas que o papel do planejador sempre esteve ligado ao aspecto político, podendo ter maior ou menor evidência em função do contexto político vigente.

Por sua vez, o conceito de desenvolvimento vem se moldando ao longo do tempo, no sentido da ampliação do seu escopo. Diferindo do puro crescimento, ou incremento econômico, o desenvolvimento representa um processo de ganho qualitativo e não apenas quantitativo.

A investigação realizada indicou que a década de 1970 representa um marco no planejamento mineiro, diante da introdução da escala regional e microrregional no planejamento, pela criação de alguns planos ligados a “regiões problema”, pela elaboração do PRODEMI – Programa de Desenvolvimento Microrregional, orientado à adoção do Associativismo Municipal, e pela adoção da ênfase no desenvolvimento social, com a criação do I PMDES - Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em se tratando da problemática das cidades pequenas e médias, destacam-se o Programa de Cidades de Porte Médio, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Municípios - PADEM e a iniciativa de implantação do Associativismo Municipal no Estado, de grande relevância para o contexto da época. A criação do

PADEM impulsionou o planejamento dos pequenos municípios. No entanto, o legado do programa se reduz, atualmente, a ações ligadas quase estritamente à infraestrutura.

Na década de 1980, o caráter descentralizador da Constituição Federal de 1988 e a orientação neoliberal dos governos que se sucederam colocaram ênfase no fortalecimento do nível local, deixando em segundo plano o planejamento regional.

Na década seguinte foram criados os Planos Mineiros de Desenvolvimento Integrado (PMDI), com foco no planejamento de âmbito estadual. Ao longo do tempo, os PMDIs passaram do discurso humanista, adotado em 1999, ao discurso econômico dos últimos planos. Em 2006, a expressão “rede de cidades” surge pela primeira vez nesses planos, sendo intensificada no plano seguinte (PDMI 2011-2030). Porém, no que tange às estratégias, fica-se aquém do esperado, na medida em que os órgãos não avançaram na elaboração de planos complementares.

No PDMI 2011-2030, a microrregião de Viçosa consta no mapa que representa a rede de cidades, no qual Viçosa aparece como centro sub-regional B, de ordem 8, última categoria da rede urbana.

Atualmente, a Superintendência de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Regional (SPADE), vinculada à SEDRU (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana), desenvolve o Programa Estruturador Cidades: Espaço de Integração. No entanto, até o momento os planos desenvolvidos não contemplaram a Zona da Mata.

Pode-se apontar que o processo histórico marca de forma veemente a economia da Zona da Mata, ligada fortemente à expansão e ao declínio da cafeicultura. Embora o critério econômico tenha sido fundamental para a definição desta região, sua situação de estagnação econômica não é ressaltada no planejamento estadual, de modo que ela permanece como uma das menos desenvolvidas do Estado, chegando a apresentar índices de desenvolvimento inferiores àqueles observados para as regiões historicamente reconhecidas como deprimidas.

## **CAPÍTULO 2 - REDE URBANA E PEQUENAS CIDADES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG**

### **1 Introdução**

A inquietação acerca da dinâmica da pequena cidade foi o motivo que incitou a elaboração deste trabalho, por considerar que se as pequenas cidades fossem organismos tão simples de entender, os problemas a elas relacionados, tais como a estagnação econômica, o baixo nível de desenvolvimento social e diversos outros problemas estruturais poderiam ser tratados e solucionados com certo grau de facilidade. Entretanto, o que se vê é a dificuldade das pequenas cidades para se inserirem no cenário atual.

Nas últimas décadas, as transformações sociais, econômicas e políticas vêm se tornando gradativamente mais intensas e velozes; o ritmo que é assimilado pelos grandes centros urbanos remodela as relações funcionais entre as cidades, com alcance sobre a totalidade da rede urbana, alterando-se, sobretudo, o papel e a importância das cidades médias neste contexto.

Mas a rede urbana não é composta apenas por grandes e vultosos nós; ela abriga também pequenos e numerosos segmentos que, ainda que pouco explorados nas produções científicas acerca do planejamento urbano e da rede urbana, ocupam grande porção do território nacional, e, como os demais, desempenham determinada função dentro da rede de cidades.

Pode-se citar Endlich (2006) quando a autora reforça que o olhar para as pequenas cidades está, de forma intrínseca, ligado ao restante da rede urbana. Se uma grande cidade por si só é capaz de oferecer extrema complexidade em seu entendimento, a pequena cidade se faz complexa pelo fato de requerer um entendimento do todo em que se inserem, de como se relaciona com as cidades que a cercam e com a região.

Este capítulo busca examinar a estrutura socioespacial e os aspectos relevantes da história de formação da rede urbana da microrregião funcional de Viçosa-MG, visando compreender as relações de caráter espaço-temporal das pequenas cidades que a compõem.

Em um primeiro momento procurou-se construir o aporte teórico capaz de embasar as discussões propostas. A delimitação de conceitos foi uma premissa da

revisão bibliográfica, na busca da compreensão da pequena cidade a partir de uma reflexão pautada na relação urbano-rural e da rede urbana. Após delinear as bases teóricas, apresentou-se a metodologia utilizada. Os resultados e as discussões estão expostos de forma articulada, seguidos pelas considerações finais.

## **2 Pequena Cidade e a Noção de Rede: Bases para Reflexão**

A gênese de todo o processo de urbanização que se encontra em evolução está nas primeiras cidades, nos primeiros núcleos de povoamento. O contexto atual de globalização fez surgirem verdadeiros conglomerados urbanos, mas em pontos determinados do território a marca inicial deste processo se faz presente nos pequenos núcleos urbanos. Estes guardam em sua dinâmica relações que, nas grandes cidades, acontecem em escala bem menor, como a relação urbano-rural e a sua posição na rede urbana. Segundo Teodósio e Silva (2005):

Rural e urbano eram outrora diferenciados pelo modo de produção, a cidade mantinha uma produção mecanizada, enquanto o rural refletia em sua forma o trabalho braçal não mecanizado, abrigando uma população dispersa em contradição à concentração populacional da cidade. (TEODOSIO; SILVA, 2005).

Durante as primeiras décadas do século XXI, porém, a definição do par urbano-rural é de difícil delineamento, em razão da nova configuração global que o mascara no contexto da grande cidade. Por outro lado, é na pequena cidade que esta relação se materializa.

O fenômeno da globalização, a que tudo aproxima e tudo integra, aproximou estes dois mundos – rural e urbano - de tal modo que se torna cada vez mais difícil dar-lhes uma identificação ou delimitação precisa. Assim, para melhor compreensão da relação urbano-rural e visando à apreensão da essência da pequena cidade, propõe-se examiná-la a partir de diferentes correntes teóricas<sup>3</sup>. A primeira delas é a ideia da evolução do urbano segundo um continuum, que permeia as discussões de muitos autores e tem sua origem em Lefebvre (1999). Esta teoria pressupõe que o urbano se desenvolve a princípio com a cidade - que evolui desde a cidade política à industrial – e seu auge é alcançado quando este extrapola seus limites. A teoria lançada por Lefebvre (1999) parte da premissa do desaparecimento do rural, isto é, do avanço, ainda que

---

<sup>3</sup> Rua (2005, 2006) em seus estudos acerca do entendimento da relação urbano-rural propõe semelhante classificação, no entanto, são trabalhadas três vertentes, enquanto este autor baseia sua análise em duas correntes.

virtual, do urbano sobre a totalidade do território, de dominação da cidade sobre o campo. O princípio da completa urbanização defendido por Lefebvre (1999) é compartilhado por outros autores, como Monte-Mór (2006), Santos (1988), entre outros. Seus estudos se pautam em uma hipótese de completa urbanização, no devir do urbano como elemento dominador.

Rua (2005, 2006) classifica esta vertente como “abordagem clássica”, porém, neste trabalho adotar-se-á a denominação “Corrente Lefebvriana”, em razão da forte presença do pensamento do autor nas discussões de seus pares. Ainda que nem todos os autores agrupados nesta corrente partilhem exatamente da mesma ideia de Lefebvre, a crença na urbanização do campo é comum a todos. Somam-se a esta gama de autores, as argumentações de Teodosio e Silva (2005) que compartilham desta perspectiva sobre a crença de dominação do urbano e da própria cidade, no contexto atual de globalização.

É possível reconhecer, dentre os autores estudados, duas outras vertentes, que têm em comum a ênfase no rural. A segunda corrente aqui considerada pauta-se enfaticamente no rural e é onde figura o pensamento do professor José Eli da Veiga. O autor embasa seus estudos acerca da relação urbano-rural na estrutura político-administrativa brasileira e sugere uma classificação adotada em países desenvolvidos para sanar as deficiências que ele julga existir em nosso país. Nas suas palavras,

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. (VEIGA, 2004: 76)

O autor sugere a importância do entendimento das funções e características locais no estudo da cidade e da própria rede urbana, porém não se propõe a realizar este estudo para tecer suas análises. Pauta-se de forma enfática em dados estatísticos e ao tratar as pequenas cidades sugere uma classificação baseada na quantidade de habitantes, que contradiz suas próprias críticas. Essa classificação pode ser perigosa, quando o país em questão não goza das mesmas condições de desenvolvimento dos países “modelo”.

Veiga foi inserido em uma corrente aqui chamada de “ruralidades ativas”, uma vez que admite uma hipótese de ruralização do urbano, movimento contrário ao sugerido pela primeira vertente.

Acerca do posicionamento desse autor, surgem as críticas de Rua (2005, 2006) e Carlos (2002), que apontam a carência de aspectos essenciais à compreensão da dinâmica e essência do território, o qual se constitui como uma categoria de análise

complexa e diversificada. Carlos (2002) critica o fato de o autor basear sua análise quase que estritamente em dados estatísticos de países centrais e não buscar análises aprofundadas de seu próprio objeto de estudo o Brasil rural sobre o qual tece análises a partir de dados numéricos, metodologia que ele mesmo questiona. Esta autora se coloca numa perspectiva semelhante à do primeiro eixo teórico, de ênfase na crença de uma completa ou “quase” completa urbanização. (CARLOS, 2002).

A terceira corrente teórica que compõe a revisão acerca do tema é aqui denominada “ruralidades interativas”. Assim como a anterior, esta corrente apresenta um foco no rural, no entanto, considera o surgimento de uma nova forma de ruralidade que abarca questões do urbano, que se mescla a ele. A análise proposta por esta linha de pensamento, defendida principalmente por Wanderley (2001), é feita sob uma ótica interdisciplinar, considerando as complexidades do tema.

Wanderley (2001) incita a pensar a pequena cidade a partir de seu caráter rural e é deste argumento que nasce a concepção de pequena cidade a ser adotada neste trabalho. A autora propõe categorias de análise que poderiam, segundo ela, compor a trama social e espacial das pequenas cidades. O exercício das funções propriamente urbanas seria a primeira delas, que dita que a cidade é sede do poder municipal. Uma segunda categoria é a intensidade do processo de urbanização; pode-se dizer, segundo Wanderley, que no Brasil, o fato de ser “pequeno” frequentemente significa ser precário do ponto de vista dos recursos disponíveis. A presença do mundo rural também é fator relevante; neste sentido, as qualidades que esta característica confere às pequenas cidades dizem respeito “ao povoamento reduzido e à predominância das paisagens ‘naturais’ e das relações de interconhecimento” (WANDERLEY, 2010: 15). Somam-se a estas categorias o modo de vida dominante, que segundo a autora é percebido tanto através de suas manifestações concretas como das representações que dele faz a população local, e a dinâmica da sociabilidade local, que diz respeito às diferenciações sociais, aos conflitos e às redes de aliança e associações.

O argumento acima constrói o entendimento acerca da pequena cidade adotado neste trabalho, que seria aquela que:

- exerce funções propriamente urbanas, como ser sede do poder municipal;
- é precária do ponto de vista dos recursos (principalmente financeiros) disponíveis;
- contém a presença do mundo rural, cujas características são: o povoamento reduzido, a predominância das paisagens naturais e das relações de interconhecimento.

Estes requisitos podem ser averiguados e afirmados através de dados socioeconômicos.

A partir desta primeira leitura acerca das relações e da complexidade das pequenas cidades, é possível argumentar que os problemas enfrentados por esses centros urbanos locais não se tratam somente de uma questão político-administrativa, como argumenta Veiga (2004), mas podem estar relacionados, sobretudo, à sua posição na rede urbana, que envolve questões como sua área de influência e a interação com as cidades localizadas no seu entorno.

Há uma incontestável necessidade de se pensar no todo formado pela rede de cidades, cada qual com sua área de influência, e na relação entre as cidades, suas trocas, as trocas com o campo e com os grandes centros, mas especial e primordialmente, a rede regional ou microrregional e o entorno imediato de conexões. Como destaca Endlich (2006):

O olhar para as pequenas cidades não está isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, procura-se compreender as dinâmicas destas localidades em interação, em movimento, consoante a apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e fluxos humanos existentes entre eles. (ENDLICH, 2006: 29).

Entende-se por rede urbana, “numa definição mínima e inicial, o conjunto de centros urbanos articulados entre si” (CORRÊA, 2006: 16). Sua compreensão pode ser feita a partir de elementos como: estrutura, escala, atores, território e fluxos, como argumenta Sposito (2008):

Esses elementos, na conformação das redes, combinam-se de maneira complexa, e sua visualização se torna impossível do ponto de vista quantitativo. É apenas qualitativamente que se pode compreender as possibilidades de articulação desses elementos entre si. (SPOSITO, 2008: 48)

Tais elementos citados por Sposito (2008) são alvo em menor ou maior grau da globalização (CORRÊA, 2001), que modifica as relações dentro da própria cidade.

Nesse caso, Santos (1988) evidencia, através da expressão “passa a ser”, a transformação que ocorre na rede de cidades a partir da globalização e da revolução científica e tecnológica:

a rede urbana passa a ser diferentemente definida porque se constituirá de agora em diante pelos pontos de encontros, nós ou nódulos, pelas conexões entre esses diversos círculos espaciais da produção e esses diversos círculos de cooperação. (SANTOS, 1988: 60).

Esta argumentação é complementada por Boisier (1996), para quem:

A própria revolução científica e tecnológica produz mudanças não menos importantes no plano das comunicações e no plano dos transportes. (BOISIER, 1996).

A argumentação de Boisier (1996), somada à de Santos (1988), leva a uma reflexão acerca dessas transformações de nível global que influenciam o comportamento da rede de cidades. Nesse caso, o desenvolvimento regional está cada vez mais ganhando complexidade, uma vez que os novos cenários se transformam.

Para Corrêa (2000), essa configuração varia de acordo com a gênese dos centros (e aqui o autor se refere a cada cidade, cada ponto integrante da rede), do tamanho deles, da densidade, das funções urbanas e das relações espaciais, sem se esquecer, entretanto, dos aspectos políticos, sociais e culturais, pouco abordados na produção acerca do tema, mas de extrema importância no âmbito da relação urbano-rural.

A todo momento, a análise converge para a relação supracitada, ou seja, o urbano-rural está na gênese do entendimento da cidade e seu entorno, da sua posição na rede urbana, uma vez que, como sugere Corrêa (2000), questões como densidade e renda interferem diretamente no dinamismo da cidade que, por sua vez, é diretamente proporcional ao nível de interação na rede onde se insere. Essas relações são, segundo o autor, historicamente produzidas.

Portanto, considerando-se que cidade e rede urbana são conceitos atrelados, entrelaçados através de relações que ocorrem na totalidade social, ao longo deste estudo será adotada uma abordagem histórica, procurando-se relacionar estes conceitos às características sociais, econômicas e demográficas das cidades que compõem a microrregião adotada como objeto de estudo.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

Em seus estudos sobre a rede urbana Corrêa (2006) nos reporta a determinadas relações a serem observadas, como a divisão territorial do trabalho e os ciclos de exploração, ambas ligadas fortemente à questão econômica, pelo viés do desenvolvimento, e outras duas relações de caráter espaço-temporal, que são a forma espacial e a periodização.

Neste artigo tratar-se-á a rede urbana sob uma faceta de caráter espaço-temporal, onde a periodização é descrita por Corrêa (2006: 40) como “(...) uma operação intelectual que permite definir os tempos históricos nos quais em cada um deles o

*pesquisador torna visível e inteligível “a forma específica da existência da totalidade social”.*

O pensamento de Corrêa (2006) reporta-se à ideia de palimpsesto urbano, já defendida por Harvey (1996): camadas que ao longo do tempo, como reflexo de demandas externas e do comportamento interno a essas demandas, vão formando o tecido urbano da cidade e por que não dizer da rede urbana. Ela se desenha com o tempo.

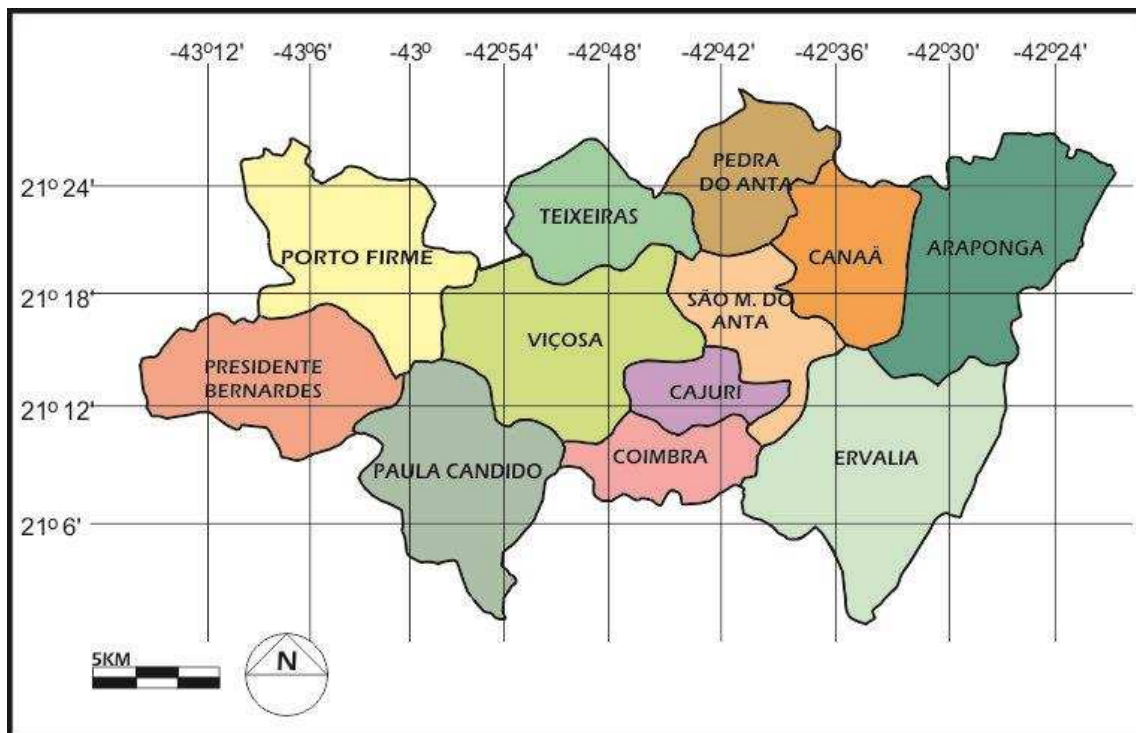
O estudo proposto, no entanto, não estará fundamentado em uma análise cronológica dos fatos, mas na busca de aspectos relevantes dessa história de formação, tal como sugere Endlich (2006), primando por um exame da estrutura socioespacial e econômica.

A fim de melhor ilustrar tais análises partiu-se de um objeto de estudo que propicia esta investigação. A área definida para a pesquisa localiza-se na Zona da Mata de Minas Gerais, região que, segundo estudos de Carneiro e Fontes (2005), apresenta, assim como o próprio estado, uma economia dual, marcada por desigualdades. Dentro deste contexto, a microrregião geográfica de Viçosa, umas das 12 componentes da Zona da Mata<sup>4</sup>, foi apontada como a de menor PIB per capita.

O recorte de estudo foi extraído da microrregião geográfica de Viçosa. Composto por 12 cidades ele configura a microrregião funcional de Viçosa, divisão que se apoia em uma metodologia que visa compreender as relações funcionais entre as cidades, a partir da análise de variáveis e aplicação de questionários, averiguando sua área de influência.

---

<sup>4</sup>Esta divisão foi “extraída do documento “Divisão Territorial do Brasil – 1997”, com a Resolução PR-11, de 1 de janeiro de 1990.”(CARNEIRO, FONTES, 2005). Entretanto, em Minas Gerais não existe uma divisão territorial única, adotada pelos órgãos de administração pública estadual.



**Figura 1:** Mapa da Microrregião Funcional de Viçosa  
**Fonte:** Produzido pela autora a partir de dados do Regic, 2007

A metodologia adotada caracterizou-se por um caráter quali-quantitativo, apoiado em pesquisa bibliográfica e documental, seguida da análise de dados secundários.

A partir da pesquisa bibliográfica, foram criados eixos teóricos, contribuindo para elaboração de conceitos e definições que auxiliaram no entendimento do tema abordado. A pesquisa documental contribuiu para a investigação da realidade em questão, aprofundando os conhecimentos acerca das características populacionais, econômicas e espaciais do objeto de estudo. As fontes dos dados secundários que serviram à pesquisa foram, em sua maioria, obtidas no IBGE Cidades (2010) e acessadas por meio digital.

Os resultados alcançados foram, em parte, transformados em dados visuais, tabelas e mapas, técnicas que permitiram compilar um grande número de informações de forma sucinta e autoexplicativa. Os mapas foram produzidos no software Corel Draw, com apoio de mapas já existentes.

#### **4 A Cidade Pequena na Rede Urbana de Viçosa**

Santos (1978)<sup>5</sup> afirma que “(...) *cada lugar, cada região apresenta uma realidade socioespacial que resulta de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes*”. É o que ele denomina tempo espacial próprio para cada lugar.

Por esta ótica investigadora, procura-se identificar os momentos capazes de reconstruir a dinâmica da transformação do cenário da microrregião em estudo, no contexto histórico da Zona da Mata mineira.

A mesorregião da Zona da Mata foi inicialmente ocupada em razão da atividade aurífera das minas, que vigorou após o declínio da atividade açucareira. A extração mineral impulsionou a chegada dos bandeirantes à região e o seu povoamento. Área de passagem, foi caminho importante de ligação com a capital, à época o Rio de Janeiro. O Caminho Novo era uma grande via aberta na Zona da Mata, através dela podia-se atravessar a mata e chegar ao mar, n Rio de Janeiro. Ao longo desta rota foram se criando pousos para as tropas e roças de subsistência para suprir a necessidade por alimentação. (SILVEIRA, 2008)

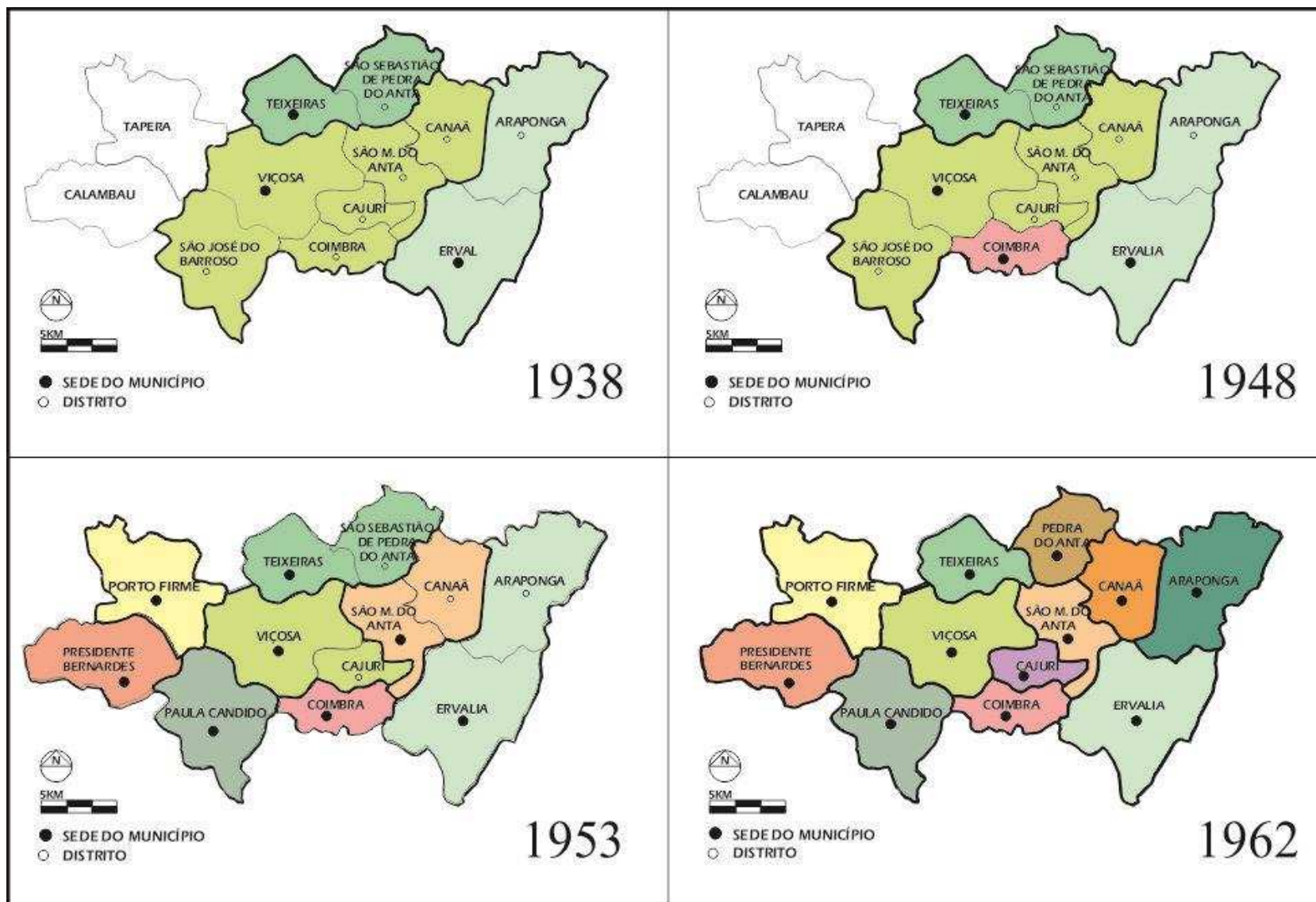
Com o declínio do ouro, a Zona da Mata passou a ligar-se à economia do café, que se desenvolveu no estado de Minas Gerais a partir do século XVIII. Na época, retornando das regiões auríferas, os tropeiros traziam sementes para cultivos e foram criando ao longo desta jornada núcleos de povoamento que mais tarde tornar-se-iam distritos. Neste contexto de expansão e desenvolvimento foi construída a Estrada de Ferro Leopoldina, importante canal de escoamento da produção cafeeira. A esta época Viçosa começa a se consolidar como importante nó da rede urbana em estudo. (SILVEIRA, 2008)

A evolução da rede urbana na microrregião de Viçosa pode ser analisada através das emancipações de distritos, que permitiram formar o que hoje se constitui como microrregião funcional, conforme apresentado na Figura 2. Até o ano de 1938, nove dos municípios que compõem a microrregião funcional em estudo eram distritos subordinados a Viçosa: São Sebastião de Pedra do Anta (atual Pedra do Anta), elevado à categoria de distrito em 1843, quando deixa de pertencer à freguesia de Ponte Nova e passa a ser subordinado ao município de Viçosa; Teixeiras, que passa a pertencer a

---

<sup>5</sup> Santos (1978) apud CORRÊA (2006): 40

Viçosa no ano de 1883, quando é elevado a distrito; São Miguel do Anta, reconhecido como distrito em 1887, sendo incorporado ao município de Viçosa, deixando de pertencer a Ponte Nova; Araponga, cuja criação ocorre em 1891, sob denominação de São Miguel das Almas dos Arrepiados; Erval (atual Ervália), que por determinação de lei de 1891, torna-se formalmente distrito e passa dos domínios do município de Ubá aos de Viçosa; Coimbra, que passa a ser distrito de Viçosa no ano de 1923, após ser desmembrado do município de Ubá; Canaã, distrito também criado em 1923 e, por fim, Cajuri, que é reconhecido como distrito no ano de 1938. São José do Barroso (atual Paula Cândido) pertencia a Viçosa na condição de povoado desde 1838.



**Figura 2:** Evolução da Microrregião Funcional de Viçosa  
**Fonte:** Produzido pela autora a partir de dados do IBGE Cidades

É no ano de 1938 que começam os processos de emancipação desta área de estudo. Neste ano, como evidencia a divisão de 1938 representada na Figura 2, dois municípios figuram como independentes: Ervália (à época Erval, denominação que permaneceu até 1943) e Teixeiras, ambos compostos por dois distritos. Em 1948 já se verifica a emancipação de mais um distrito, com a criação do município de Coimbra. Mais tarde, em 1953, uma onda de descentralização atinge o estado de Minas Gerais e promove a criação de quatro novos municípios dentro desta área de estudo: Paula Cândido, São Miguel do Anta, que conquista sua emancipação e abriga sob seu domínio o distrito de Canaã, que se subordinava até então a Viçosa; Porto Firme, que fora elevado à categoria de distrito em 1923, subordinado na época ao município de Piranga, sob a denominação de Porto Seguro, e Presidente Bernardes. Segundo registros do IBGE (2014), esses dois últimos distritos emancipam-se e são enquadrados na microrregião de Viçosa, tanto em termos de divisão geográfica quanto de região funcional, embora até a época de sua emancipação fossem distritos de Piranga.

Em 1962 ocorrem as últimas emancipações que criam os municípios que hoje formam a microrregião funcional de Viçosa: Araponga, Canaã, Pedra do Anta e Cajuri.

Observa-se através da análise das divisões apresentadas na Figura 2, que a área em estudo apresentou uma dinâmica espaço-temporal, no que tange aos tempos espaciais, sofrendo forte impacto da tendência descentralizadora da Constituição Federal de 1946, que impulsionou a criação de municípios em todo o País. Como reflexo, de 1948 para 1953 não só ampliou-se o número de municípios como também a extensão territorial da área de estudo, com a incorporação dos municípios de Porto Firme e Presidente Bernardes. De 1953 para 1962, a transformação da configuração espacial da microrregião funcional de Viçosa, bem como das funções de cada segmento da rede, ocorreu através do aumento do número de municípios com a redução da área territorial de cada um, mantendo-se, entretanto, a mesma extensão territorial da microrregião.

Esta dinâmica fica ainda mais clara quando analisamos o número de municípios em cada época. Em 1938, a área de estudo era composta por três municípios e sete distritos. Já em 1953, como reflexo da Constituição de 1946, passa-se a um total de oito municípios e quatro distritos, que mais tarde, em 1962, transformam-se em doze municípios. Em um período de 24 anos passou-se de três a doze municípios, dois dos quais eram antigos distritos de Piranga. A partir de então, essa configuração espacial manteve-se inalterada. Mesmo com a descentralização territorial que decorreu da

Constituição Federal de 1988, o número de municípios da microrregião de Viçosa não se alterou. Este fato pode deve-se a falta de força e real autonomia dos distritos existentes.

Essa evolução acompanha a tendência de mudança do quadro territorial do Brasil e de Minas Gerais. Segundo Carneiro e Fontes (2005):

Os municípios mineiros, após a primeira repartição do território ocorrida no início do século XVIII, foram multiplicados sucessivamente em progressão geométrica. De 288 em 1940, aumentaram para 722, em 1980; 723 em 1993; e com os últimos 97 criados em dezembro de 1995, completaram os atuais 853 municípios distribuídos no estado. (CARNEIRO, FONTES, 2005: 393)

Rocha (2008) considera que os desmembramentos precoces que acometeram a região, determinados única e exclusivamente por questões de cunho político, criaram municípios com reduzida capacidade de investimento, gerando índices socioeconômicos muito baixos. Os desmembramentos implicaram não somente na redução de área, mas na redução das potencialidades e capacidades de cada município, reduzindo sua área de influência e enfraquecendo suas interações.

Os municípios desta microrregião apresentam, segundo estudos realizados por Carneiro e Fontes (2005), altas taxas de analfabetismo, altos índices de exclusão social e também elevados índices de população pobre e indigente. Os estudos destes referidos autores apontam, ainda, que tais condições de precariedade socioeconômica são mais incidentes em municípios onde a população está mais concentrada na área rural, condição que, segundo dados indicados na Tabela 1, é marcante nos municípios em estudo. Como se pode notar, nos casos onde a população rural não ultrapassa a urbana, seu montante é significativo, mantendo certo equilíbrio.

O grau de urbanização dos municípios em estudo é baixo, com exceção da cidade de Viçosa, onde este índice é de 93%. Tem-se ainda que, embora as densidades demográficas destes municípios sejam semelhantes à média estadual de 33,41hab/km<sup>2</sup> <sup>6</sup>, seus valores são baixos ao serem comparados à cidade polo e a outras pequenas cidades em expansão localizadas nas proximidades da microrregião estudada, como Visconde do Rio Branco (155,91 hab/km<sup>2</sup>) e Tocantins (91,01 hab/km<sup>2</sup>), que fazem parte da microrregião de Ubá (também localizada na Zona da Mata), ligadas por fortes laços econômicos, capazes de fortalecer as interações na rede urbana. Cabe ainda analisar a

---

<sup>6</sup>Dado extraído do IBGE Estados, disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg>

relação de proximidade entre os núcleos urbanos, proporcionada inicialmente pelo processo de criação dos núcleos de povoamento e reafirmada através dos desmembramentos de distritos.

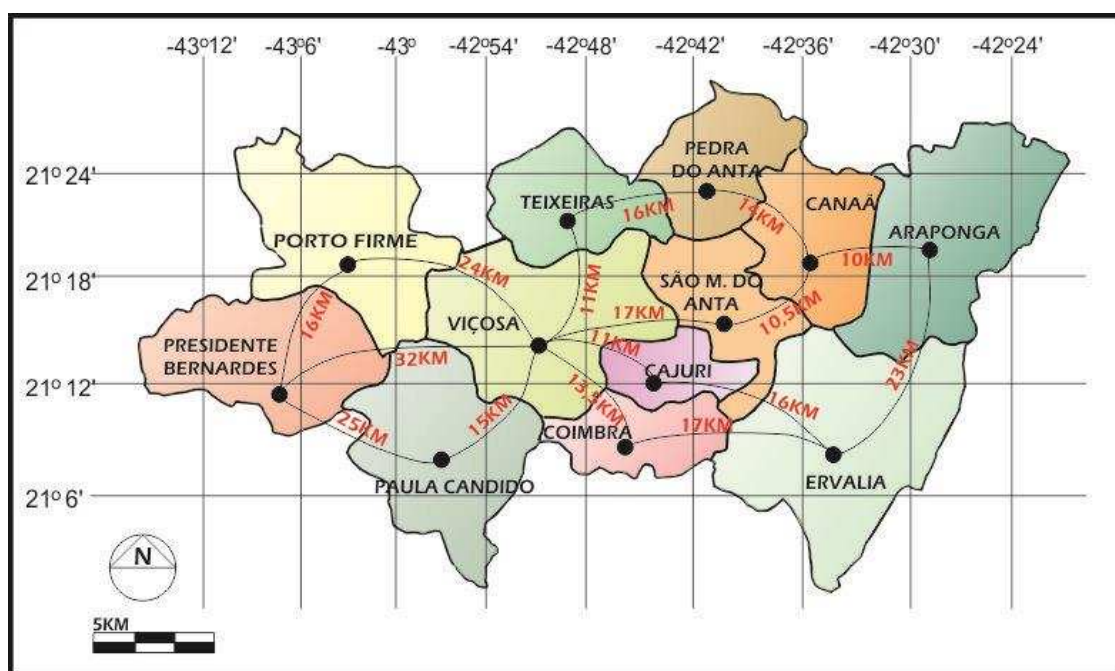
**Tabela 1 – Dimensão territorial e dados demográficos dos municípios da Microrregião Funcional de Viçosa**

<b>Cidades</b>	<b>Dimensão territorial (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População Total (hab)</b>	<b>População Urbana (hab)</b>	<b>População Rural (hab)</b>	<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>
Araponga	303,79	8.152	3.041	5.111	26,83
Cajuri	83,03	4.047	2.096	1.951	48,74
Canaã	174,90	4.628	1.859	2.769	26,46
Coimbra	106,87	7.054	5.156	1.898	66,00
Ervália	357,48	17.946	9.470	8.476	50,20
Paula Cândido	268,32	9.271	4.936	4.335	34,55
Pedra do Anta	163,44	3.365	2.192	1.175	20,59
Porto Firme	284,77	10.417	5.586	4.831	36,58
Presidente Bernardes	236,79	5.537	3.895	1.642	23,38
São Miguel do Anta	152,11	6.760	3.746	3.014	44,44
Teixeiras	166,73	11.355	7.623	3.732	68,10
Viçosa	299,41	72.220	67.305	4.915	241,20

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Nota-se através do mapa da Figura 3 que as distâncias entre os centros urbanos de cada município são reduzidas, resultado do tipo de colonização da área e das emancipações de pequenos distritos anteriormente englobados em um território maior.

A Tabela 2 evidencia a discrepância existente entre as cidades componentes da microrregião analisada e a cidade polo, também evidenciado pelos dados demográficos expressos na Tabela 1. Enquanto Viçosa apresenta a maior taxa de crescimento demográfico da região, os outros municípios revelam inegável estagnação, que pode ser observada a partir das taxas de crescimento populacional negativas. Com exceção de Viçosa e Porto Firme, mesmo os municípios que não perderam população registraram taxa de crescimento muito baixas no período 2000-2010, inferiores à média do estado de Minas Gerais, que foi de 0,09%.



**Figura 3:** Distância média entre os centros urbanos.

**Fonte:** Produzido pela autora, 2014.

**Tabela 2 – Evolução populacional dos municípios da Microrregião Funcional de Viçosa no período 1991-2010.**

Cidade	População Total			Taxa de crescimento demográfico	
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Araponga	7.800	7.916	8.152	0,01	0,02
Cajuri	3.700	4.190	4.047	0,13	-0,03
Canaã	5.200	4.789	4.628	-0,07	-0,03
Coimbra	5.500	6.523	7.054	0,18	0,08
Ervália	15.555	17.018	17.946	0,09	0,05
Paula Cândido	8.300	9.037	9.271	0,08	0,02
Pedra do Anta	4.150	3.925	3.365	-0,05	-0,14
Porto Firme	9.440	9.474	10.417	0,003	0,09
Presidente Bernardes	6.400	5.847	5.537	-0,08	-0,05
São Miguel do Anta	6.350	6.641	6.760	0,04	0,02
Viçosa	51.700	64.854	72.220	0,25	0,11
Teixeiras	10.080	11.149	11.355	0,10	0,02

**Fonte:** Resultados da pesquisa, baseado em dados do IBGE Cidades, 2014.

Esses dados, somados ao baixo grau de urbanização e à pequena densidade demográfica, apresentados anteriormente, deixam clara a relação com a ruralidade. Esta afirmação, contudo, não surge da simples análise quantitativa dos dados demográficos, mas apoia-se também na classificação da tipologia das cidades brasileiras realizada pelo

Ministério das Cidades, em 2005, e no aporte teórico construído, onde foi definido o caráter da pequena cidade. Na publicação do Ministério das Cidades, intitulada “Tipologia das Cidades Brasileiras”, a classificação proposta busca “evidenciar a diversidade das relações existentes entre cidades e territórios, de modo que se articulem às políticas de desenvolvimento urbano e de desenvolvimento *regional*” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005). Segundo essa publicação, as cidades que compreendem a área em estudo são incluídas nas tipologias T7, T16 e T17<sup>7</sup>, conforme explicitado no Quadro 1.

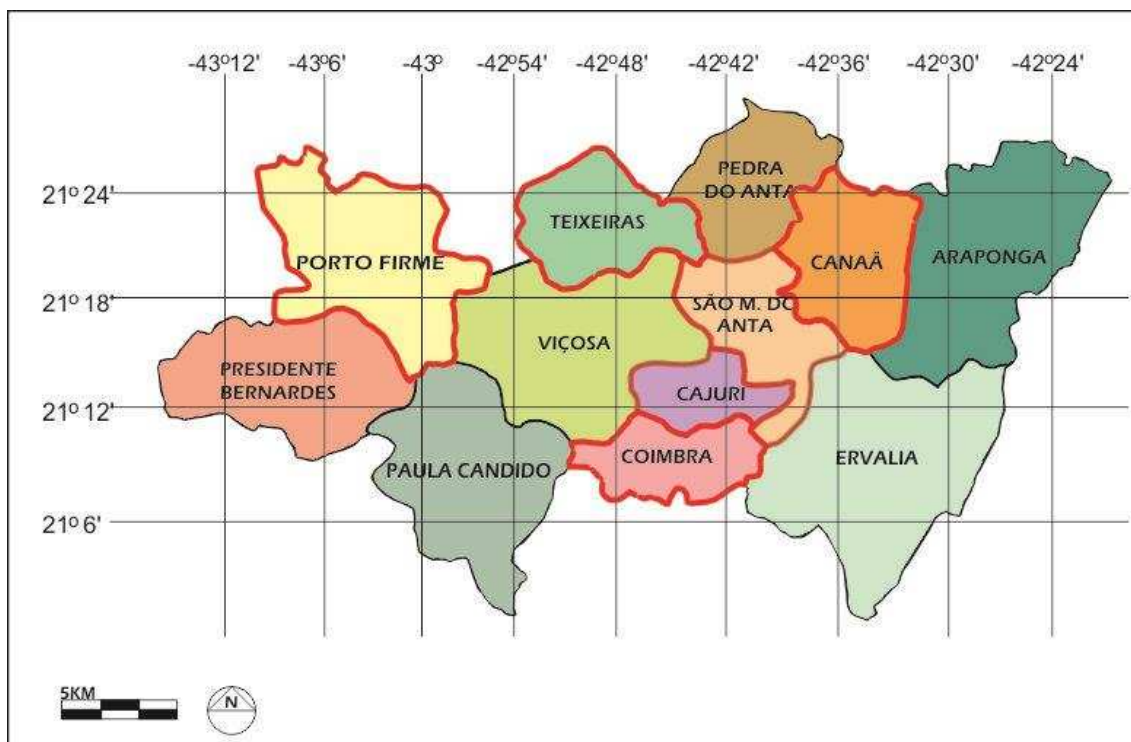
**Quadro 1 – Tipologias das cidades da Microrregião Funcional de Viçosa, segundo estudo do MCidades, 2005.**

Cidades	Tipologia	
Araponga, Canaã, Ervália, Pedra do Anta, Presidente Bernardes	T 17	Pequenas cidades com poucas atividades urbanas, em espaços urbanos consolidados, mas de frágil dinamismo recente
Cajuri, Coimbra, Paula Cândido, Porto Firme, São Miguel do Anta, Teixeiras	T 16	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas, em espaços urbanos consolidados, mas de frágil dinamismo recente
Viçosa	T 7	Centros Urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social

Fonte: MCidades, Caderno 1 – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, 2005.

Analisando-se a informação contida no Quadro 1, verifica-se que todas as cidades da microrregião, inclusive o polo microrregional, caracterizam-se por um frágil dinamismo recente. Além disso, todas as cidades classificadas na tipologia T16 fazem divisa com a cidade de Viçosa, como pode ser observado na Figura 4. São pequenas cidades com relevantes atividades urbanas, mas com frágil dinamismo, o que indica o grau de dependência em relação ao polo microrregional.

<sup>7</sup> As cidades da categoria T16 caracterizam-se como pequenas cidades com relevantes atividades urbanas, onde a acumulação de riqueza no campo propiciou o desenvolvimento de serviços urbanos. A categoria T17 refere-se aos pequenos municípios, onde o essencial da PEA está ocupado nas atividades primárias e a prestação de serviços se concentra em centros de maior porte.



**Figura 4:** Cidades classificadas como T16 em relação à cidade polo.  
**Fonte:** Produzido pela autora, 2014

Esses dados também evidenciam uma nova dinâmica recente. A figura do Centro Urbano, que desponta com altos índices de crescimento, assume um papel que Garcia e Nogueira (2010) reconhecem como uma nova tendência da cidade média no Brasil, de local de concentração da técnica e do trabalho intelectual, um chamariz da classe média.

A própria definição T7 da Tipologia das Cidades exprime esta relação:

Esses centros urbanos situam-se em espaços rurais onde houve no passado alguma acumulação de riqueza. ... Em suma, um processo de acumulação, já realizado, mas que pode estar em situação de decadência, ameaçando assim essas pequenas cidades que, no conjunto do universo, se destacam relativamente. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005: 23)

Essa definição expressa com fidelidade a realidade da microrregião, marcada pela decadência econômica em razão dos fatores históricos já mencionados.

As relações entre os centros que compõem a rede urbana brasileira também constituíram objeto de um conjunto de publicações do IBGE, denominado “Região de Influência das Cidades”, publicado em diferentes épocas. No Quadro 2 estão compilados os dados das publicações de 1972, 1987 e 2008, em relação à área de estudo.

Observa-se, pela análise do Quadro 2, que a rede urbana mineira se estrutura e se torna mais complexa ao longo do tempo. Em 1966, não havia uma estrutura funcional interligando as cidades da microrregião de Viçosa. No estudo de 1978, Viçosa é caracterizada como Centro Sub-Regional<sup>8</sup>, ou Centro de Nível 2, mas sua relação com os demais municípios da microrregião ainda é fraca. No estudo subsequente, de 2007, aparece uma rede funcional estruturada em torno das cidades de Viçosa e Ponte Nova.

**Quadro 2 – Região de Influência das Cidades segundo o IBGE.**

Ano Referência	Ano Publicação	Centros Nível 1	Centros Nível 2	Centros Nível 3	Centros Nível 4
1966	1972	Belo Horizonte			
		Metrópole	Centro Sub-Regional	Centro de Zona	Municípios
1978	1987	Belo Horizonte	Viçosa		Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, Presidente Bernardes, São Miguel do Anta, Teixeiras
		Metrópole	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B	Municípios
2007	2008	Belo Horizonte	Ponte Nova	Viçosa	Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, Presidente Bernardes, São Miguel do Anta, Teixeiras

**Fonte:** Resultados da pesquisa, baseado em dados do IBGE, Região da Influência das Cidades, 1972, 1987 e 2008.

Ainda que a posição de Viçosa varie ao longo do tempo neste enquadramento, as demais cidades não ocupam posições variadas, são sempre municípios que não exercem influência sobre os demais. Viçosa, entretanto, abarca estes municípios em sua hinterlândia.

Por fim, a caracterização socioeconômica dessas cidades pode ser feita por meio da análise dos índices de desenvolvimento social e do PIB.

<sup>8</sup> **Centros de Nível 1** – Centros que comandam as redes urbanas brasileiras, divididos em Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional, Centros Metropolitanos Regionais e Centros Macrorregionais. **Centros de Nível 2** - Centros Regionais, que se ligam diretamente aos centros de nível 1. **Centros de Nível 3** – Centros sub-regionais, subordinam-se aos centros de nível 2. Centro de nível 4 – Centros locais subordinam-se diretamente aos centros de nível 3, ou aos centros de nível 1 ou 2, caso estejam em sua área de influência.

Dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que abrange três dimensões básicas - renda, educação e saúde - são apresentados na Tabela 3. A classificação considera como muito alto os índices entre 0,800 a 1,000; alto entre 0,700 a 0,799; médio de 0,600 a 0,699; baixo entre 0,500 a 0,599 e muito baixo os índices iguais ou abaixo de 0,4999.

Tendo como base os anos de 1991, 2000 e 2010, tem-se que, com exceção de Viçosa, as cidades da microrregião estudada possuem IDHM inferior ao da média do estado de Minas Gerais. Viçosa mais uma vez se destaca com uma posição que vem melhorando gradativamente e Araponga desponta como uma das piores cidades em IDHM, não apenas dentro da área de estudo, mas no cenário estadual. Alguns municípios mostraram progresso neste índice, mas nenhuma situação foi expressiva.

**Tabela 3 – IDHM, ranking do Estado de Minas Gerais, nos anos de 1991, 2000 e 2010, apresentando os municípios da área de estudo.**

Município	IDHM 1991 (posição)	IDHM 2000 (posição)	IDHM 2010 (posição)
Araponga	0,277 (773º)	0,393 (841º)	0,536 (852º)
Cajuri	0,334 (645º)	0,534 (505º)	0,617 (723º)
Canaã	0,358 (560º)	0,516 (580º)	0,649 (553º)
Coimbra	0,413 (352º)	0,581 (293º)	0,669 (432º)
Ervália	0,375 (501º)	0,516 (580º)	0,625 (686º)
Paula Cândido	0,386 (462º)	0,504 (630º)	0,637 (614º)
Pedra do Anta	0,307 (713º)	0,497 (644º)	0,624 (692º)
Porto Firme	0,356 (565º)	0,482 (688º)	0,634 (627º)
Presidente Bernardes	0,308 (710º)	0,470 (719º)	0,632 (642º)
São Miguel do Anta	0,392 (443º)	0,536 (499º)	0,644 (581º)
Teixeiras	0,404 (399º)	0,549 (443º)	0,675 (385º)
Viçosa	0,517 (42º)	0,677 (18º)	0,775 (11º)
Minas Gerais	0,478 (10º)	0,624 (8º)	0,731 (9º)

**Fonte:** Resultados da pesquisa, baseado em dados do PNUD, disponível em <http://atlasbrasil.org.br/2013/ranking>.

A situação se repete quando se analisa o IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal apresentado na Tabela 5. Baseado também nas dimensões renda, saúde e educação, o IFDM tem como parâmetros: alto  $\geq 0,8$ ; moderado  $< 0,8$ ; regular  $< 0,6$  e baixo  $< 0,4$ .

**Tabela 4 – IFDM -Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, edição 2012-ano base 2010.**

Município	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
Araponga	0,5695	0,6509	0,7800	0,2778
Cajuri	0,6028	0,6974	0,8664	0,2446
Canaã	0,6036	0,7560	0,7448	0,3098
Coimbra	0,6785	0,8122	0,8551	0,3682
Ervália	0,6705	0,8170	0,8219	0,3728
Paula Cândido	0,6009	0,7753	0,7929	0,2345
Pedra do Anta	0,5848	0,7349	0,7296	0,2899
Porto Firme	0,6532	0,7197	0,8027	0,4373
Presidente Bernardes	0,6043	0,7536	0,8701	0,1893
São Miguel do Anta	0,6567	0,8292	0,8291	0,3120
Teixeiras	0,6502	0,8379	0,8488	0,2710
Viçosa	0,8297	0,8480	0,7683	0,8729

**Fonte:** Resultados da pesquisa, baseado em dados do PNUD, disponível em <http://www.firjan.org.br/ifdm/>.

Como se observa na Tabela 4, o IFDM aponta as deficiências apresentadas pelas cidades que compõem a rede urbana analisada. Mais uma vez, Viçosa é a única cidade com índice classificado como alto; a maioria pode ser classificada como de desenvolvimento mediano, enquanto Araponga e Pedra do Anta apresentam as piores condições no contexto microrregional. Cabe ressaltar que 54,6% dos municípios mineiros possuem IFDM entre 0,6 e 0,7, isto é, também se enquadram na situação de moderado desenvolvimento municipal.

Esses dados reforçam as análises a respeito do IDHM e permitem compreender a frágil dinâmica a que se refere a publicação “Tipologia das Cidades Brasileiras”, principalmente no que tange à categoria “Emprego e Renda”.<sup>9</sup>

O cenário carece ainda da caracterização da dimensão econômica, evocada a partir do PIB dos municípios em estudo, apresentado na Tabela 5.

Observa-se que os municípios apresentam baixos valores relativos de PIB, quando comparados à média do PIB do estado no mesmo ano. A composição deste índice está maciçamente composta pelo setor de serviços, seguido do setor agropecuário, reforçando a relação com a área rural nas pequenas cidades. O setor industrial tem pouca expressão mesmo na cidade de Viçosa, onde o setor de serviços alcança 82%, alavancado pela presença da Universidade Federal de Viçosa e por outras universidades e faculdades particulares.

<sup>9</sup>Esta categoria tem como variáveis: 1. geração de empregos formais; 2. estoque de emprego formal e 3. salários médios do emprego formal, e visa analisar a capacidade de inserção no mercado de trabalho e o próprio movimento do mesmo.

**Tabela 5 – PIB municipal e participação dos setores na economia dos municípios da Microrregional Funcional de Viçosa, em 2007.**

Município	PIB (mil reais)	Atividade (%)		
		Agropecuária	Indústria	Serviços
Araponga	31.830	48%	7%	45%
Cajuri	18.004	22%	29%	49%
Canaã	28.018	48%	7%	45%
Coimbra	38.579	24%	12%	64%
Ervália	102.448	28%	11%	61%
Paula Cândido	46.152	31%	16%	53%
Pedra do Anta	15.179	19%	11%	70%
Porto Firme	35.982	26%	14%	60%
Presidente Bernardes	20.214	19%	10%	71%
São Miguel do Anta	34.213	39%	8%	53%
Teixeiras	155.486	18%	12%	70%
Viçosa	510.633	3%	15%	82%
Minas Gerais	167.273.051	9%	32%	59%
Brasil	1.842.252.999	6%	29%	65%

**Fonte:** Resultados da pesquisa, baseado em dados do IBGE Cidades, 2010.

O conjunto de dados apresentados até aqui indica a presença de um núcleo primaz representado pela cidade de Viçosa, mas a estrutura da rede urbana é frágil em relação ao dinamismo atual de tendência globalizante. Retomam-se aqui as argumentações de Santos (1988) e Boisier (1996), a respeito da nova dinâmica instaurada a partir da evolução dos meios de transporte e comunicação. A recente ordem estabelecida cria novas possibilidades de interação com segmentos distantes e reconfigura as relações na rede. Esta dinâmica, que caracteriza outros segmentos da rede urbana brasileira, pode ser explicada em cada caso, por aspectos peculiares.

As características assumidas por uma determinada rede urbana, em termos de função, tamanho dos centros, renda, entre outros e as próprias relações que ocorrem dentro da mesma são “*expressões e condições de estruturas socioespaciais mais profundas, historicamente produzidas*” (CORRÊA, 2006), como se observa na região.

A influência de Viçosa sobre as cidades da microrregião funcional está estacionada na relação dominação/dependência abordada por Boisier (1996). Não existe uma conduta que consiga atingir um grau de interação que promova a cooperação.

Em síntese este estudo buscou criar, a partir da compreensão da formação histórica da rede urbana da microrregião funcional de Viçosa, acompanhada de um exame de sua estrutura socioespacial e econômica, bases para análises posteriores acerca do papel e função das pequenas cidades na rede.

## 5 Apontamentos

O estudo pautado na periodização, nas funções e nas posições que as cidades ocupam na rede urbana, ressaltando os pontos relevantes para a formação socioespacial e econômica da microrregião de Viçosa, permitiu tecer algumas considerações.

A rede urbana analisada tem sua gênese na circulação: caminho importante no Ciclo do Ouro, foi palco da criação de núcleos de povoamento numa forma que remete à organização dendrítica de rede. A economia cafeeira criou ares de progresso e fez com que a região vivesse seu apogeu e decadência.

Núcleos sem vocação econômica forte foram impulsionados por uma política de descentralização a se tornarem independentes. Precários do ponto de vista da infraestrutura, marcados por uma forte identidade rural, ficaram aquém do processo globalizante ou colheram destes os frutos menos abastados.

Em razão disso a rede urbana se desenha com a presença de um núcleo primaz, que se configura como nó principal e se liga aos demais nós da rede. Este nó principal apresenta tendências recentes de interação na nova dinâmica da rede urbana nacional, se firmando como referência na região, mas se mostra ainda incapaz de alavancar os pequenos núcleos ao seu redor.

Retomando Corrêa (2006), percebe-se que na microrregião analisada a forma espacial tem forte ligação com as funções, que por sua vez são reflexo de condições históricas que definem a primazia de um segmento, neste caso Viçosa, sobre os demais.

## **CAPÍTULO 3 - O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA: O CASO DA MICRORREGIÃO FUNCIONAL DE VIÇOSA - MG**

### **1 Introdução**

O processo de globalização, como apontam estudos de Hall (2005), Lefebvre (1999), Canclini (1999), entre outros, foi agente transformador nas dinâmicas econômica, política e social, redesenhando o cenário mundial. No que tange à rede urbana não foi diferente. Como materialização, espacialização do contexto socioeconômico político, a rede urbana se redesenha, se refuncionaliza.

É consenso entre os autores que a década de 1970 tenha sido um marco neste processo de mudança na rede urbana brasileira, introduzindo um novo padrão ao processo de urbanização.

Bessa (2005) chama atenção para a importância de, neste contexto de mudanças, identificar as novas funções urbanas e, conseqüentemente, as interações espaciais que delas derivam, sejam elas do tipo cidade-região, ou relações interurbanas.

Neste sentido, este trabalho visa contribuir para o estudo da relação cidade pequena-região e das interações entre as cidades. O estudo do papel da pequena cidade na rede urbana regional é o objeto deste estudo.

### **2 Bases Teóricas: o Entendimento de Rede Urbana**

A globalização introduziu novas marcas na urbanização brasileira e tanto a cidade quanto a rede urbana sofreram alterações em razão de novos determinantes advindos de diferentes escalas e diferentes agentes. Bessa (2005) aponta o grau de complexidade que a rede urbana alcança neste novo cenário, produzindo o que vem sendo denominado de “rede das redes”, uma sobreposição de redes.

Bessa (2005) relembra Santos (1994), quando este afirma que há o surgimento de uma nova Geografia com mudanças no contexto, no conteúdo e nas formas de uso do espaço.

Corrêa (2006: 37) afirma que “*trata-se, em toda parte, de uma rede urbana impactada pela globalização, na qual cada centro, por mais minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais*”.

De acordo com Corrêa (2006), certos fatores incidiram sobre aquela configuração existente até os anos 1960. O autor aponta como fatores: industrialização,

urbanização, mais complexa estratificação social, melhoria da circulação, industrialização do campo, incorporação de novas áreas e refuncionalização de outras, mudanças na organização empresarial e mudanças no setor de distribuição atacadista e varejista.

Estes determinantes implicaram, no início do século XXI, em continuidade da criação de novos núcleos, crescente complexidade funcional dos centros urbanos, crescente articulação entre centros e regiões, complexificação dos padrões espaciais e novas formas de urbanização.

A este respeito, Motta e Ajara (2001) consideram, ainda, que nas últimas décadas o processo de urbanização no Brasil caracterizou-se por fenômenos como a interiorização do fenômeno urbano, a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica, o crescimento das cidades médias, a periferação dos centros urbanos e a formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não metropolitano.

Segundo os mesmos autores, os estudos realizados acerca da rede urbana brasileira apontam para a existência de um conjunto de centros urbanos que polarizam o território nacional e os fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre eles e com as respectivas áreas rurais. Estes centros urbanos são divididos em metrópoles globais, nacionais e regionais, centros regionais e centros sub-regionais 1 e 2.

As cidades médias, divididas entre centros sub-regionais ou até mesmo centros regionais, já foram alvo de diversos estudos e ensaios refletindo acerca de seu papel e das características que assumem neste novo cenário (CASTELLO BRANCO, 2006; GARCIA E NOGUEIRA, 2013; BESSA, 2005; MOTTA E AJARA, 2001; FRANÇA e SOARES, 2007). Deixando em segundo plano a questão populacional, ponto ainda divergente entre os autores que tratam sobre o tema, as cidades médias são marcadas pelo alto índice de crescimento populacional, lócus do trabalho intelectual e abrigo da classe média. Destaca-se ainda seu papel desconcentrador, reduzindo o fluxo migratório em relação às metrópoles.

Essas transformações que acometeram a rede urbana tornaram-se mais contundentes a partir dos anos 1970. Corrêa (2006) considera que a rede urbana por volta dos anos 1960 do século passado, era caracterizada pela relativamente pequena complexibilidade funcional, marcada pelo pequeno grau de articulação entre os centros. Os centros urbanos, neste caso, caracterizavam-se como “lugares centrais”. As

interações do tipo regional se davam no âmbito das hinterlândias metropolitanas que processavam as relações econômicas principais.

Oliveira (2008) também recorre à “Teoria dos Lugares Centrais”, elaborada por Walter Chrystaller, em 1933, que considera que as cidades, vilas e povoados, dotados da função de fornecer bens e serviços a outros locais e a seus habitantes são considerados como “localidades centrais”. Esta centralidade se reflete em uma relação de polarização na rede urbana, em razão da hierarquia criada.

Oliveira (2008) remete a Milton Santos para entender o papel das pequenas cidades locais nesta nova conjuntura. Santos (1979)<sup>10</sup> admitia que antes da década de 1970 a rede urbana brasileira era composta por cidades locais, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas. Tal proposição se assemelha ao modelo Chrystalleriano. No entanto, de acordo com Oliveira (2008), no período da globalização essa hierarquia deve ser repensada.

Para Corrêa (2006), a globalização ampliou o alcance espacial mínimo, corroborando para uma perda de centralidade. Se antes, a reduzida mobilidade dos pequenos centros implicava na ampliação do número de centros, naturalmente hoje, o processo não se dá mais da mesma forma.

Santos (1993)<sup>11</sup> trata da refuncionalização das pequenas cidades, por ele denominadas de “cidades locais”, já que se caracterizam essencialmente pela sua influência estritamente local. Nessa nova funcionalização decorrente da evolução do meio técnico-informacional, as cidades locais podem ser entendidas como “cidades do campo”, pois vivem em função da modernização das atividades agrícolas, enquanto no período anterior à década de 1970, deviam ser entendidas como “cidades no campo”, isto é, ligadas a outro tipo de atividade produtiva, estabelecendo relações com centros mais distantes. (SANTOS, 1996, 2001, 2005)<sup>12</sup>

Além disso, Santos (1996 e 2001) realça que as cidades locais atualmente, desempenham um papel de cidades econômicas, voltadas para a produtividade agrícola, atendendo seu entorno com atividades de serviços como bancos, hospitais, lojas agropecuárias, centro comercial, veterinário, agrônomos, etc. (BACELAR, 2009: 5-6). Assim,

antes eram as cidades dos notáveis; hoje se transformam em cidades

---

<sup>10</sup> Santos (1979) apud Oliveira (2008)

<sup>11</sup> Santos (1993) apud Oliveira (2008)

<sup>12</sup> Santos (1996, 2001, 2005) apud Bacelar (2009)

econômicas. As cidades dos notáveis onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz (...) cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (...), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados. (SANTOS, 1993 apud OLIVEIRA, 2008)

Enfim, a presença de um aparelho comercial, administrativo e bancário forte, constitui um indicativo de mudança do papel das cidades locais ao longo do tempo.

Resta, porém, saber se este processo ocorre em todas as pequenas cidades e, de modo particular, nas cidades que estão sendo analisadas neste estudo.

### **3 Traçando as Linhas para a Investigação**

#### **3.1 Em busca de variáveis e indicadores para análise do papel das cidades na rede urbana**

Motta e Ajara (2001) se debruçam sobre estudos realizados a fim de caracterizar a rede urbana brasileira e apontam aspectos a serem levados em conta na sua classificação quais sejam:

- 1- intensidade e dimensão com que determinado centro urbano estrutura uma área de influência, através da abrangência regional do fluxo de pessoas em busca de bens e serviços;
- 2- presença de centros decisórios;
- 3- dimensão do processo de urbanização - grau de urbanização, faixa de crescimento, densidade demográfica, nível de oferta e consumo, e anos de estudo da população;
- 4- complexidade e diversificação da economia urbana, e
- 5- grau de diversificação das atividades e serviços dos centros urbanos – a presença de atividades terciárias complexas e sofisticadas, perfil ocupacional da população empregada no setor terciário, funções urbanas específicas.

Castello Branco (2006) realizou seu estudo acerca das cidades médias, utilizando indicadores que permitissem sua identificação e classificação. O tamanho populacional e econômico estaria representado pela população total e urbana, unidades locais de empresas, população economicamente ativa, agências bancárias e pessoal ocupado total e assalariado. O nível de urbanização, de acordo com a autora, seria expresso pela taxa

de urbanização e número de domicílios total e urbano. Já a centralidade interurbana está contemplada nas ligações por fluxos de bens e serviços e por fluxos aéreos. A qualidade de vida, por fim, é dimensionada pelo total de domicílios ligados à rede geral de água e à rede geral de esgoto.

Oliveira (2008) acredita que para caracterizar uma rede urbana é preciso “determinar os tipos de cidades que a região encerra e discriminar as zonas de influência das cidades grandes e médias”.

Sposito (2008) considera que para se entender a rede, é preciso considerar determinados elementos, tais como: estrutura, escala, atores, territórios e fluxos. Estes elementos se combinam de maneira complexa.

Corrêa (2006) defende que para a existência de uma rede a condição mínima é a articulação entre os núcleos urbanos.

O Regic (2007) – Região de Influência das Cidades, produzido pelo IBGE, contribui de forma significativa no tocante à metodologia de estudo da rede urbana. De acordo com o documento

Na última década, a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades. (IBGE, 2007:09)

A metodologia utilizada partiu da definição dos principais nós da rede urbana. Em um universo de 5564 cidades brasileiras, foram pesquisadas 4625; destas, 85% apresentaram população abaixo de 20.000 habitantes. A partir daí foram definidas as classes de cidades, dentro de uma hierarquia, sendo elas: Metrôpoles, Capital Regional, Centro Sub Regional, Centro de Zona e Centro Local. Esta última categoria comporta 4473 cidades, apresentando em sua maioria menos de 10 mil habitantes. De acordo com esta classificação as cidades da área de estudo, com exceção de Viçosa (Centro Sub Regional B), compõem a categoria de Centro Local.

A utilização de dados secundários e registros administrativos, tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas, permitiu avaliar os níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica, identificando os níveis de gestão do território.

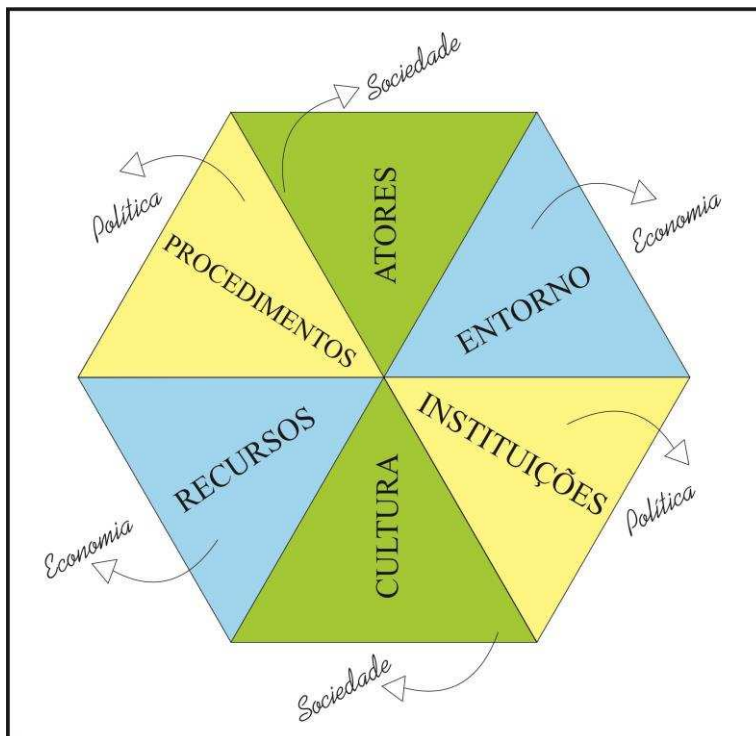
Em uma segunda etapa foram estabelecidas as ligações entre as cidades para delimitar a região de influência e por fim foi estabelecida a hierarquia que deu origem às categorias já mencionadas.

A definição dos centros de gestão foi feita a partir da identificação de órgãos de gestão de nível federal e estadual nas cidades pesquisadas. Quanto a equipamentos e serviços, foram analisados comércio e serviços oferecidos, a presença de instituições financeiras, a presença de instituições de ensino superior, o quadro de saúde e o acesso a internet, rede de TV aberta e conexões aéreas.

As regiões de influência foram definidas a partir das ligações entre os centros de gestão e as ligações entre os demais municípios foram avaliadas através de questionários, procurando avaliar a intensidade de relacionamento, ou seja, o número de vezes em que são apontadas como destino, nos sete temas considerados. Cabe ressaltar que dentre os municípios pesquisados neste trabalho, apenas Viçosa foi classificada em um nível funcional. Dentre os demais municípios não existe hierarquia, de acordo com o estudo do IBGE.

### **3.2 O modelo analítico proposto**

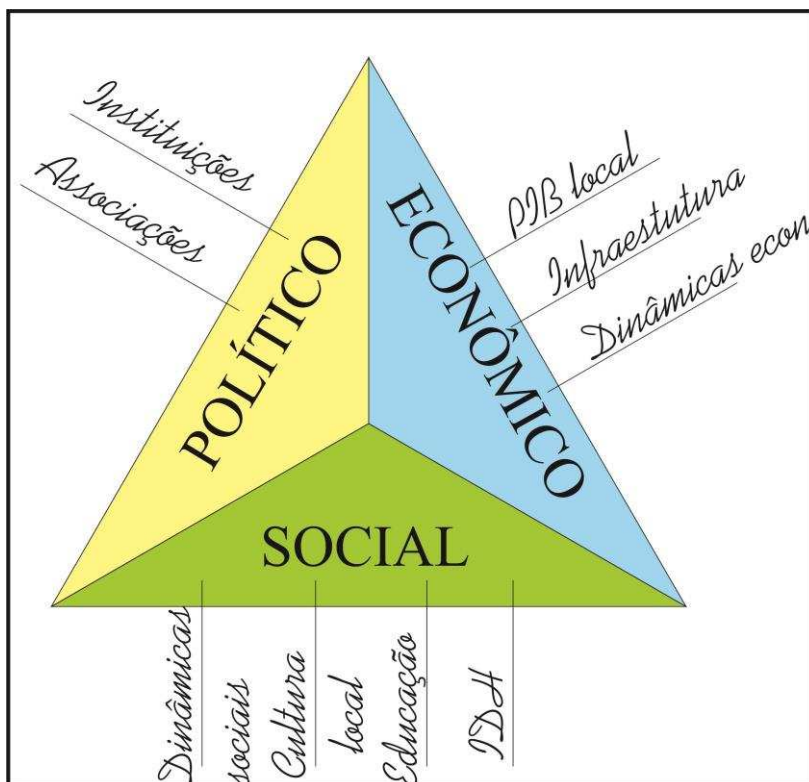
A metodologia adotada neste trabalho parte das contribuições citadas e nasce fortemente influenciada por Boisier, importante referência na área de planejamento regional. Em seus estudos acerca da rede urbana, Boisier (1996) propõe a utilização de um hexágono sintetizado na Figura 1.



**Figura 1:** Hexágono de Desenvolvimento Regional, de Boisier  
**Fonte:** Produzido pela autora, 2014

Segundo Boisier (1996), o desenvolvimento depende da interação densa e inteligentemente articulada de seis elementos: atores, cultura, recursos, instituições, procedimentos e entorno. De acordo com o autor: ATORES podem ser de natureza individual, corporativa ou coletiva; a CULTURA pode ser de caráter competitivo/individualista ou cooperativo/solidário; os RECURSOS podem ser de origem material, humana, psicossocial ou ligado ao conhecimento; as INSTITUIÇÕES constituem importante fator para alavancar o desenvolvimento e podem ser inteligentes, virtuais, velozes ou flexíveis; os PROCEDIMENTOS estão relacionados à gestão, administração, informação e modernidade; e por fim, o ENTORNO está ligado ao mercado, ao Estado e às relações internacionais.

A partir da análise do hexágono e de cada um de seus elementos, neste trabalho foi realizada a identificação de três eixos, constituindo um tripé social, econômico e político. Dessa forma, propõe-se o uso de um modelo de análise que parte de um triângulo, modelo que representa a síntese do hexágono, conforme ilustrado na Figura 2. O eixo SOCIAL abrange as dinâmicas sociais, cultura, educação e IDH. O eixo ECONÔMICO inclui as dinâmicas econômicas e infraestrutura. Por fim, o eixo POLÍTICO abrange as instituições e associações



**Figura 2:** Triângulo do Desenvolvimento Regional proposto pela autora a partir da adaptação do Hexágono de Desenvolvimento Regional, de Boisier  
**Fonte:** Produzido pela autora, 2014

Baseado nas referências acerca do tema rede urbana e inspirado nas diferentes, porém complementares, metodologias adotadas pelos estudiosos das redes de cidades, propõe-se uma análise da rede urbana da microrregião de Viçosa a partir dos eixos, variáveis e indicadores relacionados a seguir.

**EIXO: SOCIEDADE** (cultura local, IDH):

Variáveis:

1. tamanho populacional
2. dimensão do processo de urbanização
3. cultura local
4. desenvolvimento social

Indicadores:

1. população total e urbana
2. extensão da malha urbana
3. modo de vida (pesquisas em jornais)
4. IDH
- 5.

**EIXO: ECONOMIA** (dinâmica local, PIB, infraestrutura):

Variáveis:

1. abrangência regional do fluxo de pessoas em busca de bens e serviços
2. tamanho econômico (complexidade e diversificação da economia)
3. grau de diversificação das atividades e serviços dos centros urbanos

Indicadores:

1. fluxo das viagens interurbanas (fluxo de ônibus)
2. população ativa e perfil ocupacional empregada no setor terciário
3. presença de empresas locais
4. presença de agências bancárias
5. presença de atividades terciárias complexas e sofisticadas
6. presença de funções urbanas específicas

**EIXO: POLÍTICA** (instituições):

Variável:

1. presença de centros decisórios

Indicadores:

1. sede de Associação Microrregional de Municípios
2. sede de Superintendências Regionais
3. sede de Comarca.

#### **4 As Pequenas Cidades da Microrregião Funcional de Viçosa: Uma Leitura**

De acordo com a metodologia proposta, a análise foi realizada a partir dos eixos social, econômico e político.

##### **4.1 Eixo: Sociedade**

Através da observação in loco, pesquisas em Secretarias Municipais e dados do IBGE, foi possível construir um perfil das cidades componentes da microrregião de Viçosa. Características sociais apuradas nas cidades foram cruzadas com dados fornecidos pelas bases citadas, desenhando um cenário intrigante.

O quadro social desses municípios revela uma realidade mascarada pelos dados estatísticos de órgãos federais e estaduais. Apesar de não contar com dados numéricos precisos, os municípios em estudo apontam para problemas como drogas, alcoolismo e casos de violência doméstica e prostituição. Tais fatos são comumente documentados

pelos jornais<sup>13</sup> que circulam na região, oriundos da cidade de Viçosa, que trazem em suas páginas policiais notas a respeito de furtos, assassinatos, tráfico de drogas e outros atos violentos que ocorrem, em grande parte, nas áreas rurais dos municípios. Nas figuras 3 a 8, selecionamos algumas notícias coletadas no jornal Folha da Mata por um período de um mês, a fim de documentar a frequência desses fatos.

## **Agride esposa e gasta o Bolsa Família com cachaça**

Uma dona de casa de 22 anos acionou a polícia no dia 2 de abril, em Coimbra, alegando ter sofrido agressão praticada por seu amásio Eduardo Maciel Gomes "Dico", 21. Segundo a vítima, o suspeito a ameaçou por ter sido questionado a respeito do destino dado por ele ao benefício do Bolsa Família.

Ela acredita que Dico tenha utilizado o dinheiro do benefício para comprar bebida alcóolica e o acusa de a ter agredido fisicamente. Ainda relatou que o suspeito chegou a apertar-lhe o pescoço e avisou que bateria nela todos os dias. A jovem já havia se separado do agressor, mas aceitou reatar o relacionamento por causa do filho de um ano do casal.

O suspeito foi conduzido juntamente com a vítima para a Delegacia de Polícia.

**Figura 3:** Agressão em Coimbra

**Fonte:** Jornal Folha da Mata, Viçosa, 8 de maio de 2014

## **Arma apreendida pela polícia**

Com um mandado de busca e apreensão a polícia foi à residência do aposentado Manoel Marinho, 72, localizada na comunidade Santa Terezinha, zona rural de Ervália, na tarde de quinta-feira, 22 e, após buscas na residência, encontrou uma arma de brinquedo e uma espingarda calibre 36. A espingarda possui registro, que estava vencido desde abril de 2013. Manoel foi detido e as armas foram apreendidas e encaminhadas à Delegacia de Polícia.

**Figura 4:** Apreensão de arma em Ervália

**Fonte:** Jornal Folha da Mata, Viçosa, 8 de maio de 2014

<sup>13</sup> Os principais jornais da cidade de Viçosa, com circulação nas cidades da microrregião são "Folha da Mata" e "Tribuna Livre". Ambos são distribuídos semanalmente.

## Crime passionai no Paraguai, Cajuri

Vandecy Oliveira de Freitas, 39, e um adolescente de 17 anos foram presos pela polícia na tarde de quarta-feira, 30, apontados como sendo dois dos autores de **assassinato** de Romildo de Castro, 19, no distrito do Paraguai, em **Cajuri**. Segundo a polícia, o terceiro envolvido é Juvenal da Silva Mendes, 22, que ainda está sendo procurado.

Uma testemunha disse ter chegado a seu sítio, por volta das 7 horas da manhã de quarta-feira, quando se deparou com o corpo de Romildo, caído dentro de casa.

A polícia foi acionada e compareceu ao local, onde ouviu de testemunhas que Vandecy vinha ameaçando Romildo de morte, porque ele estaria tendo um caso com sua mulher.

Ainda segundo testemunhas, Romildo havia dito que no domingo passado estava no sítio com a mulher de Vandecy e, ao saírem de lá, quase foram flagrados por ele que, na ocasião, estava

armado de um rifle.

Os militares foram até a casa da sogra de Vandecy onde ele foi preso em flagrante. O menor foi preso em sua casa e revelou onde estavam escondidas a arma do crime, um rifle calibre 22, um carregador e várias balas, uma delas picotada, que foram encontradas no alto de um morro, próximo à cena do crime.

Um perito esteve no local e constatou três perfurações provocadas por disparos de arma de fogo, na cabeça. O perito ainda acrescentou que os disparos foram feitos a curta distância.



Acima, o dito rifle, ou seja, uma espingarda municiada com balas calibre 22, perigosíssima



Romildo de Castro



Vandecy Oliveira de Freitas

## Assassinato em Cajuri

O viçosense Cristiano Xavier, 37 (foto), foi morto na noite de sexta-feira, 2, na localidade Córrego do Sertão, zona rural de **Cajuri**. Segundo a polícia, o corpo de Cristiano foi encontrado já sem vida, caído na estrada, atingido por dois disparos de arma de fogo, um deles na cabeça e o outro no pescoço. Próximo dele havia uma moto Honda/CG125 Fan KS, preta, placa OLU-5187, tarjeta de Cajuri. Ainda de acordo com a polícia a vítima era usuária de drogas. Não há suspeitos pelo crime.



Figura 5: Assassinatos na Zona Rural de Cajuri  
 Fonte: Jornal Folha da Mata, Viçosa, 8 de maio de 2014

## Ladrões **roubam** agência dos Correios em São Miguel

Os ladrões roubaram R\$ 1500 da agência dos Correios/Banco do Brasil, de São Miguel do Anta. O crime aconteceu por volta do meio dia de sexta-feira, 6. Segundo a gerente, dois homens que estavam em uma moto Honda/CG, azul, pararam em frente à agência, localizada na rua São José, centro de **São Miguel**, tendo um deles descido da moto e outro permanecido com ela ligada. O bandido que estava com um capacete azul e touca ninja, se aproximou do caixa exigindo dinheiro. Segundo a gerente, para intimidá-la, ele mostrou uma arma que carregava na cintura. Após o roubo eles fugiram sentindo à cidade de Canaã.



A agência teve um prejuízo de R\$ 1.500

Figura 6: Roubo em São Miguel do Anta  
 Fonte: Jornal Folha da Mata, Viçosa, 11 de junho de 2014

# Polícia apreende drogas em Teixeira

Policiais de Viçosa e Teixeira investigavam um grupo de pessoas já conhecidas no meio policial e que estavam praticando tráfico de drogas no **Córrego Bom Jardim**, zona rural de **Teixeiras**, no sábado, 24. Após levantamentos, souberam que Gladstone Alves Ortelhado (Capivara), 18, Willian Souza da Silva (Periquito), 22, além de um adolescente, todos moradores daquela localidade, haviam escondido drogas em um matagal, nos fundos da casa de Bruno Roner Pinto de Carvalho, 24, para serem comercializadas. Os militares foram à casa de Bruno e encontraram, no terreiro, um balde pequeno contendo doze tabletes de maconha e três papéletes de cocaína. Os policiais conseguiram abordar Bruno e o adolescente, bebendo em um barzinho próximo ao local. Os policiais



Bruno Roner

também fizeram buscas dentro da casa de Bruno, que mora com o menor, e lá localizaram, dentro de uma caixa de sapatos, no quarto do adolescente, outro tablete de tamanho avantajado de maconha. Segundo a polícia, toda a droga estava embalada,



Com Bruno foram apreendidas várias buchas de maconha

pronta para ser comercializada. A polícia tentou localizar Willian, mas ele conseguiu fugir em uma

moto Honda/CG 125, verde. Willian havia sido preso no mês de fevereiro, por tráfico ilícito de drogas.

Figura 7: Tráfico de drogas em Teixeira

Fonte: Jornal Folha da Mata, Viçosa, 29 de maio de 2014

**27**  
anos

# TRIBUNA LIVRE

A verdade em forma de notícia

Viçosa • quarta-feira, 3 de abril, 2013  
Nº 1.137 • R\$ 2,00

## Violência em todos os lugares

Até mesmo cidades como Coimbra são alvos da criminalidade





Coimbra, 7 mil habitantes, quinta-feira santa às 9h30: Nilson (detalhe) leva quatro tiros na praça principal da cidade; em seguida a Polícia Militar chega ao local

A violência e a insegurança estão cada vez mais perto e há muito desvaram de ser uma realidade das grandes cidades. Assaltos violentos e assassinatos em pequenas cidades e mesmo na

zona rural da microrregião de Viçosa passaram a ser rotina. (veja nas páginas policiais do 11º

buna. Exemplo disso ocorreu dia 28 último em Coimbra, onde um assassinato foi cometido dentro de uma drogaria no Centro da cidade em plena manhã. **Detalhes à página 17.**

Figura 8: Matéria de capa do Tribuna Livre ressaltando violência na microrregião de Viçosa

Fonte: Jornal Folha da Mata, Viçosa, 11 de junho de 2014

O êxodo rural é uma realidade, o que não se restringe a uma só cidade, e tem provocado um esvaziamento do campo e falta de segurança aos seus moradores, revelado pelas matérias apresentadas. As Secretarias de Assistência Social de Ervália, Araponga, Teixeiras e Coimbra apontam para a ocorrência em elevado grau de violência doméstica, drogas e desemprego, decorrentes da falta de adaptação de um contingente de pessoas do meio rural no processo de transição para a zona urbana, carentes de empregos e de opções de lazer e esporte. A pesquisa nos jornais, por sua vez, revela que esta realidade se estende por toda a microrregião.

Este movimento de saída da zona rural em direção à cidade é decorrência da queda na economia agrícola, em especial do café, produto de maior pujança na economia da Zona da Mata. As consequências são as mais diversas.

Em resposta a este cenário, as administrações municipais, através da Secretaria de Assistência Social e do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social - vem desenvolvendo iniciativas para reverter este quadro. Os dados levantados nestas secretarias apontam para uma alta frequência de jovens por demanda espontânea nas atividades promovidas pelo CRAS, como palestras, dinâmicas de grupo, entre outros.

De acordo com os dados acessados, após a implantação do programa “Bolsa Família”, o índice de alunos frequentando a escola cresceu de 13% para 98% na cidade de Ervália: nas demais o dado não foi obtido em precisão, mas reconhece-se esta gradual mudança. O incentivo financeiro do Programa se revela como incremento da renda das famílias locais.

O quadro educacional conta com o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, oferecendo cursos profissionalizantes, com alto índice de procura e um aproveitamento satisfatório. O PRONATEC surge como opção a estes municípios, apesar de ainda não estar presente em todos eles. O nível educacional nestas localidades vai até o Ensino Médio, reduzindo as opções dos jovens, que não contam com cursos de idiomas, tampouco cursos profissionalizantes ou escolas de ensino superior. Devido a isso ocorre um fluxo de alunos em direção a Viçosa que conta com quatro instituições de ensino superior. As prefeituras locais fornecem transporte gratuito no período da noite para transportar este contingente de alunos que buscam em Viçosa, cursos de graduação e cursinhos preparatórios para vestibular.

No âmbito da saúde os municípios recorrem à cidade de Viçosa para consultas com especialistas e internações. Há um Consórcio Intermunicipal de Saúde da

Microrregião de Viçosa - CISMIV<sup>14</sup>, com sede em Viçosa, que recebe pacientes desses municípios, transportados por micro-ônibus, que em geral serve a mais de uma cidade. Segundo dados da Secretaria de Saúde de Ervália, o município compõe o Consórcio Intermunicipal de Saúde de Ubá, o SIMSAÚDE. No entanto, são realizadas pactuações com outros municípios, como Viçosa, Belo Horizonte e Visconde do Rio Branco, para atendimentos não contemplados pelo consórcio.

Buscando inferir sobre a estrutura espacial e dimensão do processo de urbanização das cidades em estudo, as imagens aéreas dos municípios foram tratadas por meio de esquemas apresentados nas figuras 9 a 19. A malha urbana que conforma as cidades é pouco desenvolvida em relação à área do município. Nota-se a pequena extensão da área urbanizada perante a área total dos municípios.

Outro fator que se repete no arranjo das cidades é a localização dos equipamentos. Foi destacada a Igreja Católica, por ser de maior expressão nos municípios em estudo, apesar da ocorrência crescente de templos protestantes, e ainda por ser símbolo do desbravamento do local, da chegada dos tropeiros que ao se instalar construía capelas aos santos de devoção e, em geral, ao redor desta capela surgia o núcleo de povoamento. O que se pode observar é que a mancha urbana destas cidades conserva muito desta configuração original.

Outro equipamento evidenciado é a prefeitura, centro de poder local, marcando a sede do município. As informações obtidas revelaram, ainda que não seja por dados oficiais, que boa parte dos empregos locais é gerada diretamente pela prefeitura. Em cidades menores como Araponga, Canaã, Cajuri, Paula Cândido, Presidente Bernardes e Pedra do Anta, onde os serviços são mais escassos, a população local é empregada em serviços de educação, saúde e administração, providos pela prefeitura municipal.

As praças e largos foram também destacados por serem locais de concentração e encontro da população. Com a carência de espaços destinados ao lazer, a praça torna-se o local da sociabilidade, em cidades fortemente marcadas pelas relações de pessoalidade.

A presença de rodovias, linhas férreas e cursos d'água estabelecem também forte ligação com o desenho assumido pela malha urbana nestas cidades.

A cidade de Araponga (Figura 9) apresenta a extensão da malha urbana ao longo de um eixo longitudinal. No entanto, pela localização dos principais equipamentos,

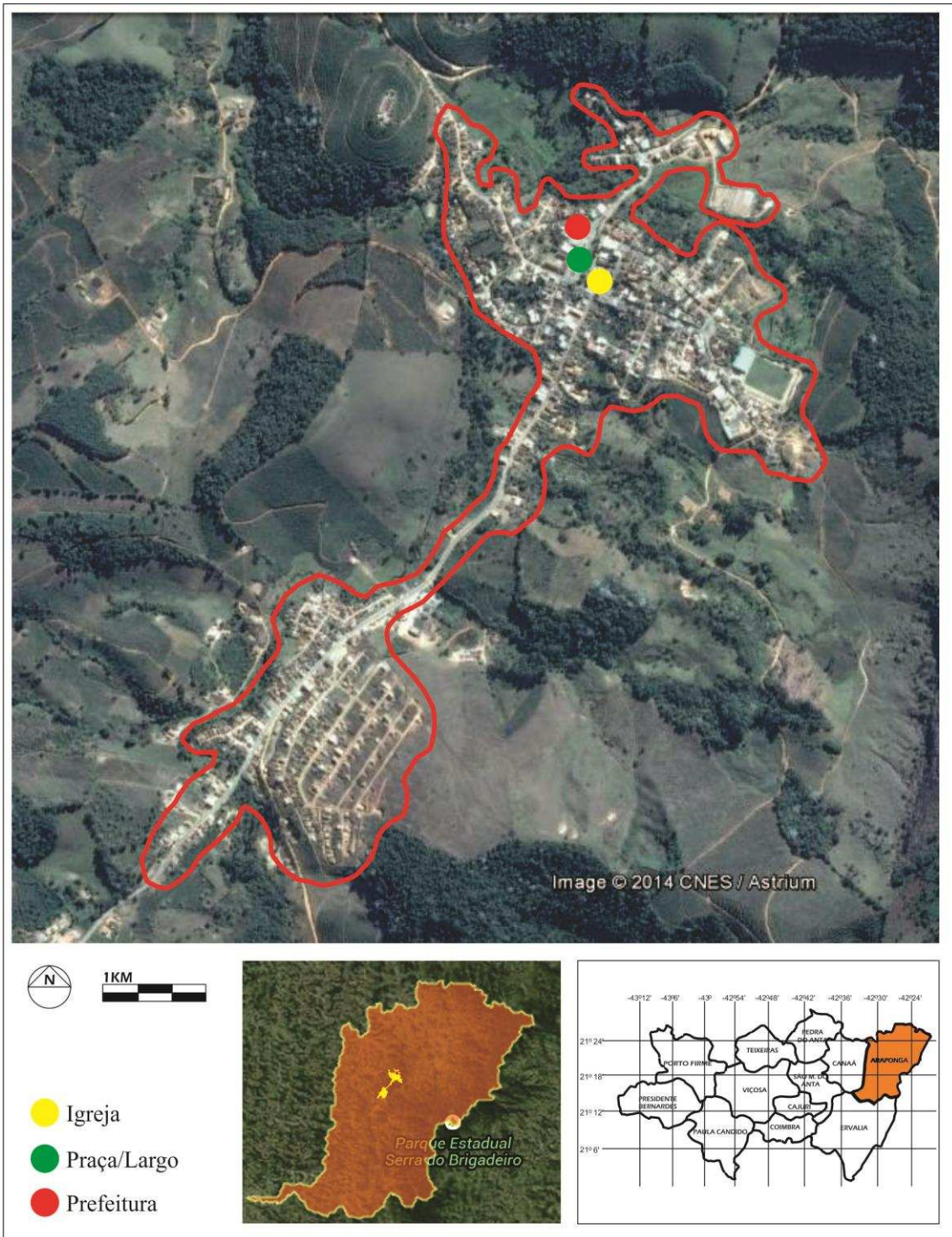
---

<sup>14</sup> Fazem parte deste Consórcio os municípios de Teixeira, Pedra do Anta, Araponga, Canaã, São Miguel do Anta, Cajuri, Coimbra, Paula Cândido e Porto Firme.

notamos que houve uma expansão a partir do núcleo inicial, em direção à parte sul do município, onde o padrão viário se mostra mais racionalizado.

A mancha urbana não sofre influência de elementos tais como rodovias, linha férrea ou curso d'água, mas do relevo local que é muito acidentado e com altas altitudes, levando a uma ocupação concentrada.

A área do município é de 303,79km<sup>2</sup> enquanto a malha urbana atinge apenas 4,9km<sup>2</sup>, chegando a ser 60 (sessenta) vezes menor do que a área total. Isso demonstra a dominância do espaço rural no município.

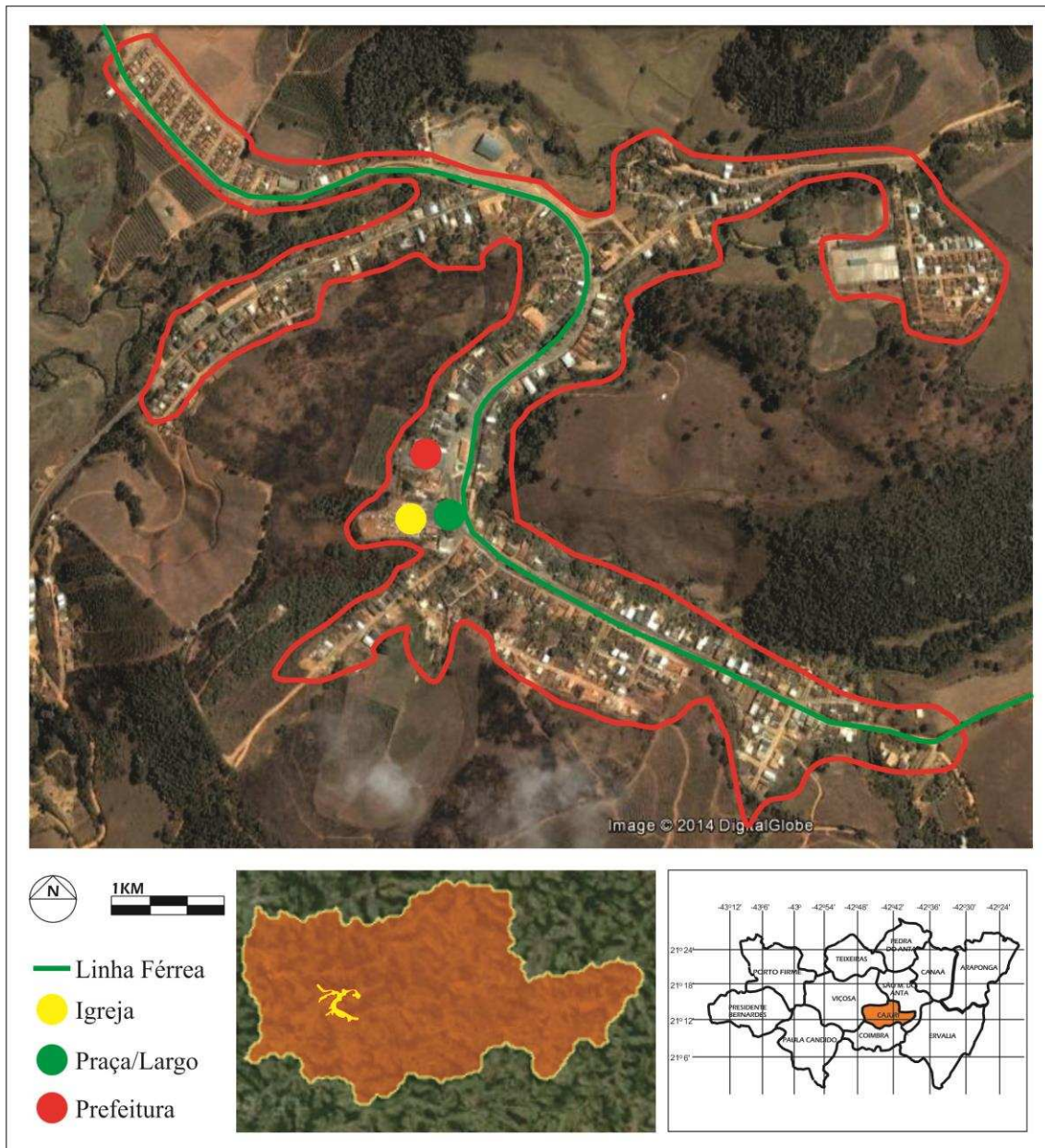


**Figura 9:** Malha Urbana de Araponga - MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

A malha urbana da cidade de Cajuri, representada na Figura 10, acompanha claramente a linha férrea que atravessa o município. Há uma tendência ao espraiamento com os novos eixos que estão se formando perpendicularmente ao eixo principal, com

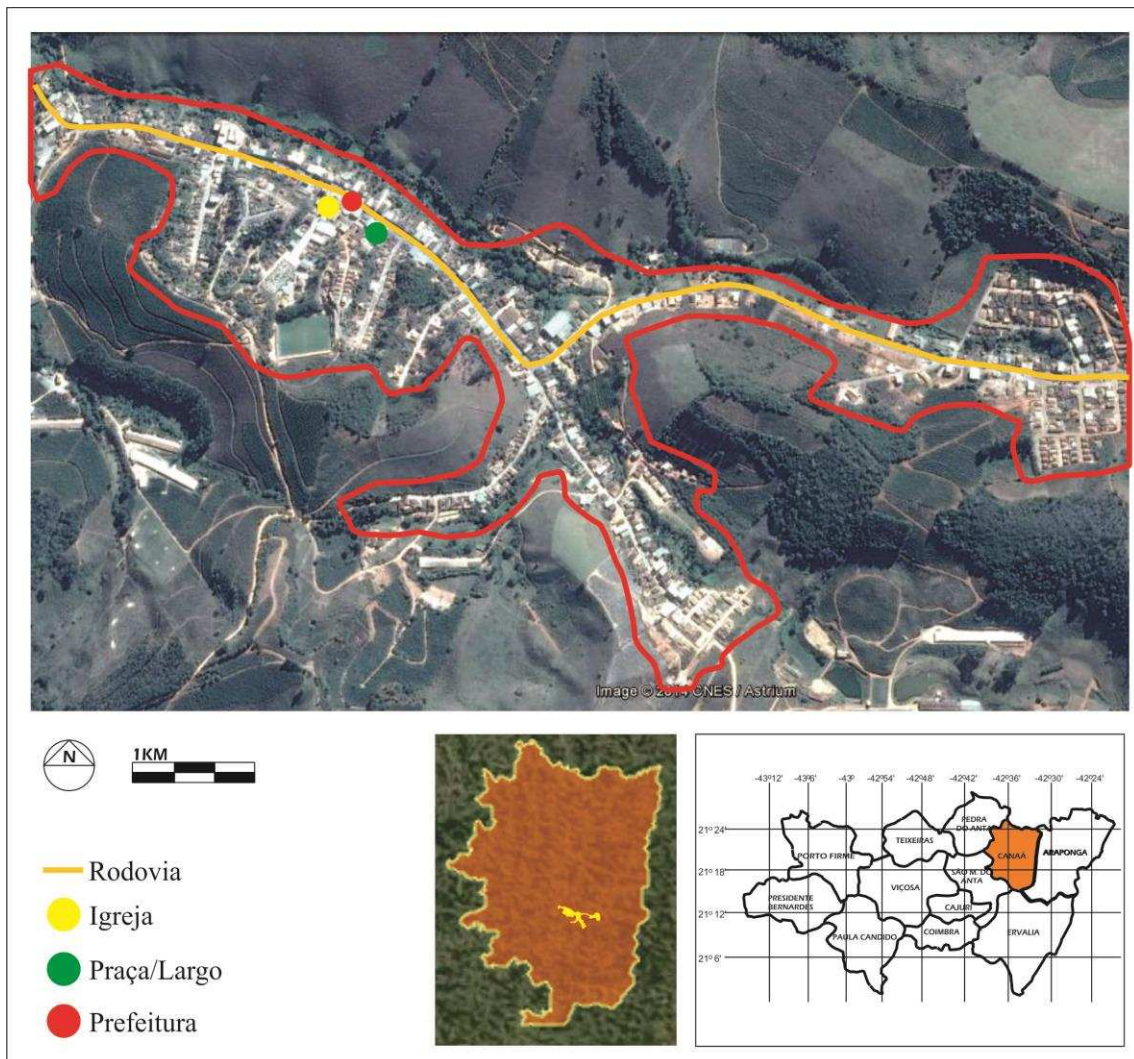
um caráter mais retilíneo. A área ocupada pela malha urbana no município é 20 (vinte) vezes menor que a área total de 83,03 km<sup>2</sup>.



**Figura 10:** Malha Urbana de Cajuri - MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

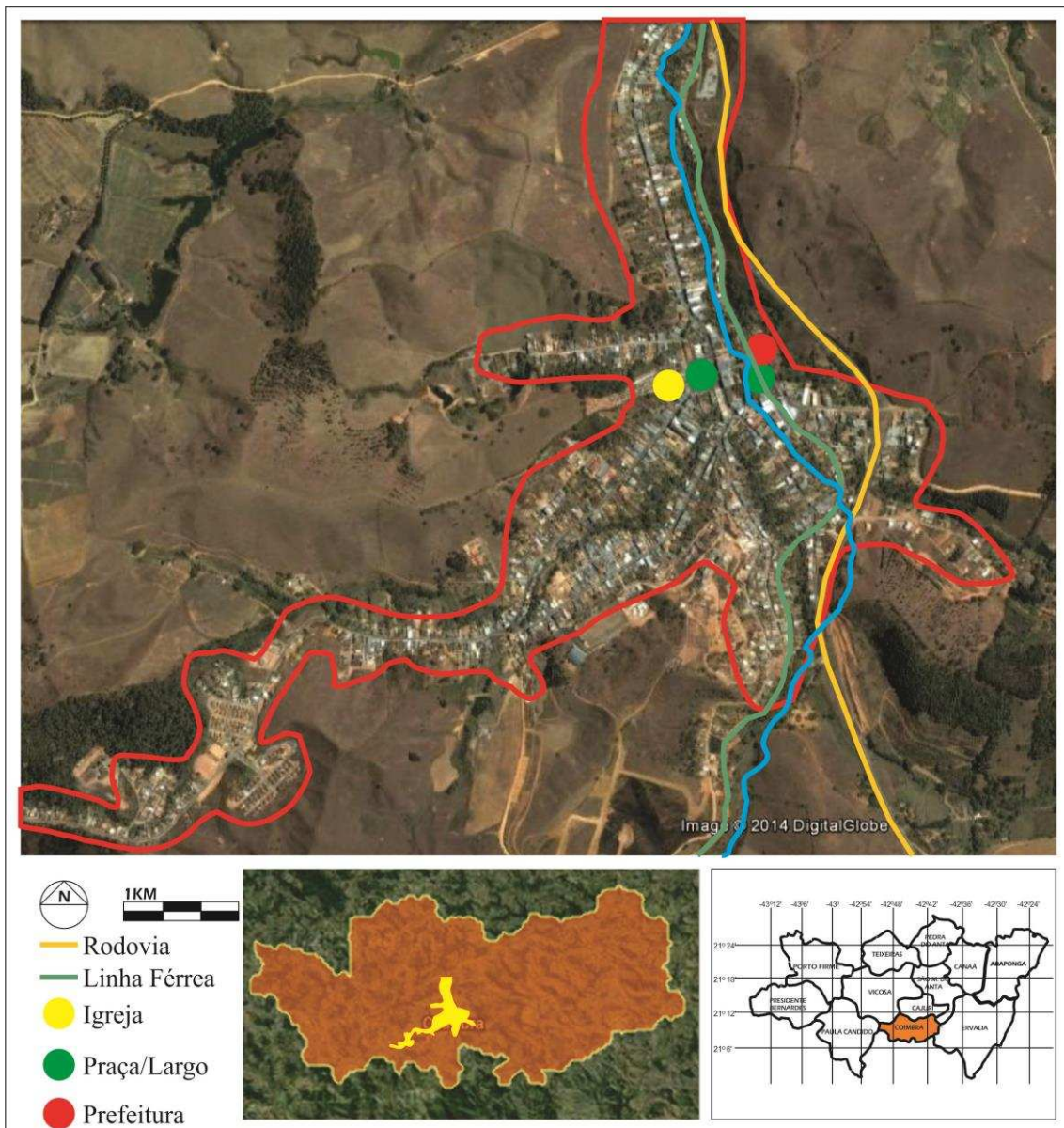
A cidade de Canaã (Figura 11) desenvolveu-se sobre uma malha que se desenhou ao longo da rodovia que corta o município. O relevo acidentado da região também influencia a ocupação concentrada ao longo do vale. A área de 6,3km<sup>2</sup> da porção urbanizada do município é cerca de 27 vezes menor do que a área total do município, que soma 174,90km<sup>2</sup>.



**Figura 11:** Malha Urbana de Canaã - MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

A cidade de Coimbra (Figura 12) desenvolveu-se ao lado da rodovia, que tem um traçado próximo ao do curso d'água e da linha férrea, que antecederam a passagem da rodovia e sua influência na cidade. Se comparada a outras cidades analisadas anteriormente, Coimbra já apresenta um traçado mais denso, com mais eixos de crescimento e novas tendências de ocupação. A área da malha urbana reflete isso, são 8,5km<sup>2</sup>, área representativa no conjunto das cidades estudadas, e 12 vezes menor que a área total do município, que é de 106,87km<sup>2</sup>.

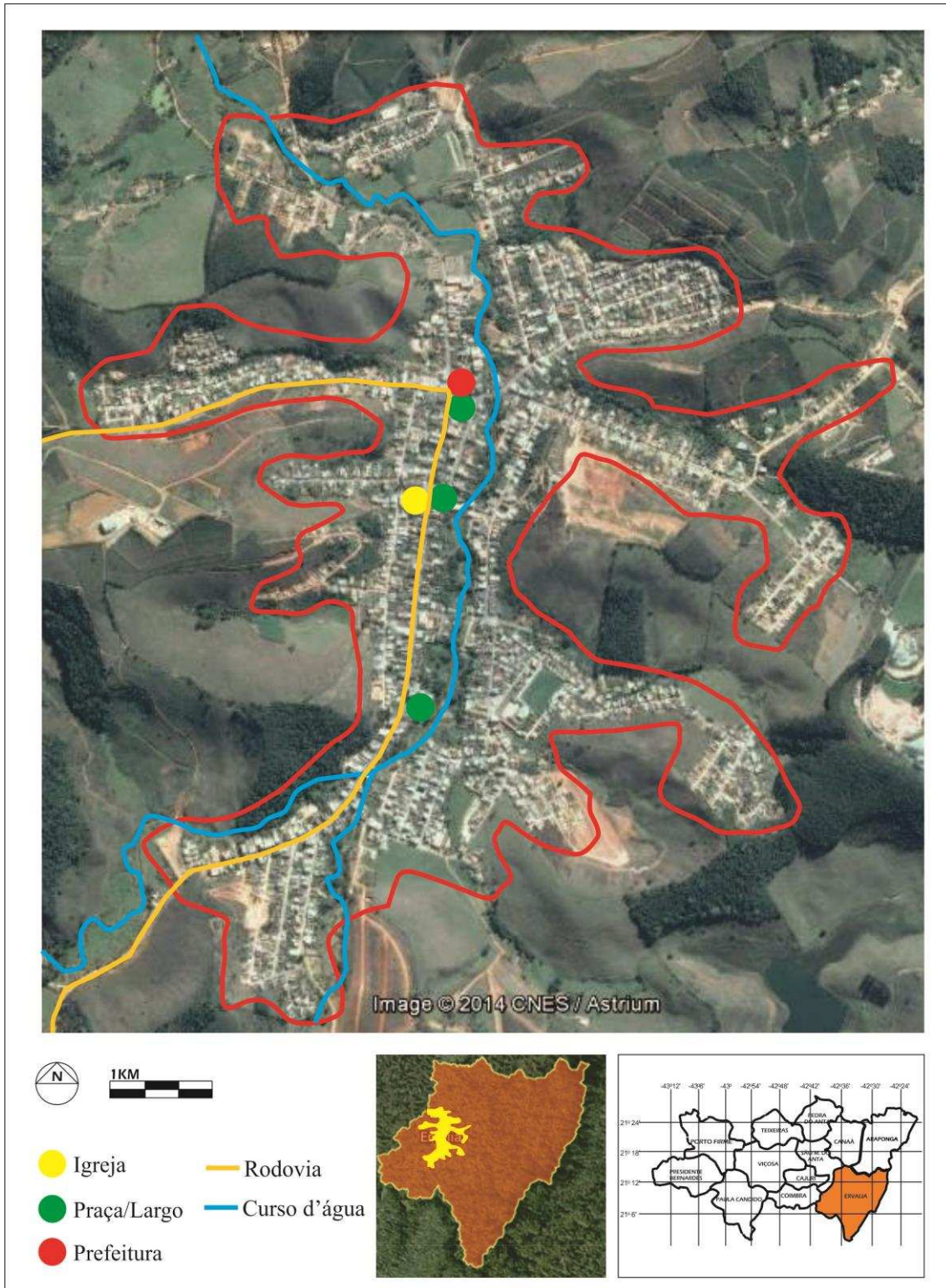


**Figura 12:** Malha Urbana de Coimbra - MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

A cidade de Ervália (Figura 13) é cortada por um curso d'água e a lógica de loteamento fez com que as casas dessem as costas para o rio.

A cidade de Ervália (Figura 13) é cortada por um curso d'água, mas o traçado dos loteamentos desconsiderou este aspecto, voltando os fundos dos lotes para as margens do rio, que assim tem pouca projeção na cidade. Uma rodovia também passa pelo centro, na principal via da cidade. A área urbanizada corresponde a 6% da área do município, totalizando 24,0km<sup>2</sup> contra 357, 48km<sup>2</sup> da área total do município.

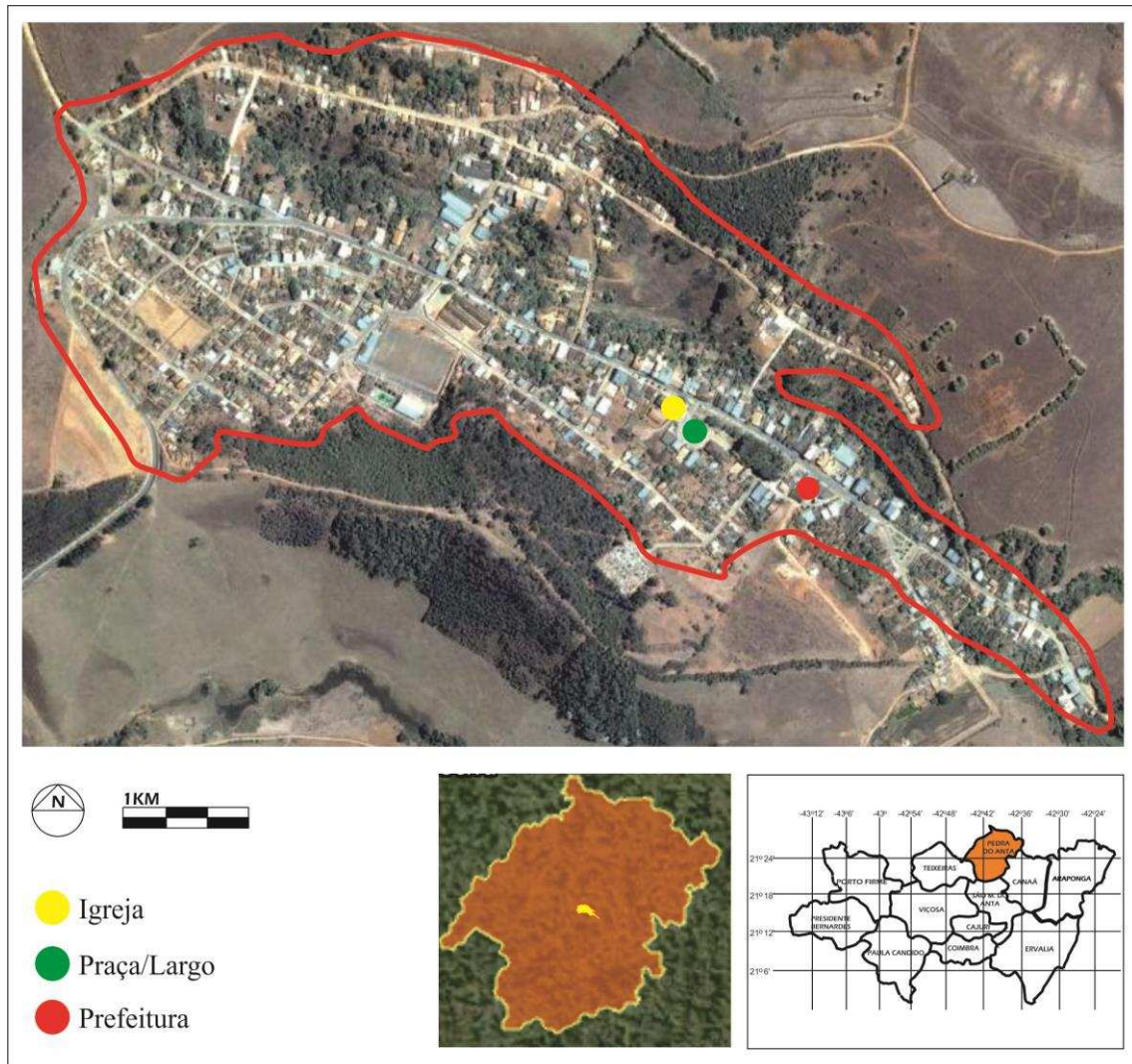


**Figura 13:** Malha Urbana de Ervália - MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

A cidade de Pedra do Anta (Figura 14) apresenta uma malha urbana conformada ao longo de um eixo principal com poucas ruas perpendiculares e ligadas a mais duas ruas paralelas, criando poucas quadras. A cidade não conta com rodovias e linha férrea

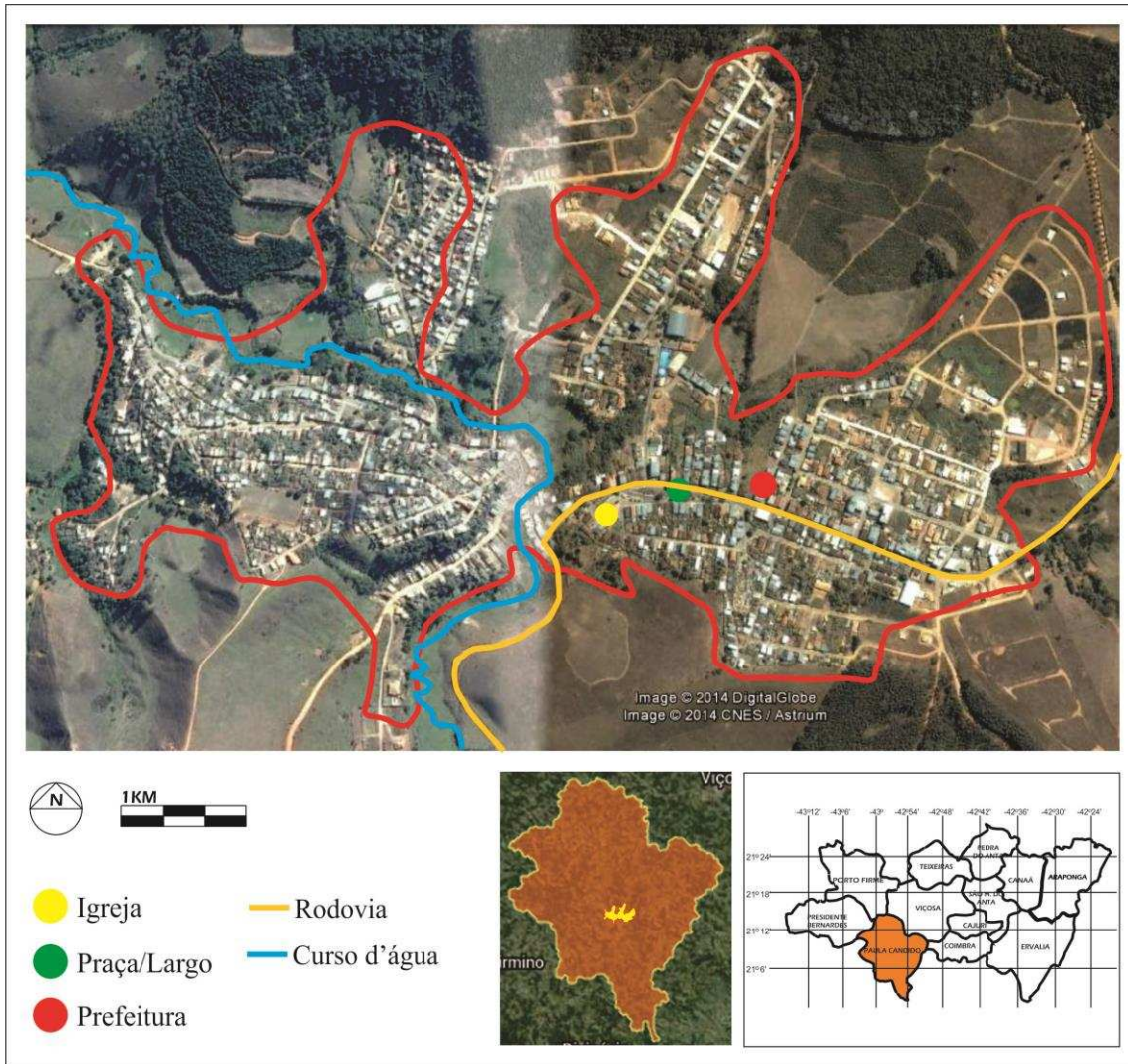
por não ser caminho para outras localidades. Pelo relevo mais acidentado e alta altitude não é cortada por nenhum curso d'água. A área urbanizada é cerca de 34 (trinta e quatro) vezes menor do que a área total do município.



**Figura 14:** Malha Urbana de Pedra do Anta - MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

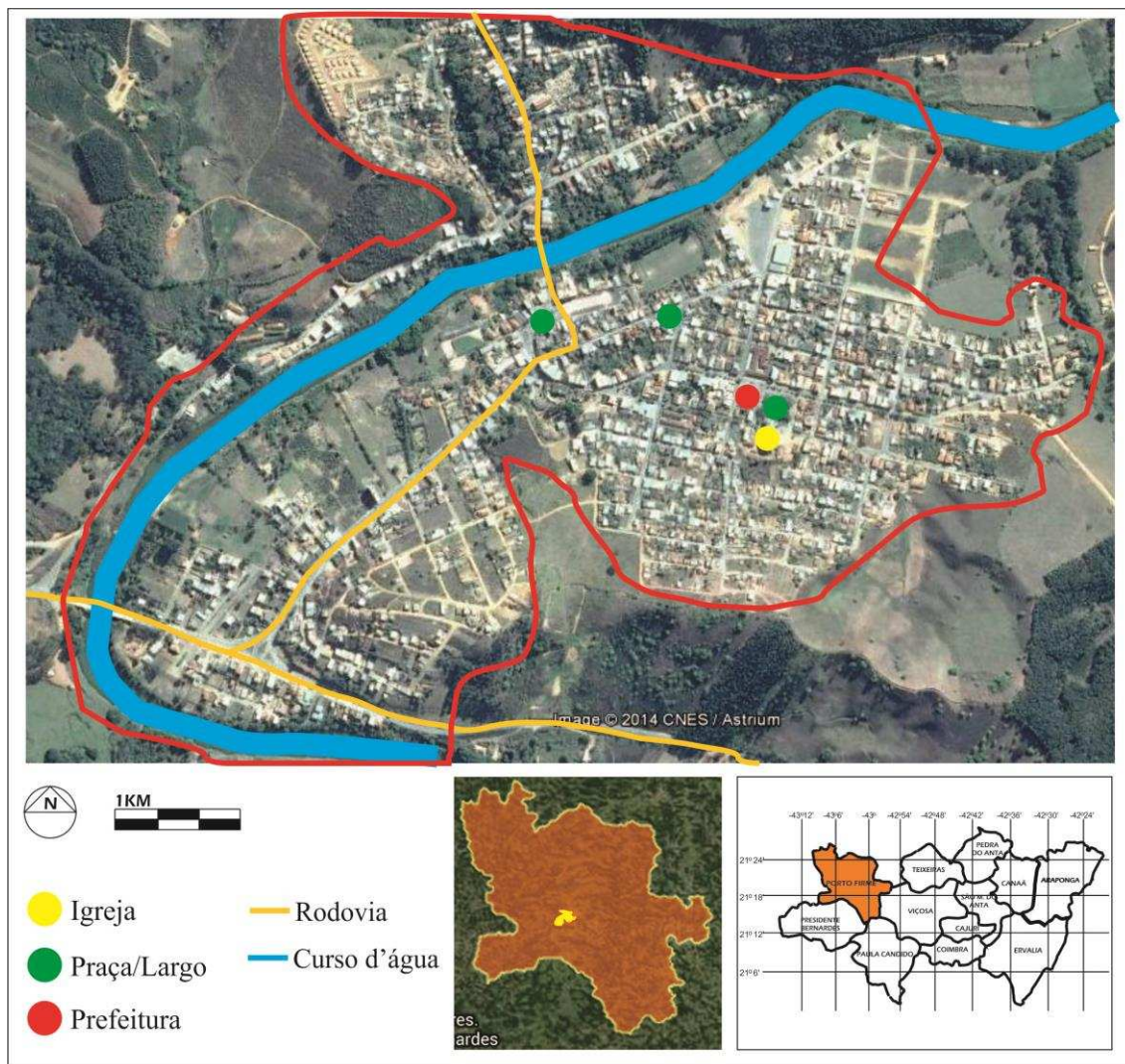
A cidade de Paula Cândido (Figura 15) se desenvolveu em uma área de relevo acidentado, é cortada por um curso d'água e por uma rodovia. Apresenta uma ocupação espreada, que se originou de um eixo principal. A malha urbana ocupa 8,9km<sup>2</sup> da área total do município que é cerca de 30 (trinta) vezes maior.



**Figura 15:** Malha Urbana de Paula Cândido- MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

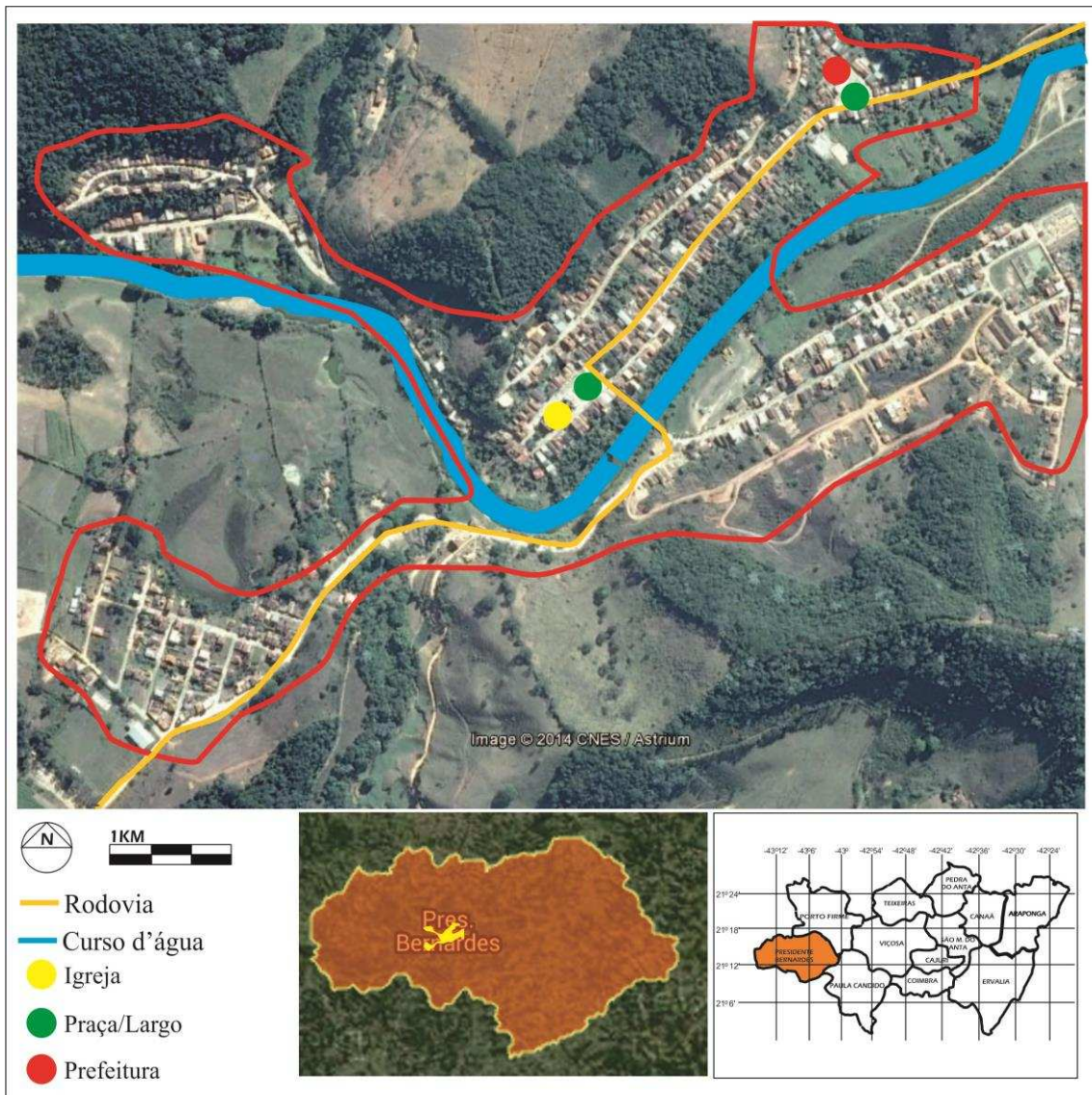
Em Porto Firme (Figura 16) o rio é destaque e divide a malha urbana em parte velha e parte nova. O traçado mais racionalizado na porção sul da cidade indica que a mesma desenvolveu-se num segundo momento de expansão da cidade. A cidade é cortada por rodovias estadual e federal, sendo portanto, importante local de passagem. Sua área urbanizada é de 14, 2km<sup>2</sup>, que representam 6% da área total do município.



**Figura 16:** Malha Urbana de Porto Firme - MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

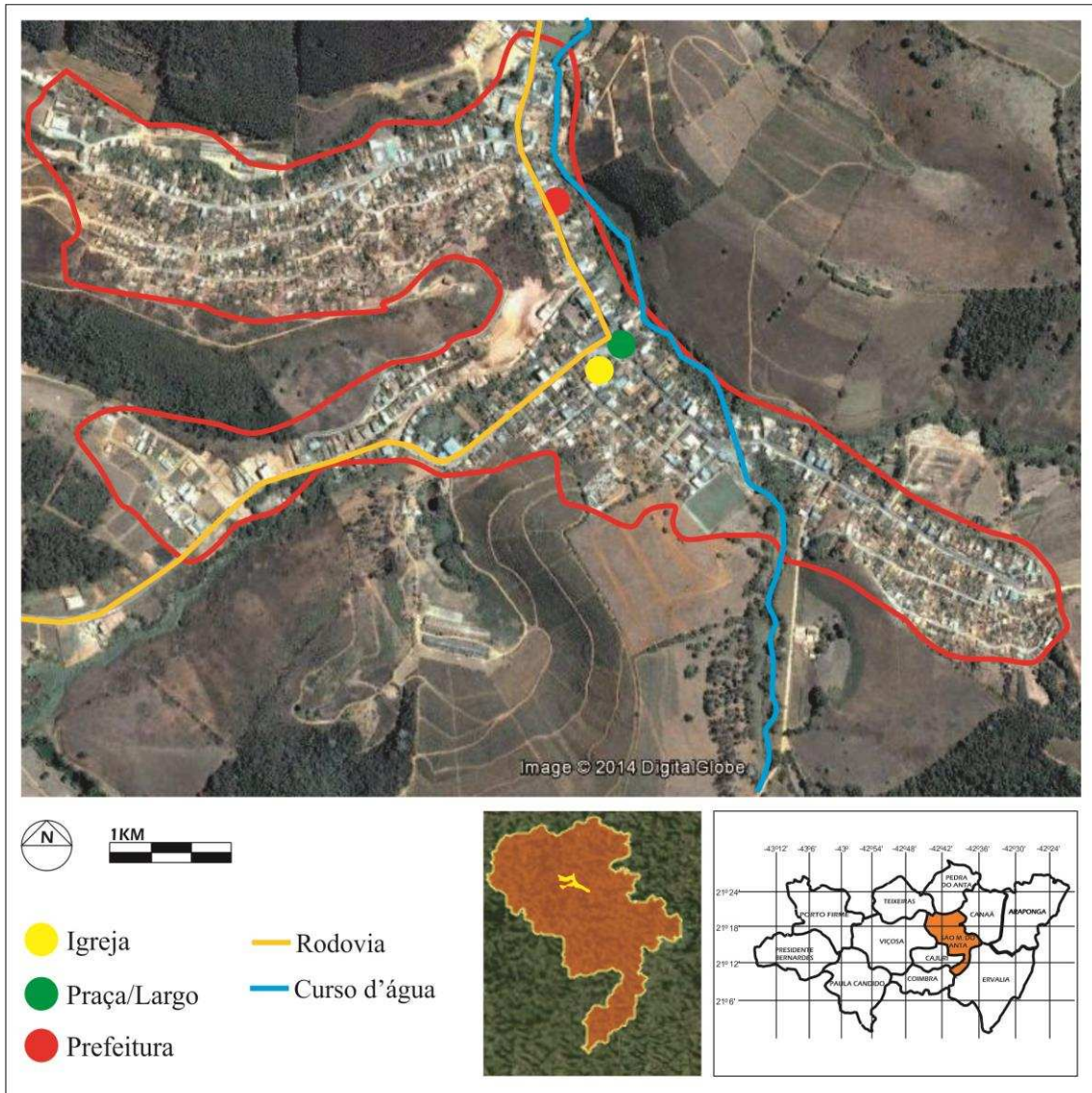
A figura 17 apresenta a malha urbana de Presidente Bernardes. Assim como a vizinha Porto Firme, apresenta uma forte relação com o rio que a corta e divide a cidade ao meio. O traçado da rodovia sugere que a cidade tenha se desenvolvido originalmente ao longo de seu eixo. A mancha urbana representa cerca de 3% da área total do município.



**Figura 17:** Malha Urbana de Presidente Bernardes - MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

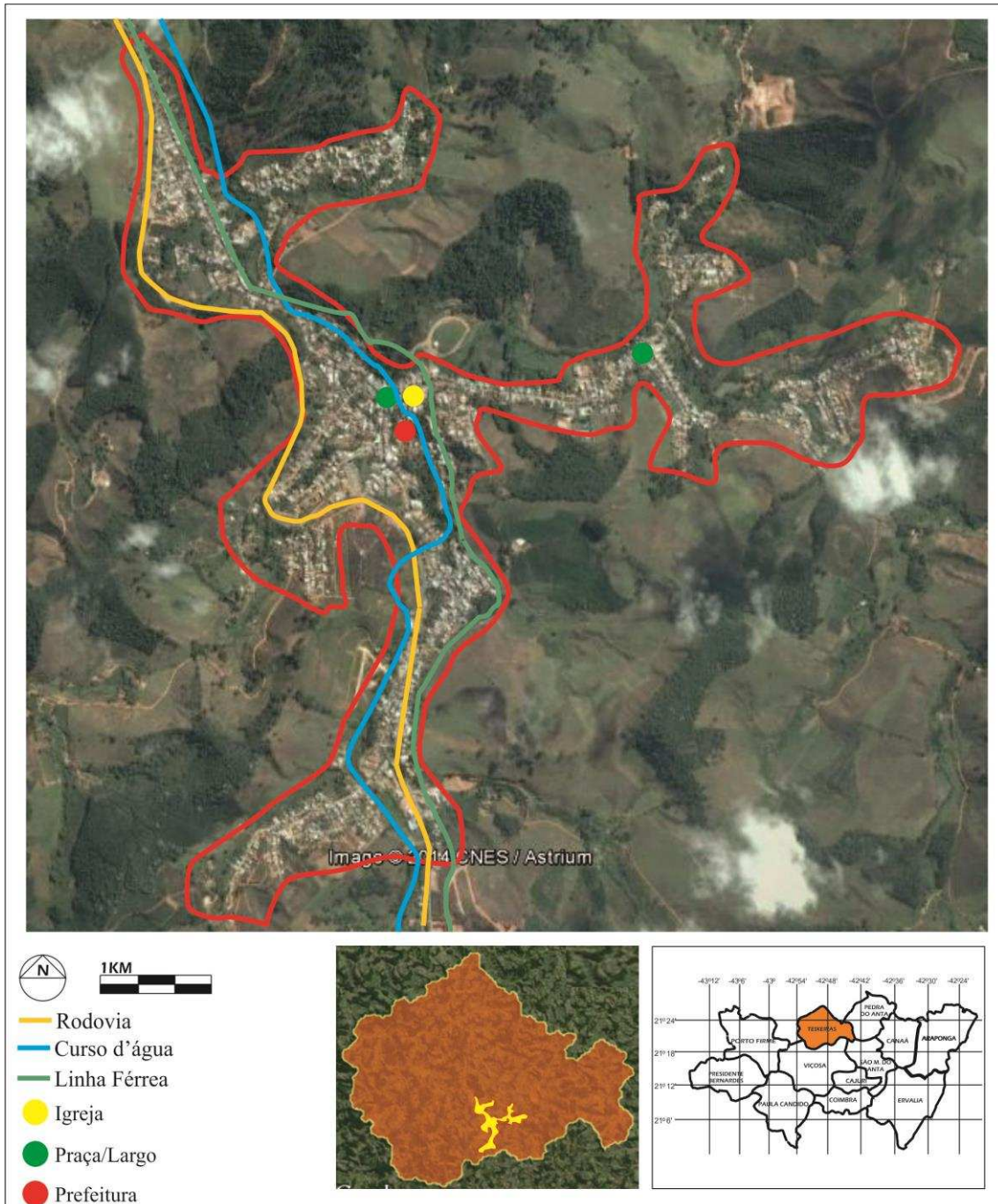
São Miguel do Anta, representada na Figura 18, apresenta uma tendência de crescimento no sentido oeste da cidade, em direção a Viçosa. A malha urbana é cortada por uma rodovia e por um curso d'água, este último com pouca projeção na cidade. A mancha urbana ocupa 6,8km<sup>2</sup> dos 152,11km<sup>2</sup> do município.



**Figura 18:** Malha Urbana de São Miguel do Anta - MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

A cidade de Teixeira (Figura 19) apresenta uma particularidade em relação às demais: sua mancha urbana localizada bem a Sul do município está revelando uma tendência, já observada com clareza, de se unir à mancha urbana de Viçosa, podendo vir a constituir uma conurbação. A área desta malha urbana é a maior entre os municípios em estudo. O curso d'água não tem representatividade na cidade, não se configurando como norteador do processo de urbanização. A rodovia passa tangenciando a malha urbana. A linha férrea teve importante papel na ocupação e configura o eixo principal da malha.



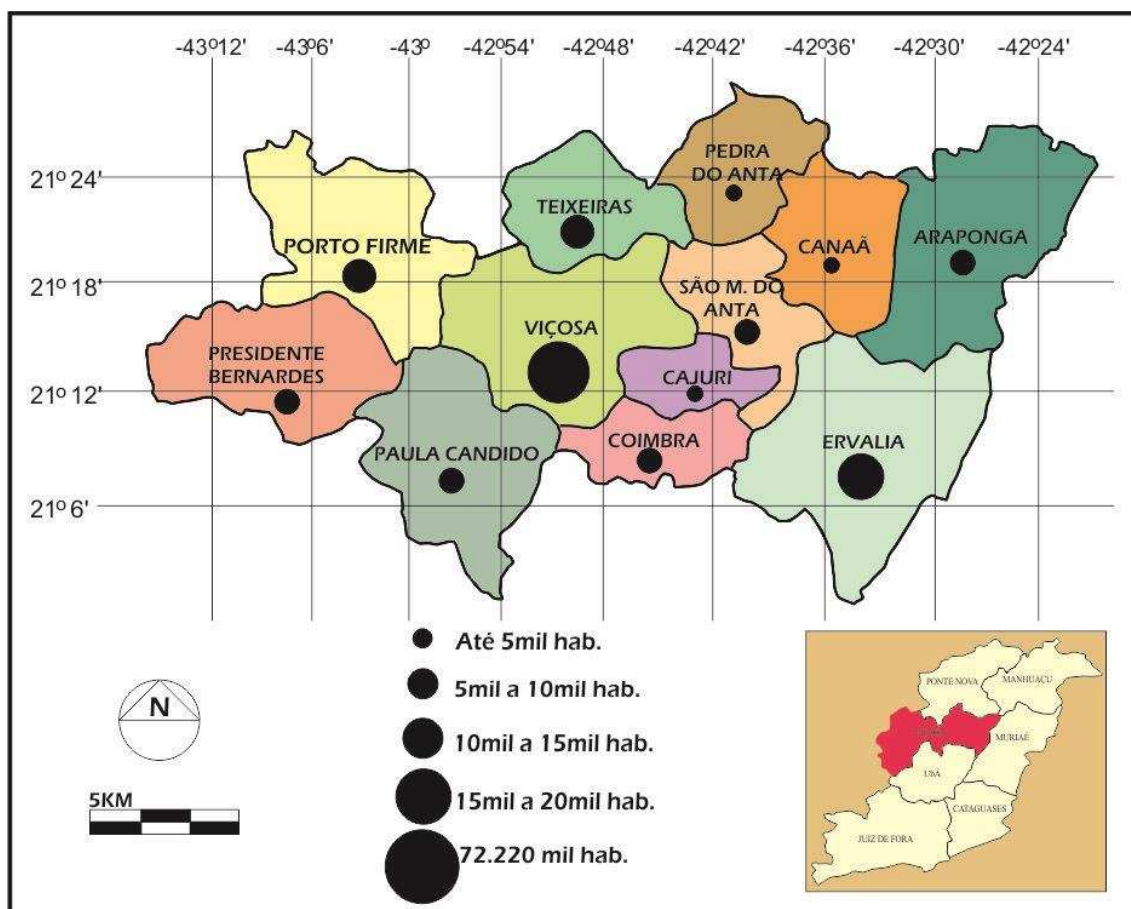
**Figura 19:** Malha Urbana de Teixeira - MG

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2014

A partir das figuras apresentadas é possível notar que algumas cidades já sofreram modificações mais expressivas em sua malha urbana, acrescentando novos eixos, como se pode observar em Teixeira, São Miguel do Anta, Porto Firme, Coimbra e Ervália; criando novos loteamentos e crescendo com novas quadras, adjacentes ao eixo principal, como ocorre em Ervália e Coimbra, principalmente.

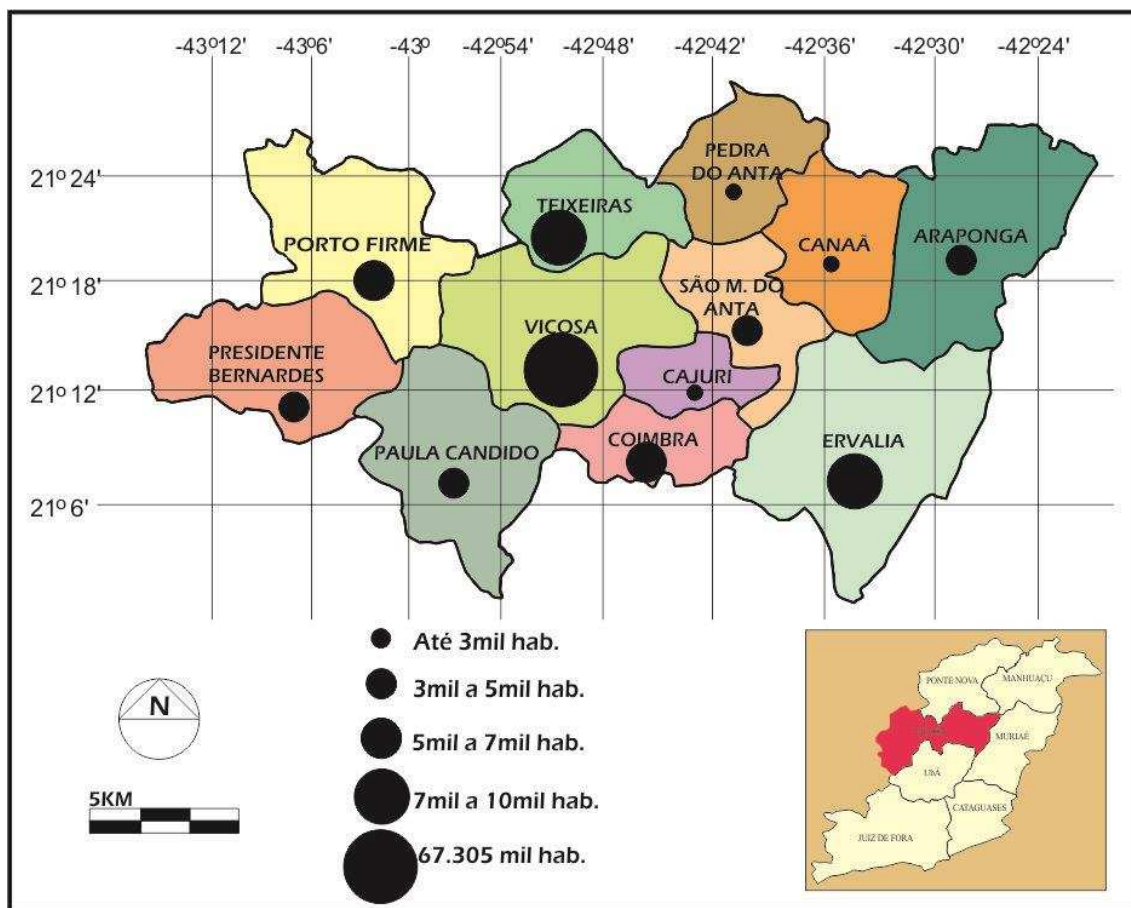
Esta análise permite apreender o caráter, como dito anteriormente, incipiente dessas malhas urbanas, que auxiliam na compreensão da essência dessas cidades, seu papel e função na rede urbana.

Nota-se claramente, a partir da figura 20, a predominância de Viçosa pelo seu tamanho populacional, que pressupõe uma maior diversidade de serviços. O mapa da figura 21 revela novamente uma diferenciação de Viçosa em relação aos demais municípios uma vez que a parcela de população rural do município é ínfima, em comparação ao que se mostra no mapa 1, revelando um perfil essencialmente urbano, que não se repete nas demais localidades, marcadas pela presença do mundo rural.



**Figura 20:** População total por municípios

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de dados do IBGE, 2010



**Figura 21:** População urbana por municípios  
**Fonte:** Produzido pela autora a partir de dados do IBGE, 2010

#### 4.2 Eixo: Economia

O eixo econômico partiu dos levantamentos feitos no IBGE Cidades, que permitiram a captação dos dados apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1: Serviços por cidades. Microrregião Funcional de Viçosa.**

<b>Serviços</b>					
<b>Cidade</b>	<b>Agências Bancárias (1)</b>	<b>N. de empresas locais (2)</b>	<b>Pessoal ocupado total (3)</b>	<b>Serviços de saúde Único público (4)</b>	<b>Instit. de ensino Superior (5)</b>
<b>Araponga</b>	1	90	481	3	-
<b>Canaã</b>	1	60	325	2	-
<b>Cajuri</b>	-	42	395	3	-
<b>Coimbra</b>	1	162	745	4	-
<b>Ervália</b>	1	432	2284	8	-
<b>Paula Cândido</b>	1	104	567	2	-
<b>Pedra do Anta</b>	-	68	282	2	-
<b>Porto Firme</b>	-	128	734	5	-
<b>Pres. Bernardes</b>	-	98	357	2	-
<b>São M.do Anta</b>	1	98	492	4	-
<b>Teixeiras</b>	1	242	1220	4	-
<b>Viçosa</b>	5	2905	22807	12	4

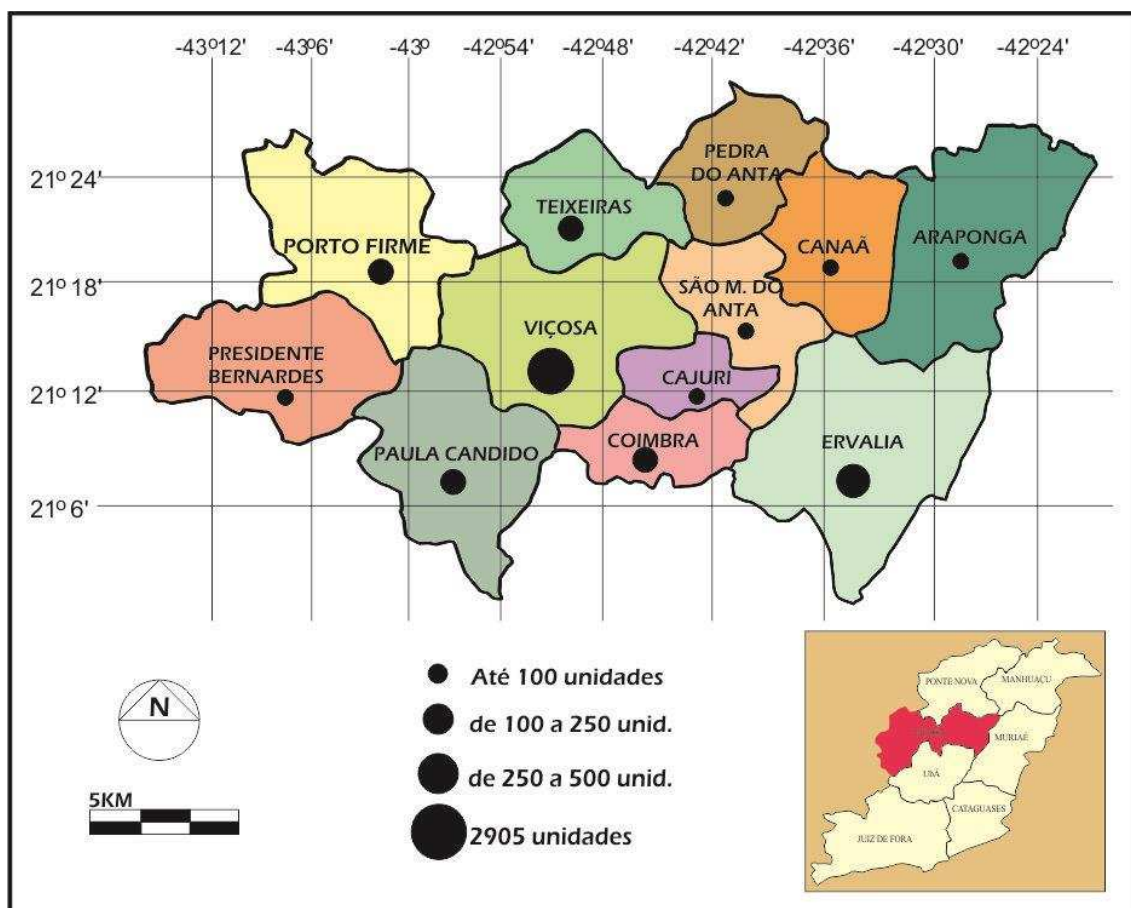
**Fonte:** Dados obtidos no IBGE Cidades. (1) Referência 2013; (2) Referência 2012; (3) Referência 2012; (4) Referência 2009; (5) Referência 2012.

Os aspectos econômicos relacionam-se, além de indicadores expressados em mapas seguintes, à presença de Escolas de Ensino Superior, Hospitais e Agências Bancárias. Apenas a cidade de Viçosa apresenta Escola de Ensino Superior, induzindo um fluxo de estudantes em sua direção. O mesmo ocorre com a área da saúde, pois apesar das cidades de Teixeira e Ervália contarem com hospitais, os mesmos não oferecem atendimentos de maior complexidade, direcionando pacientes à cidade de Viçosa que conta com dois Hospitais.

Quanto ao serviço bancário, de uso cotidiano, liga-se tanto às movimentações bancárias pessoais quanto ao escopo do comércio, serviços e empresas de uma cidade. Neste caso o fluxo pode novamente ser direcionado a Viçosa, evidenciando a polarização da cidade que apresenta 5 agências bancárias (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Sicoob). Nos demais municípios onde ocorre a presença de apenas uma agência bancária (Teixeiras, Araponga, São Miguel do Anta, Ervália, Coimbra e Paula Cândido), a mesma refere-se ao Banco do Brasil, implicando em um movimento em direção a Viçosa para uso de outras agências. É importante destacar que as Casas Lotéricas e Agências dos Correios oferecem serviços da Caixa Econômica Federal, Bradesco e Banco do Brasil, respectivamente, no entanto, os

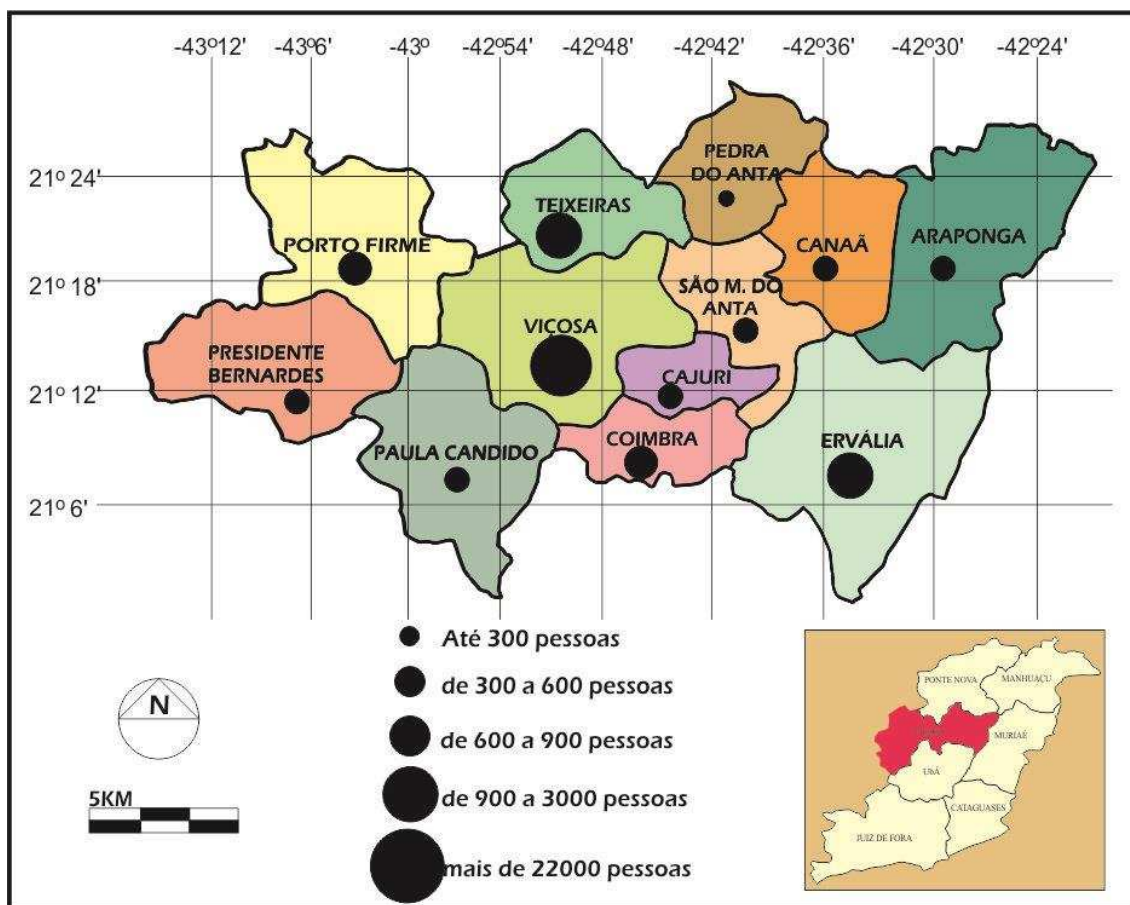
serviços são limitados a ações básicas, mantendo-se a dependência destes municípios em relação a Viçosa.

Os mapas das Figuras 22 e 23 representam o tamanho econômico dos municípios da área em estudo. A Figura 22 refere-se ao número de empresas locais. A maior parcela dos municípios apresenta um número reduzido de empresas, fortalecendo a informação de que parte considerável da população está empregada na prefeitura local. A Figura 23 indica o número total de pessoal ocupado nos municípios. Ao cruzar esses números com os dados populacionais dos municípios, nota-se que a porcentagem de pessoal ocupado é baixa. Este fato pode indicar uma presença forte de crianças, jovens e idosos na população, bem como a ocorrência de desemprego ou de empregos informais que não entram nos registros do IBGE.



**Figura 22:** Número de empresas locais nos municípios

Fonte: Produzido pela autora a partir de dados do IBGE Cidades, 2012



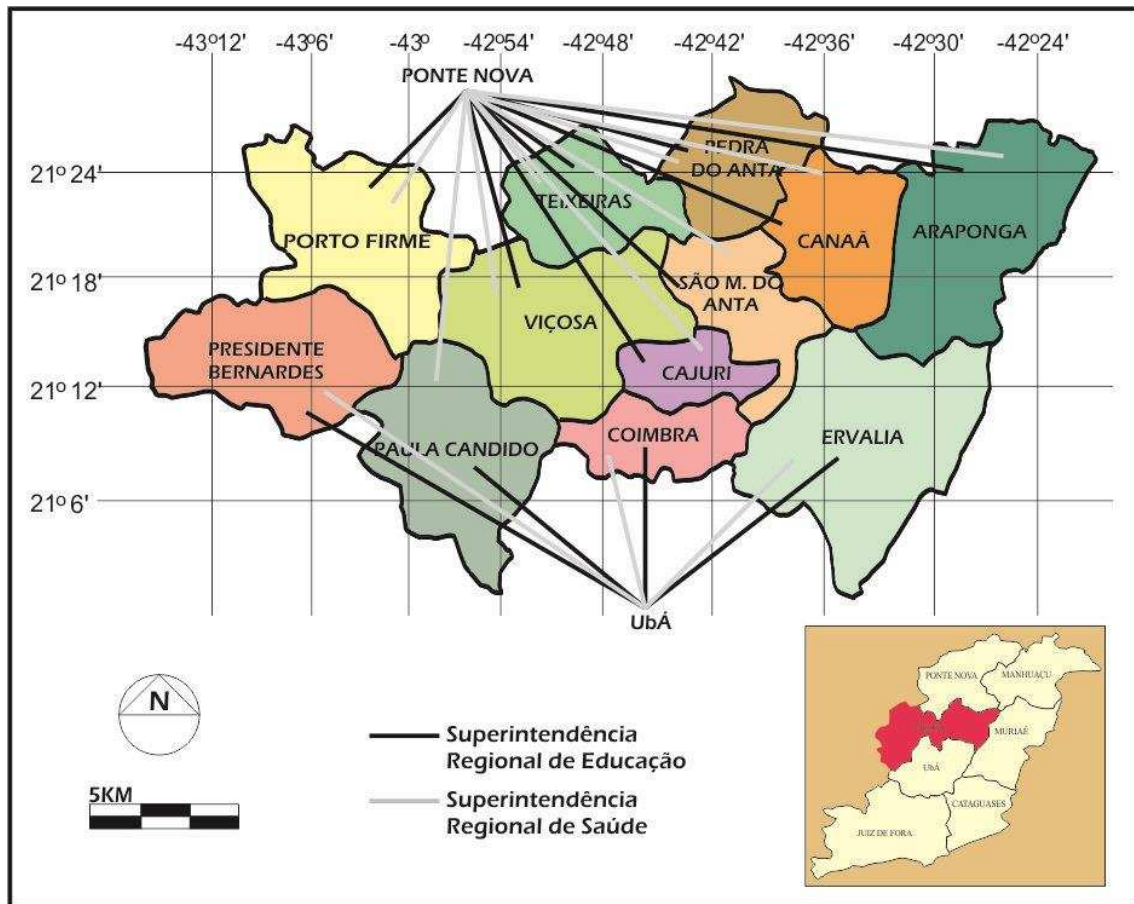
**Figura 23:** Número de pessoal ocupado total nos municípios  
**Fonte:** Produzido pela autora a partir de dados do IBGE Cidades, 2012

O mapa da Figura 23 é importante nesta análise, pois representa o número de viagens diárias (durante os dias úteis) disponíveis entre os municípios da microrregião de Viçosa, incluindo a cidade polo. As relações expressas nesta figura são representativas do que ocorre na rede urbana em questão. Os números que acompanham as setas indicam o número de viagens diárias. As ligações entre cidades são escassas, o grande fluxo, mais uma vez, está direcionado a Viçosa, por questões já discutidas nos mapas anteriores. Isso reflete a falta de interação entre as cidades da rede e a fragilidade das trocas entre as mesmas, trocas que segundo Corrêa (2005) são condição fundamental para a existência e consolidação de uma rede de cidades.

Cabe ressaltar a alta incidência de viagens entre Teixeira e Viçosa que, segundo informações da empresa de transportes, estão distribuídas ao longo de todo o dia, reafirmando uma relação de trocas em busca de serviços, saúde e educação, bem como um fluxo de mão-de-obra e de estudantes. Outro aspecto importante revelado na Figura 23 é a falta de conexão direta entre Viçosa e Presidente Bernardes, o que indica que este município está provavelmente polarizado por outro município.

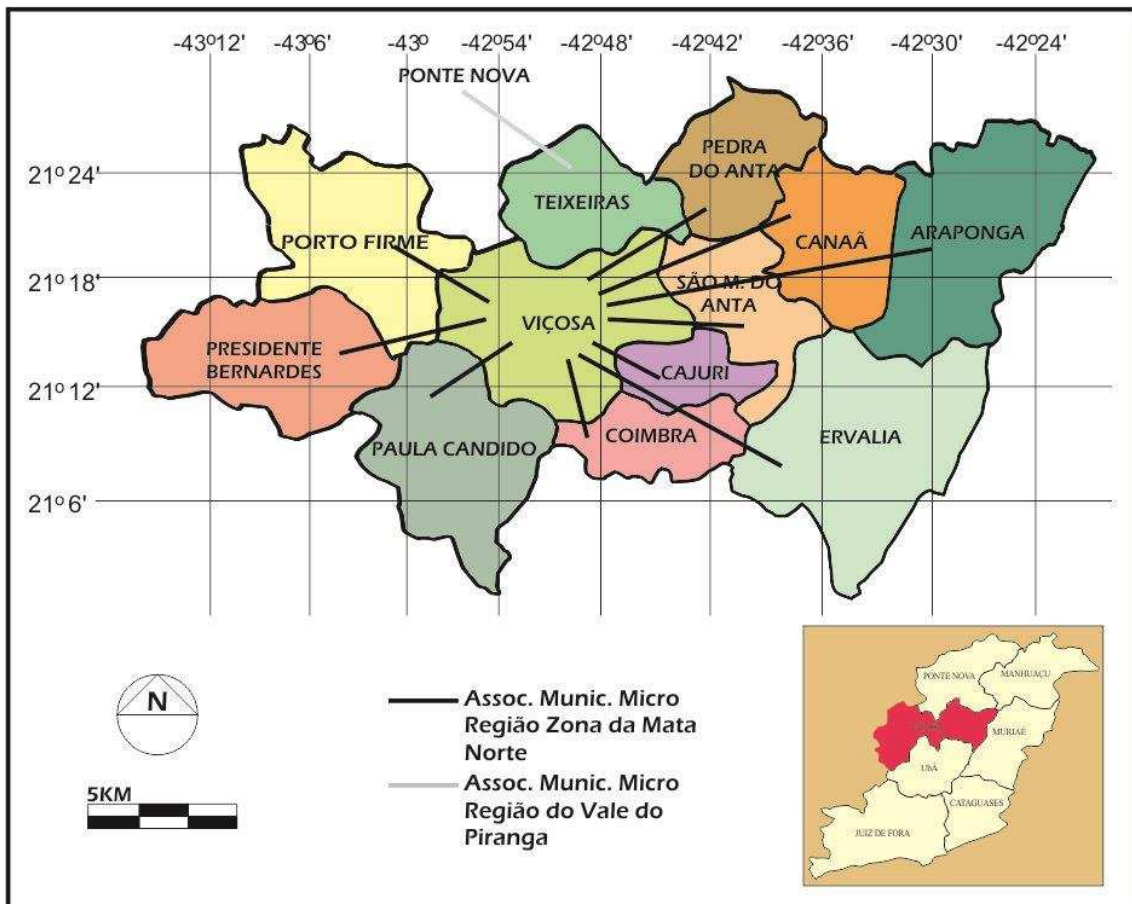


Teixeiras e Viçosa é estreita e suas trocas (ainda que de forma unidirecional) são intensas.



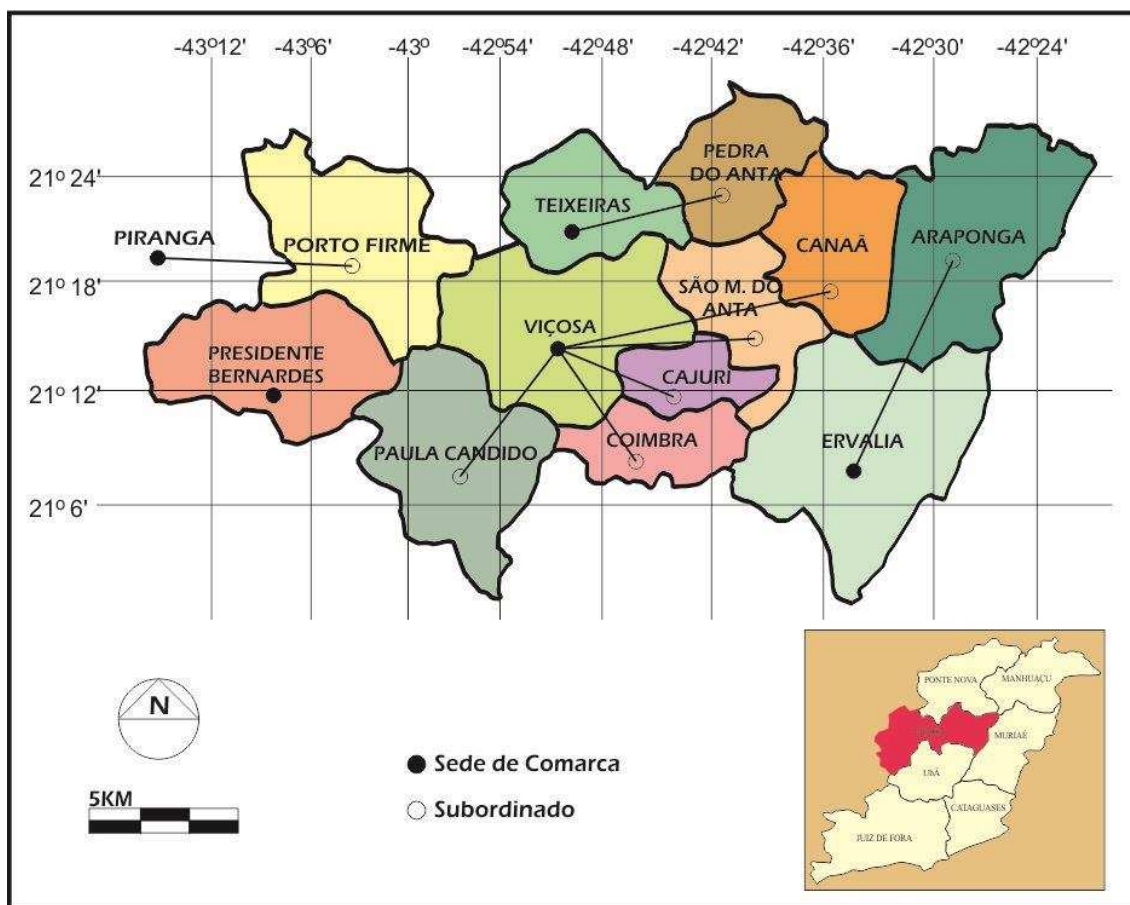
**Figura 25:** Atuação e domínio das Superintendências Estaduais de Saúde e Educação

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de dados obtidos nos sites das Superintendências, <http://www2.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/superintendencias-regionais-de-ensino> e <http://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/superintendencias-regionais-de-saude-e-gerencias-regionais-de-saude>, 2014



**Figura 26:** Atuação e domínio das Associações de Municípios

**Fonte:** Produzido pela autora a partir de dados obtidos nos sites das Associações, <http://www.amapi-mg.org.br/>.



**Figura 27:** Municípios Sede de Comarca e Municípios Subordinados  
**Fonte:** Produzido pela autora a partir de dados obtidos no IBGE Cidades, 2014

Na figura 27, ainda sob o aspecto político, Viçosa aparece como polo para algumas cidades, das quais é sede de comarca. Mas neste caso sua centralidade não é absoluta, uma vez que outros municípios da microrregião também se configuram como sede de comarca. É importante ressaltar neste mapa a cidade de Porto Firme, que neste aspecto vai estabelecer um fluxo com Piranga, cidade fora da microrregião funcional de Viçosa.

## 5 Apontamentos

Conclui-se esta análise retomando o conceito de rede urbana apresentado por Corrêa (2006), entendida como “o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. Esta definição chama a atenção para a relação funcional entre os centros, as interações e as relações de troca entre as cidades de uma rede.

Através da análise empreendida, é possível concluir que a interação entre as cidades componentes da microrregião funcional de Viçosa é incipiente, quando não,

inexistente. As publicações do Regic – 2007 e anteriores já demonstravam a inexistência de uma hierarquia entre estes centros, colocando-os em um único patamar, subordinados à cidade de Viçosa.

Constatou-se pelas análises realizadas que os serviços e funções exercidas por estas pequenas cidades não exercem domínio sobre outras, tendo influência apenas no nível local, salvo algumas exceções, como no caso das Comarcas ou serviços bancários, que podem induzir um fluxo entre cidades, ainda pouco expressivo.

A economia das pequenas cidades da microrregião de Viçosa não promove a cooperação e troca entre elas.

A relação que prevalece na área em estudo pode ser explicada a partir do que argumenta Boisier (1996), referindo-se à relação de dependência ou cooperação entre cidades. Para o autor, o salto qualitativo de uma região em busca de seu desenvolvimento depende do rompimento da dependência existente na relação de polos. No caso das pequenas cidades analisadas, este salto não ocorreu, permanecendo uma forte dependência em relação ao polo microrregional.

A urbanização nessas pequenas cidades não se caracteriza como um processo estrutural de mudança mas, apenas, como um aumento de população urbana, decorrente da mudança de local de moradia para a cidade, embora as relações econômicas predominantes se façam com o espaço rural. A industrialização é incipiente e o campo não se modernizou, de modo que as pequenas cidades permanecem como “cidades no campo” e não como “cidades do campo”, como ocorre em outras regiões mais desenvolvidas do Estado de Minas Gerais.

O fluxo entre as cidades, como demonstram os mapas, é predominantemente unidirecional. Viçosa supre as demandas de primeira ordem dos municípios ao redor, gerando em sua direção um fluxo de pessoas em busca de oportunidades de emprego e de serviços de educação e saúde, que trabalham e consomem na cidade, movimentando sua economia.

Em síntese, a configuração que as pequenas cidades estabelecem entre si não configuram o que se convencionou chamar de rede, devido à sua fragilidade e à falta de interação demonstrada pelas análises. O que se tem são fragmentos de rede ligados a um nó principal que constrói uma rede dendrítica. As funções dessas cidades encerram-se em si próprias e têm um papel de fornecedoras de mão de obra e abastecedoras do mercado da cidade polo.

## CONCLUSÕES GERAIS

Este trabalho iniciou-se com um questionamento acerca do papel das pequenas cidades na rede urbana. Ao longo desta dissertação foram abordados conceitos e definições relativos às pequenas cidades, à relação urbano-rural e, principalmente, à relação entre cidades.

A questão do planejamento no Estado foi investigada a partir dos planos e programas de desenvolvimento promovidos pelo governo. A análise dos Planos Mineiros de Desenvolvimento Integrado mostrou um discurso enfático, comprometido com questões pertinentes como condição social e economia, no entanto, sua aplicação, está sempre condicionada a planos específicos, uma vez que traz apenas diretrizes gerais para o Estado e não se atém a aspectos específicos de cada região.

O PADEM – Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenos Municípios foi uma alternativa inovadora, mas, que com o tempo, perdeu sua essência inicial. O mesmo pode-se dizer do Associativismo Municipal, que nasceu no estado de Minas Gerais com força e vigor, configurando-se como estratégia de planejamento microrregional, mas sofreu com a carência de recursos e falta de interesse por parte dos municípios em algumas regiões, como aconteceu na Microrregião da Zona da Mata Norte, que congrega a maior parte dos municípios em estudo.

A modernização que ocorreu em cidades pequenas ligadas ao campo, como cita Santos (1993), não ocorreu nas cidades desta microrregião, que continuam se comportando como “cidades no campo”.

A hipótese sugerida no início deste trabalho foi de que estas cidades estariam buscando em outros núcleos da rede urbana, aqui denominadas “cidades-polo”, alternativas em termos de saúde, educação, lazer e trabalho. E de fato o que pode ser observado é que a relação que prevalece na área em estudo é aquela da qual já falava Boisier (1996), para quem o salto qualitativo de uma região em busca de seu desenvolvimento depende do rompimento da relação de dependência, existente na relação de polos. A economia das pequenas cidades da microrregião de Viçosa não promove a cooperação e troca entre municípios.

O estudo mostrou que a interação entre os municípios componentes da microrregião funcional de Viçosa é incipiente, quando não inexistente. Os serviços e funções exercidas por estas pequenas cidades não exercem influência sobre outras, restringindo-se ao âmbito local, salvo algumas exceções no caso das Comarcas ou

serviços bancários, que podem induzir um fluxo entre municípios, ainda pouco expressivo.

Fatores que segundo Corrêa (2006) incidem sobre o papel das cidades nas redes urbanas no contexto de globalização — como a industrialização, urbanização, mais complexa estratificação social, melhoria da circulação, industrialização do campo, incorporação de novas áreas e refuncionalização de outras, mudanças na organização empresarial e mudanças no setor de distribuição atacadista e varejista —, não se verificam nas pequenas cidades da microrregião de Viçosa e, portanto, não modificaram a estrutura de relações das pequenas cidades entre si e com o polo microrregional.

Além disso, observou-se que se por um lado a microrregião estudada possui suas singularidades e especificidades, por outro, há processos que se manifestam nessas pequenas cidades de forma semelhante ao que ocorre nas demais cidades brasileiras, como a violência e o tráfico de drogas, de modo que se aplica a reflexão de Haesbaert de que os processos de globalização e fragmentação são concomitantes.

A urbanização nas pequenas cidades da região não se caracteriza como um processo estrutural de mudança, mas apenas como um aumento de população urbana, decorrente da mudança de local de moradia para a cidade, embora as relações econômicas predominantes se façam com o espaço rural. A industrialização é incipiente e o campo não se modernizou, de modo que as pequenas cidades permanecem como “cidades no campo” e não como “cidades do campo”, como ocorre em outras regiões mais desenvolvidas do Estado de Minas Gerais. Em outras palavras, as pequenas cidades da microrregião de Viçosa não se “refuncionalizaram”.

As análises tiveram como resultado relações de ligação unidirecional no sentido de Viçosa. As relações entre municípios se mostraram frágeis, não chegando a se configurar de fato como rede, uma vez que, para tal, deveriam estabelecer entre si um mínimo de interações.

O desenho que se forma representa fragmentos de rede ligados a um nó principal que constrói uma configuração dendrítica. As funções dessas cidades encerram-se em si próprias, não extrapolam seus domínios, não atraem fluxos. Elas têm um papel de fornecedoras de mão de obra e abastecedoras do mercado da cidade polo, e no contexto geral da microrregião, são cidades locais que não apresentam área de influência.

## REFERÊNCIAS

- AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA DA MATA. UFJF, 2011.
- ARANTES, Paulo Tadeu Leite. A experiência mineira em articulação, assistência técnica e assessoramento a seus municípios através do Associativismo Municipal, a partir de 1974. São Paulo, FAU/USP, 1990.
- ARAÚJO, Tania Bacelar de. Brasil nos anos noventa: Opções Estratégicas e Dinâmica Regional. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.2, novembro, 1999.
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequena Cidade: uma caracterização.V ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA. Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais. Universidade Federal de Santa Maria, 25 a 27 de novembro de 2009.
- BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). Caminhos de Geografia – Revista online, 24 (16), 268-288, out. 2005.
- BOISIER, Sergio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P.R. Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB ETENE, cap. 11,1989.
- \_\_\_\_\_. El difícil arte de hacer región. Centro de Estudios Regionales Andinos. Cusco. Peru. In: HADDAD, P. R. Os novos pólos regionais de desenvolvimento. Rio de Janeiro: INAE, 1992.
- \_\_\_\_\_. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, N.13, jun. de 1996.
- BRANCO, Maria Luisa Castello. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar. (Orgs.). Cidades Médias: Produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expresso Popular, 2006.
- BRANDÃO, Carlos. A Busca da Utopia do Planejamento Regional. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.120, p. 17-37, jan./jun, 2011.
- CANCLINI, Néstor García. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 4ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. Revista Economia e Sociedade. Campinas, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento: O mais político dos temas econômicos. Revista de Economia Política, vol.5, n.4, out./dez., 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”*. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp13/Geousp>> Acesso em: 11 de novembro de 2013.

CARNEIRO, Patrício, FONTES, Rosa. Desigualdades na região da Zona da Mata Mineira. In: FONTES, Rosa, FONTES, Maurício (Edit.). *Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais*. Editora Folha de Viçosa: Viçosa, 2005.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de. *A implantação do Associativismo Municipal na Microrregião da Zona da Mata Norte de Minas Gerais, no período 1985 a 1994: dificuldades de uma estratégia de planejamento microrregional*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP.

\_\_\_\_\_. Os arranjos de gestão extra-locais: nova roupagem para antigas formas de gestão municipal. In: V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. Campinas, 14 a 16 de outubro de 1998.

\_\_\_\_\_. Associativismo Municipal: resgate de uma estratégia para o planejamento em pequenos municípios. In: Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2007.

CERNEA, M. El conocimiento de las ciencias sociales y las políticas y los proyectos de desarrollo. In: CERNEA, M. *Primero la gente: variables sociológicas en el desarrollo rural*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica/Economía Contemporánea, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 6, jan./jul. 1999.

\_\_\_\_\_. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. *Revista Território*, Rio de Janeiro, Ano V, n.8, pp. 121-129. jan./jul. 2000.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio de. *Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Cedeplar/Face/UFMG: Belo Horizonte. 2005.

DIAS, Patricia Chame, LOPES, Diva Maria Ferlin. *A Propósito do Planejamento e Gestão nas Cidades Médias e Pequenas: Uma Breve Introdução*. In: *Cidades Médias e Pequenas: Desafios e Possibilidades do Planejamento e Gestão*. Salvador: Publicações SEI, 2014.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem desconcentração nem contínua polarização. *Nova Economia: Belo Horizonte*, v. 3, n. 11, setembro, 1993.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. UNESP: Presidente Prudente, 2006.

FELDMAN, Sarah. 1950: A década da crença no Planejamento Regional no Brasil. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, Florianópolis, 2009.

FRANÇA, Iara Soares de, SOARES, Beatriz Ribeiro. A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. *Uberlândia*”: UFU, 2007.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; NOGUEIRA, Marly. A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/ricardo%20e%20marly.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

GEIGER, Pedro Pincha. Refletindo sobre a regionalização no Brasil e a hipótese da cidade/região global. Um ensaio. *Anais dos Encontros Nacionais da Anpur*, 2001

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *Revista GEOgraphia*. Ano 1, n. 1, 15-39, 1999.

\_\_\_\_\_, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Revista Antares*, n.3, jan-jun/2010.

HAGEN, Everett. O processo de mudança. In: DURAND, J. C. G. (org). *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Media e cultural regulation*. Londres: 1997

HARVEY, David. Espaços urbanos na “Aldeia Global”: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX. *Caderno de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, nº 4, p. 171-189, maio 1996.

IBGE, 1997 (Regic)

IBGE, 2007 (Regic)

IBGE, 2010

JÚNIOR, José Carlos Ferrari. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. *Revista Estudos Geográficos*, Rio Claro, 2(1), 15-28, junho, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. *O que é urbano, no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Etc, espaço, tempo e crítica. *Revista eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas*. N. 1, vol.1, jun/2007.

MOTTA, Diana Meirelles da; AJARA, Cesar. Configuração da rede urbana do Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun. 2001.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. A inserção da cidade local na rede urbana contemporânea. In: *Anais do 1º Simpósio Sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local/ UEM*. Maringá, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, mai/ago, 2002.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada*. Vol. 1. N.1 – jul/dez 2006

PEROBELLI, Fernando Salgueiro, OLIVEIRA, Aryeverton Fortes de, NOVY, Luis Gustavo Guimarães, FERREIRA, Marlos Vargas. Planejamento Regional e Potencialidades de Desenvolvimento dos municípios de Minas Gerais na região em torno de Juiz de Fora: Uma aplicação de análise fatorial. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v.9, n.1, jul., p.121-150, 1999.

PERROUX, F. O desenvolvimento. In: DURAN, J. C. G. (org). *Sociologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PMDI, 1999

PMDI, 2002

PMDI, 2005

PMDI, 2010

- POZENATO, José Clemente. Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.
- ROCHA, César Henrique Barra. Zona da Mata Mineira: Pioneirismo, atualidade e potencial para investimento. Juiz de Fora: Do autor, 2008.
- SANTOS, Milton. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. *Revista Espaços & Debates*, n. 25, 1988.
- RUA, João. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE*, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewArticle/81>>. Acesso em: 18 de julho de 2013.
- SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, T. A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico. <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>. Disponível em 08 de abril de 2013.
- SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: Ambiguidades de um conceito difuso. *Revista Desenvolvimento em Questão*, ano 2, n.3, jan/jun, 2004
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Redes e Cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- \_\_\_\_\_. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-Território. Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v.1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.
- SILVEIRA, Catarina Faria Alves. Lá e aqui: estudo das práticas de transformação da paisagem em comunidades rurais da Zona da Mata Mineira. São Paulo: USP, 2008.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Redes e cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- STAVENHAGEN, R. Sete teses equivocadas sobre a América Latina. In: DURAN, J. C. G. (org). *Sociologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- TEODOSIO, Taiana Santos Jung; SILVA, Rui Marcos Teodosio da. *A produção do espaço: relação urbano/cidade e campo/rural: uma perspectiva conceitual e seu desdobramento no Brasil atualmente*. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, maio-2005.
- VEIGA, José Eli da. *A dimensão rural do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura*, São Paulo, nº 22, p. 71-94, abril 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Recife, 2001.